

JOÃO LUÍS CARDOSO

LECEIA
RESULTADOS
DAS
ESCAVAÇÕES REALIZADAS
1983-1988



1989

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

LECEIA

RESULTADOS DAS ESCAVAÇÕES EFECTUADAS 1983 / 1988

por
JOÃO LUÍS CARDOSO ⁽¹⁾



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

⁽¹⁾ Docente da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coordenador Científico do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras.

FICHA TÉCNICA

Autor: João Luís Cardoso

ILUSTRAÇÕES

Guilherme Cardoso: Figs. 5 a 8; 15; 17 a 19; 20 a 22; 23; 25; 26 a 28; 31; 32; 36 a 55; 57 a 60; 62 a 72; 74 a 95.

João Luís Cardoso: Figs. 4; 10 a 14; 16; 102 (n.ºs 3, 4); 103 (n.ºs 1, 3); 105 (n.º 2); 106 (n.º 5); 107 (n.º 14); 108 (n.º 1); 110 (n.ºs 4 a 6); 112 (n.º 6); 114 (n.º 6); 119 (n.º 4); 124 (n.º 1); 125 (n.º 3; 8).

J. Costa: Figs. 113; 116.

Bernardo Lam Ferreira: Figs. 30; 56; 61; 96; 97; 98 (n.ºs 1 a 7); 99 (n.ºs 1; 3); 100 (1 a 4; 6; 10; 14); 101 (n.ºs 1; 5; 8); 104; 105 (n.ºs 1; 3; 4); 106 (n.ºs 1; 6); 107 (n.ºs 5 a 7; 10 a 13; 15 a 18; 21); 108 (n.ºs 5; 7; 8; 10 a 15); 109 (n.ºs 1; 2); 110 (n.ºs 1; 2; 7; 8; 10; 12); Fig. 111 (n.ºs 1 a 5); fig. 112 (n.º 5); Fig. 114 (n.ºs 1; 3; 5; 7; 8); Fig. 115 (n.ºs 1 a 3; 6); Fig. 117 (n.ºs 1 a 10; 12 a 15); Fig. 118 (n.ºs 1 a 3); Fig. 119 (n.ºs 1 a 3; 5; 6); Fig. 120 (n.ºs 1; 2); Fig. 121 (n.ºs 1 a 3; 5); Fig. 122; Fig. 123 (n.ºs 2; 5; 7 a 9; 11; 13); Fig. 124 (n.ºs 2; 3; 5 a 7; 9); Fig. 125 (n.ºs 1; 5; 7; 10); Fig. 126 (n.ºs 1; 4; 6 a 8).

J. M. Mascarenhas: Fig. 24.

J. A. S. Rodrigues: Figs. 29; 33; 34; 35; 73; 98 (n.ºs 8 a 10); 99 (n.ºs 2; 4 a 8); 100 (n.ºs 5; 7 a 9; 11 a 13; 15 a 19); 101 (n.ºs 2 a 4; 6; 7; 9; 10); 102 (n.ºs 1; 2; 5); 103 (n.ºs 2; 4; 5); 106 (n.ºs 2 a 4; 7 a 9); 107 (n.ºs 1 a 4; 8; 9; 19; 20); 108 (n.ºs 2 a 4; 6; 9); 109 (n.ºs 3 a 17); 110 (n.ºs 3; 9; 11); 112 (n.ºs 1 a 4); 114 (n.ºs 2; 4); 115 (n.ºs 4; 5); 117 (n.º 11); 121 (n.ºs 4; 6); 123 (n.ºs 1; 3; 4; 6; 10; 12); 124 (n.ºs 4; 8); 125 (n.ºs 2; 4; 6; 9); 126 (n.ºs 2; 3; 5).

Execução gráfica: Cabográfica, Lda.
R. Alexandre Gusmão, 3
2795 LINDA-AVELHA

Edição: Câmara Municipal de Oeiras, 1989.

Depósito legal: 27210/89.

Ao dedicar este livro ao Dr. Isaltino Afonso Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras cometer-se-ia, apenas, um acto de justiça, se ele não significasse, também, uma grande admiração pelo Homem e pela Obra. Há que ser grato e manifestá-lo, publicamente, na altura certa.

24.Junho.1989

João Luis Cardoso

Coordenador Científico do Projecto de Investigação de Leceia
e do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Agradecimentos

Desde as já longínquas visitas a Leceia quando, ainda aluno do Liceu, me comprazia com os humildes vestígios deixados no solo por aqueles longínquos e ignotos habitantes de há muitos milénios, e me emocionava, apenas, a ideia de um dia poder, ali, dar o melhor do meu esforço... até ao momento em que escrevo estas linhas, é o mesmo ideal na mesma vontade, e o mesmo amor, estranho, que me fazem avançar, trabalhar, cada vez mais, e publicar, em letra de forma, o resultado dos muitos milhares de horas de trabalho.

Recompensa única, a de ver o esforço compreendido e apoiado por uns, aproveitado por todos!

O Instituto Português do Património Cultural, tem concedido, desde 1983 apoio financeiro e técnico — reconstrução de estruturas — esta última acção concretizada em 1988 em colaboração com o Museu Monográfico de Conímbriga. Aos directores do Departamento de Arqueologia do IPPC, que têm acompanhado as escavações com empenhado interesse — o Dr. António Carlos Silva até 1987 e o Dr. Fernando Real em 1988, bem como à Dr.^a Adília Alarcão, Directora daquele Museu, cumpre-me agradecer, e é com gosto que o faço.

Idênticos agradecimentos endereço à Câmara Municipal de Oeiras, que também, desde a primeira hora, vem apoiando os trabalhos, primeiro concedendo-lhes o indispensável apoio logístico, depois também atribuindo-lhes apoio financeiro e técnico (levantamentos topográficos). Num momento em que tanto se fala de salvar o Património, a C.M.O. pode apontar-se como exemplo a seguir.

Muito especialmente à actual vereação, na pessoa do Senhor Presidente, sob cujo pelouro têm sido conduzidos todos os apoios, desejo deixar bem frisado o muito que lhe fica a dever a concretização deste Projecto de Investigação e os resultados já alcançados.

No momento em que a Arqueologia se assume como unidade orgânica da Câmara Municipal de Oeiras, através da criação, em 2 de Novembro de 1988, do Centro de Estudos Arqueológicos do Conselho de Oeiras, é com gosto que destaco a acção da Arq.^a Isabel Soromenho, do Sector do Património Construído que, desde 1983 assegurou excelente ligação da Autarquia a este Projecto de recuperação patrimonial.

Por último, um agradecimento a todos aqueles que, ao longo dos seis anos de escavações em Leceia contribuíram para que a ideia inicial se tenha vindo a concretizar da melhor maneira.

Seja permitido mencionar, especialmente, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, arqueólogos com quem, no âmbito das actividades do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal tenho mantido desde 1980, colaboração estimulante; espero que, no futuro, possam retomar a colaboração que vinham prestando a este Projecto, e Guilherme Cardoso, um dos actuais coordenadores do Gabinete de Arqueologia do Município de Cascais, com quem, desde os primórdios dos anos 70 calcorreámos boa parte dos concelhos de Oeiras e Cascais, em busca dos vestígios daqueles que, há milhares de anos, por aqui passaram, tendo na mente, sem o sabermos, as palavras

do Prof. A. A. Mendes Corrêa, proferidas por ocasião do centenário do sábio vimaranense Martins Sarmiento:

“No seu esforço evocador, as ciências do passado fazem meditar na imensa procissão das almas — de almas como as nossas — que têm desfilado sobre o solo que pisamos. Reconstituem dramas como o nosso. O espectáculo das ruínas é uma tremenda lição para os que crêem na perenidade das mais gigantescas realizações materiais. Quantos ideais, quantos sofrimentos, quantos sacrifícios, quantas esperanças, quantas ilusões elas traduzem! A pedra de uma parede desmoronada evoca os seres que atrás dela encontraram refúgio e agasalho, e atrás dela

sentiram, pensaram, sonharam, cantaram, sofreram.

O caco mais grosseiro é um pedaço de alma do homem que o modelou. O ornato mais singelo é uma aspiração de beleza. O mais modesto objecto votivo é a expressão respeitável de uma emoção religiosa, do anseio profundo do sobrenatural, de uma vida interior que enobrece o homem. Uma epopeia humilde está escrita em todos estes despojos amarelecidos... ... Desprezar com um sorriso de ironia essas ruínas sagradas seria o peor dos crimes.”

Por fim, um agradecimento a Bernardo Ferreira, pela forma empenhada que permitiu concluir, em tempo útil, as ilustrações desta obra.

ÍNDICE

1. Preâmbulo	11
2. Localização, meio natural e arqueológico	13
3. Historiografia do povoado pré-histórico	21
4. Trabalhos realizados	25
5. Estratigrafia e fases de ocupação	39
6. Construções	47
7. Espólio	99
8. Cronologia absoluta	135
9. Integração cultural	139
10. Bibliografia	145

I. PREÂMBULO

No decurso da visita às escavações de Leceia, em Agosto de 1986, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais, solicitou ao signatário a preparação de exposição alusiva aos trabalhos já realizados, onde se documentassem os principais resultados obtidos. Salientou a importância da preparação de monografia, a qual, para além dos limites temporais da exposição permitiria o registo, em letra de forma, dos resultados que aos seus olhos se mostravam.

Tal exposição veio, de facto, a concretizar-se em Fevereiro/Março de 1987 no Palácio do Egipto, em Oeiras, tendo beneficiado do apoio do vereador Prof. Noronha Feio; todos os que o conhecem sabem do entusiasmo com que promove e acompanha este tipo de iniciativas.

Mais de dois anos e meio se passaram desde aquela exposição. Entretanto, duas campanhas de

escavação se realizaram, aumentando para o dobro a área investigada da jazida e, com ela, o volume da informação disponível. Do interesse e importância dos resultados obtidos, dar-vos-á conta a presente monografia.

Na altura em que se iniciam, decisivamente, as obras de recuperação e de valorização turístico cultural de Leceia — afinal um dos objectivos últimos dos trabalhos iniciados em 1983 — foi de novo julgada necessária a preparação de monografia actualizada, susceptível de fornecer as informações necessárias aos numerosos visitantes que, integrados em instituições, têm solicitado visitas guiadas, muito especialmente as escolas. A inauguração do Museu Monográfico, agora concretizada, integralmente custeado pela C.M.O. e a boa recepção da anterior monografia, há muito esgotada, motivaram e apressaram a presente iniciativa.

2. LOCALIZAÇÃO, MEIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO

O povoado calcolítico fortificado de Leceia situa-se a cerca de 12 Km a Oeste de Lisboa e a cerca de 5 Km da margem direita do estuário do Tejo. As suas coordenadas Gauss são as seguintes: ①

M = 100,06; P = 96,26.

Do ponto de vista geomorfológico, trata-se de plataforma que se desenvolve a cerca de 100 m de altitude, no topo da encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, em situação fronteira a esta localidade. Tal plataforma encontra-se limitada do lado oriental pela encosta já referida, de declive médio, do lado sul por uma profunda garganta onde corre tributário sazonal da ribeira de Barcarena e dos lados norte e ocidental pelas casa da actual povoação de Leceia. No entanto, a posição do antigo povoado pré-histórico, é dominada com a vista de elevação situada a Norte, a cerca de 300 m; também do lado sul-ocidental, correspondente a extensa plataforma, se observam altitudes superiores. A individualidade do local onde se situava o povoado, ficava, contudo, assegurada desse lado por larga e suave depressão no terreno. Carlos Ribeiro, geólogo de formação militar, não terá certamente considerado este acidente topográfico como relevante em termos defensivos, visto ter estendido o circuito defensivo pré-histórico ao perímetro envolvente de todas aquelas elevações, o qual, como se verificou posteriormente, não corresponde à realidade. A linha de entricheiramento assim ②

definida, coincide tão-somente com muros recentes de pedra seca, a maioria de suporte de terras. Apesar disso, a área correspondente deve ter fornecido ao ilustre pré-historiador alguns elementos de interesse, que acabaram por desaparecer no decurso deste século, devido ao intenso revolvimento do terreno produzido pela abertura de várias pedreiras e à expansão da actual povoação, parte da qual feita clandestinamente. Apenas nas zonas menos perturbadas é ainda possível identificar escassos vestígios, correspondentes sem dúvida a zona periférica do aglomerado fortificado, cujo núcleo já então tinha sido correctamente identificado com a plataforma do Moínho da Moura ou do Pires, cujos restos ainda hoje constituem bom elemento de referência. A área desse núcleo, entre 70 e 100 ares é bastante superior à dos recintos fortificados conhecidos e explorados do calcolítico português. Trata-se, em suma, de esporão apontado sobre fértil e extenso vale, com boas condições defensivas e em fácil comunicação com o mar, que se avista ao longe, situação que é análoga à de grande parte dos povoados calcolíticos estremenhos. ③

Do ponto de vista geológico, a região caracteriza-se pela presença de terrenos de idade cretácica e actual, muito diversos quanto à génese e natureza, facto que, em certa medida, condicionou a sua evolução morfológica. A ribeira de Barcarena, tendo erodido a cobertura basáltica do “Complexo vulcânico” de Lisboa,

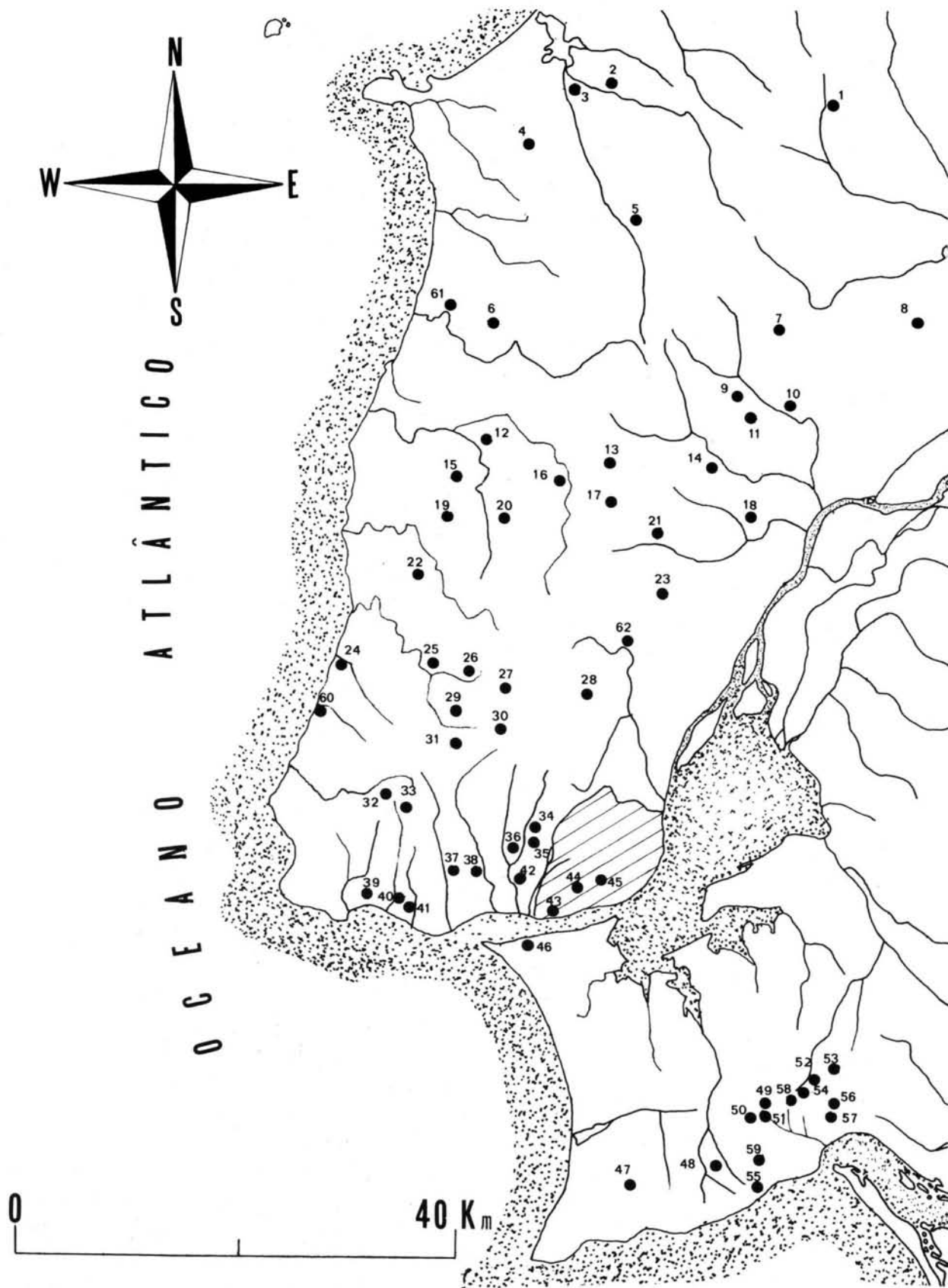


Fig. 1. Localização do povoado pré-histórico de Leceia (n.º 38) no contexto do povoamento calcolítico da Estremadura (In CARDOSO, 1980/81).

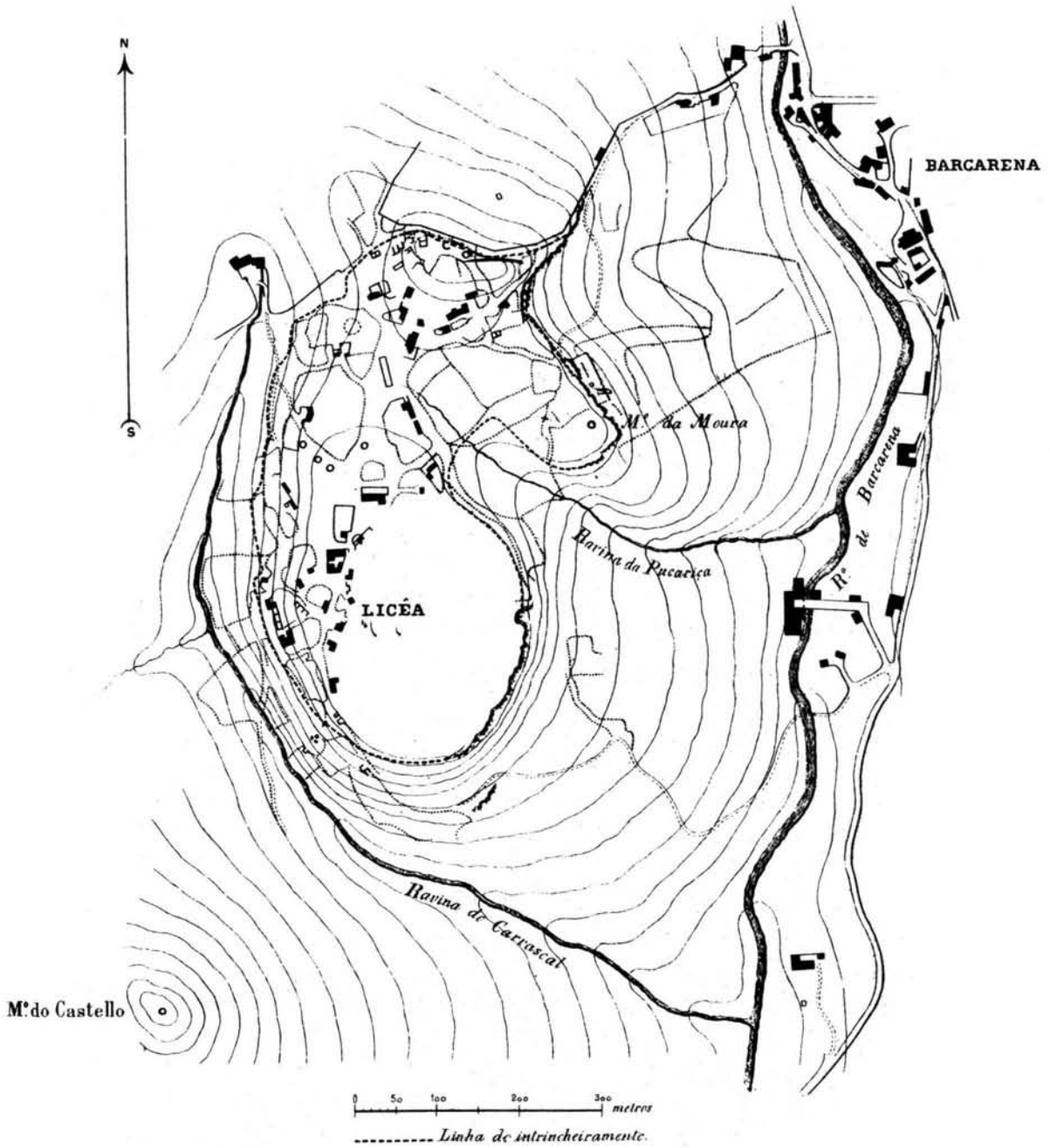


Fig. 2. Planta apresentada por C. RIBEIRO (1878), com a linha por ele definida como correspondendo ao antigo entricheiramento a tracejado.



Fig. 3. Levantamento fotogramétrico, à escala de 1/5000, da zona onde se integra o povoado pré-histórico de Leceia (a tracejado).



Fig. 4. Vista da escarpa natural, em parte regularizada por muros recentes de pedra seca, que limita a plataforma do lado oriental, constituindo o topo da encosta direita do Vale da Ribeira de Barcarena.

de idade neocretácica (ALMEIDA, 1981), pôs a descoberto os calcários duros de Cenomaniano superior e, depois, os calcários margosos e margas do Albiano-Cenomaniano inferior e médio, depositando, já em tempos modernos, aluviões que colmataram o fundo do vale. A diferença de dureza observada entre os calcários compactos e os calcários margosos e margas subjacentes, conduziu à formação de cornija que atinge nalguns locais cerca de oito a dez metros de altura e que se pode observar ao longo de ambas as encostas do vale da ribeira de Barcarena, de orientação geral NNE - SSW. A plataforma onde se situava o povoado pré-histórico, corresponde, precisamente, a um pequeno afloramento elipsoidal destes calcários duros, limitado por cornija com mais de 5 m de altura observável dos lados oriental e meridional, que acentua as boas condições de defesa do local. Julga-se que este foi mesmo o factor determinante na sua escolha, visto que, embora se encontre dominado por elevações superiores, dificilmente nestas se poderá entrever a reunião de condições defensivas tão propícias.

Do ponto de vista paisagístico, trata-se de região de contrastes. Com efeito, os terrenos ocupados pelo "Complexo vulcânico", utilizados exclusivamente como áreas de sementeira, caracterizam-se por paisagem monótona e triste, enquanto os terrenos calcários mostram aspecto mais alegre e variado, para o que contribuem as pequenas hortas e pomares, já no fundo aluviar do vale. Nalgumas zonas de mais difícil acesso, em particular na cornija calcária que acompanha ambas as encostas do vale, a vegetação natural manteve-se e, embora muito degra-

dada (predomínio de *Quercus coccifera*), confere à paisagem marcados traços mediterrânicos.

Do ponto de vista arqueológico, a região é muito rica em achados paleolíticos dispersos, sobretudo nos terrenos basálticos, estando representados por materiais acheulenses, mustierenses e do Paleolítico superior indiferenciado, se exceptuarmos certas raspadeiras tipologicamente mais definidas, aurignhacenses e solutroides (CARDOSO, 1980/81). A 850 m a SSW, situa-se o Monte do Castelo, pequena chaminé basáltica já considerada por Carlos Ribeiro como possível atalaia do povoado (RIBEIRO, 1978). Com efeito, há anos, em uma pequena cavidade dos calcários encaixantes daquela chaminé basáltica, deparou-se com um elemento de mó, duas lâminas ovais "foicinhas" e uma enxó de anfibólito; à superfície, tal ocupação é denunciada por abundantes fragmentos cerâmicos e materiais líticos.

Nas imediações do Monte do Castelo, situa-se uma pedreira, hoje abandonada, cuja lavra destruiu, há mais de 18 anos, um provável "tholos" (OLIVEIRA *et al.*, 1969), do qual se conservaram apenas restos de pequeno sector da câmara. Recolheram-se abundantes restos humanos; os materiais cerâmicos e líticos mostraram-se, contudo, muito pobres. Este monumento, bem como pequena cavidade natural existente na base da cornija calcária que limita do lado Este o povoado, e onde Carlos Ribeiro recolheu, também, restos humanos, não constituiriam por certo os únicos locais utilizados como necrópoles pelos habitantes calcolíticos.



Fig. 5. Vista parcial obtida para Norte dominando o aspecto árido e triste conferido pelos afloramentos basálticos.



Fig. 6. Vista parcial obtida do moinho, então ainda em ruínas, para Sul. O aspecto da paisagem, mais alegre e variado, contrasta com o da figura anterior.

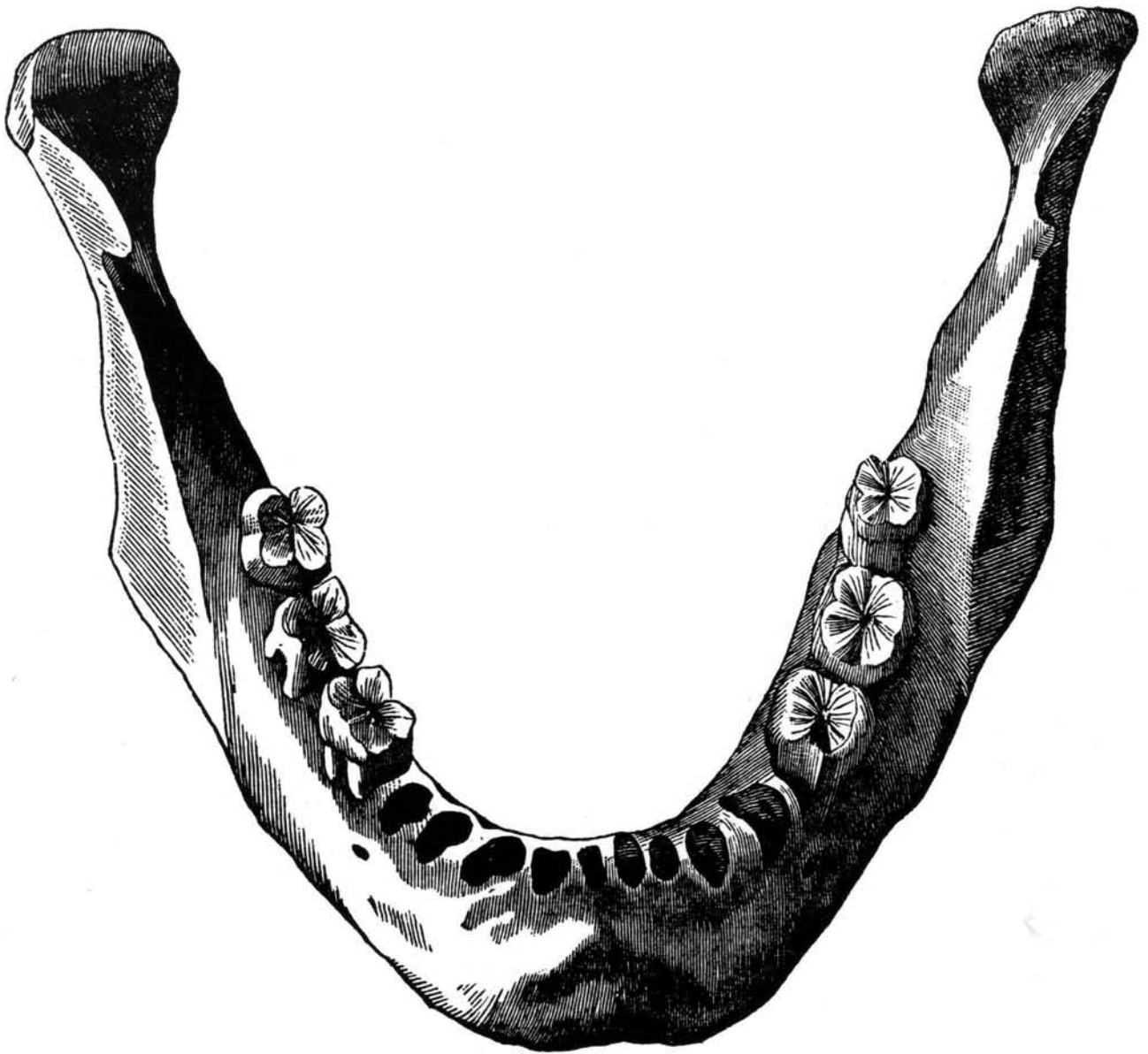


Fig. 7. Mandibula humana representada por C. RIBEIRO (1878), recolhida na base da escharpa natural da figura 4, em pequena cavidade.

3. HISTORIOGRAFIA DO POVOADO PRÉ—HISTÓRICO

Localizado por Carlos Ribeiro, que dele deu uma primeira notícia em 1878, numa bem documentada memória apresentada à Academia das Ciências de Lisboa, o povoado pré-histórico de Leceia cedo foi apresentado à comunidade arqueológica internacional da época, através de uma comunicação de Francisco de Paula e Oliveira ao IX Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas reunido em Lisboa em 1880, contendo o estudo do espólio antropológico recolhido por Carlos Ribeiro. Pouco tempo depois, Leite de Vasconcelos apontou no primeiro volume de “O Arqueólogo Português” como exemplo de Castro não romanizado (VASCONCELOS, 1895) e, um ano depois, no primeiro volume das “Religiões da Lusitânia”. Entretanto, nas suas saídas aos arredores de Lisboa, ia obtendo alguns objectos que carrega para o Museu Etnológico (actual Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia), onde ainda hoje se encontram. O interesse que a estação lhe despertava deveria ser grande, porquanto, muitos anos depois, em 1917, e ainda nas páginas de “O Arqueólogo”, noticia a criação do Museu de Barcarena fundado por um grupo de entusiastas locais, destinado a recolher os materiais que entretanto fossem aparecendo. A partir dos inícios dos anos 20, a estação passa a ser procurada por Joaquim Fontes e Álvaro de Brée que, ao longo de várias dezenas de anos reuniu, na sua quinta de Barcarena, importante colecção

de materiais. Do primeiro destes investigadores ⁽⁸⁾ veio a lume, na Revista de Guimarães, artigo sumário dando conta das explorações efectuadas por ambos, mas nunca publicadas pormenorizadamente (FONTES, 1955). Data também deste período a visita de Henri Breuil à estação e a classificação dos materiais paleolíticos conservados em Barcarena, recolhidos por Álvaro de Brée, e nos Serviços Geológicos de Portugal, resultantes de prospecções deste grande pré-historiador, de G. Zbyszewski e de J. Fontes.

Ulteriormente, até à nossa intervenção, Leceia não voltou a ser objecto de investigações, embora tenha continuado a ser largamente referida na bibliografia. Com efeito, apenas em 1973, por indicação de G. Zbyszewski, iniciamos o estudo da rica colecção de Álvaro de Brée, conservada cuidadosamente pela Família em Barcarena. Cabe aqui agradecer à Senhora de Brée as facilidades prontamente concedidas para o efeito e o interesse com o que acompanhou o nosso labor. O estudo exaustivo desta colecção, já publicado (CARDOSO, 1980/81), foi antecedido da apresentação das principais conclusões obtidas (CARDOSO, 1979), bem como de diversos estudos temáticos parciais, proporcionados por alguns materiais do seu espólio, como o relativo a instrumento musical de osso, único objecto desta índole, encontrado, ao que se saiba, na Península (FERREIRA *et al.*, 1975), e o referente à



Fig. 8 — Aspecto parcial da Coleção Álvaro de Breê, conservada pela Exm.^a Família em Barcarena. Foi estudada e inventariada pelo autor, em 1975/77 e encontra-se publicada (CARDOSO 1980/81).

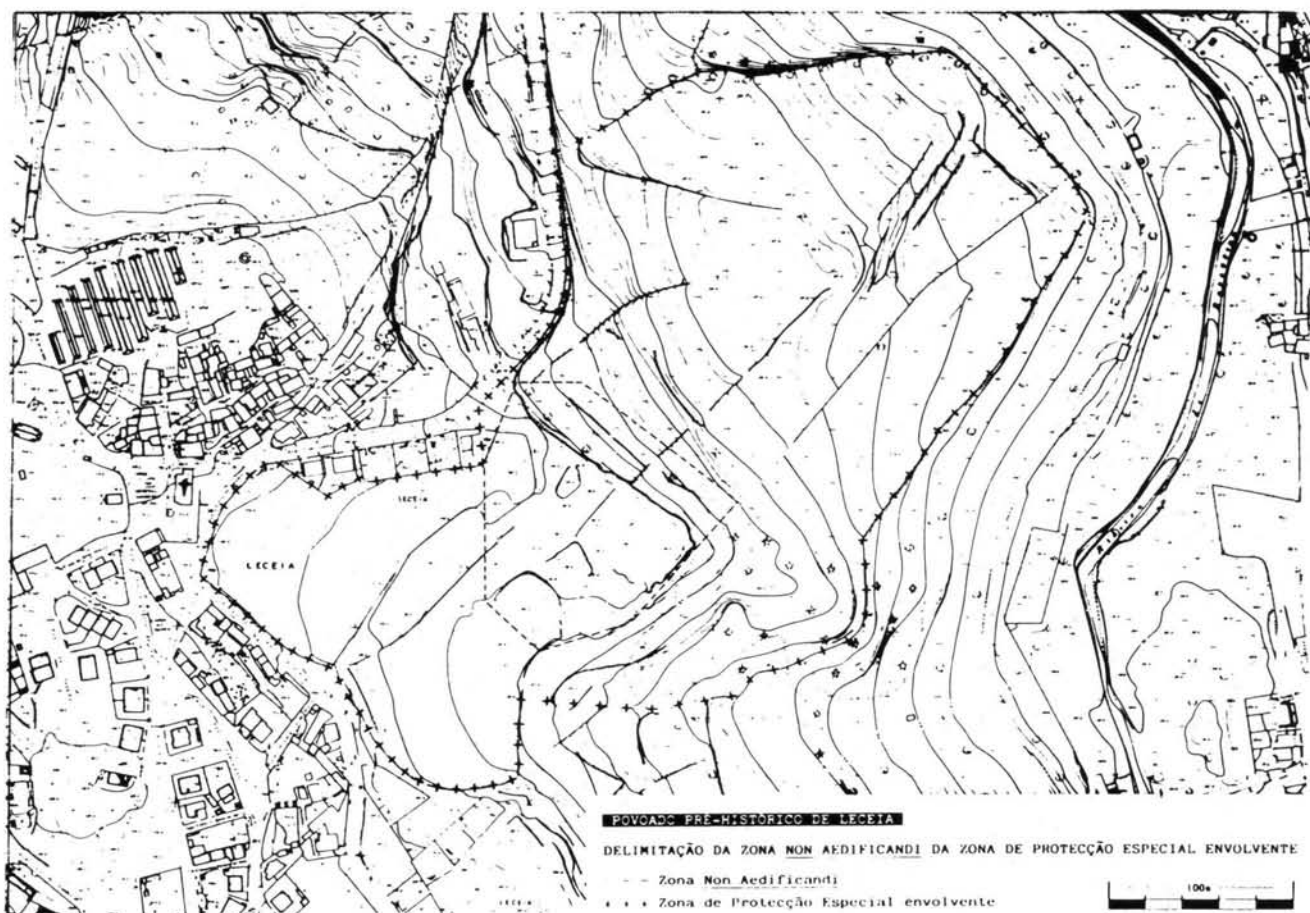


Fig. 9. Fac-símile da Portaria n.º 470/86, de 27 de Agosto, que fixa os limites da Zona non Aedificandi, bem como da respectiva zona de Protecção Especial envolvente.

análise por fluorescência de Raios X de conjunto de artefactos de cobre (GIL *et al.*, 1979).

Sendo considerado como um dos povoados “clássicos” pré-históricos portugueses - J. Leite de VASCONCELOS cita-o já em 1895, num seu artigo intitulado “Castros”, como típico exemplo de castro neolítico, facto que, como mais tarde se apurou, não corresponde rigorosamente à verdade - só tardiamente se promoveram acções visando a sua efectiva preservação. Com efeito, data apenas de 1959 a primeira iniciativa de classificação, devida ao empenhamento de Álvaro de Brée, então delegado concelhio da Junta Nacional de Educação. Para relator do processo, foi nomeado, por parte deste organismo, Joaquim Fontes. Não obstante o parecer favorável prontamente emitido, no sentido dos “terrenos demarcados por Álvaro de Brée sejam classificados de imóveis de interesse público”, o processo arrastou-se por três longos anos. De facto, apenas a 16 de Março de 1963, o então relator do processo, Fernando Bandeira Ferreira, emite parecer para se proceder de imediato à classificação, a qual obteve homologação ministerial em 9 de Abril de 1963, expressa pela publicação do Decreto n.º 45 327, de 25 de Outubro de 1963. Este diploma estabelece para o povoado pré-histórico a categoria de “imóvel de interesse público”. Contudo, tal documento dificilmente poderia ser levado à prática devido à inexistência de planta que fixasse a área

arqueológica a ser efectivamente protegida, já que a área delimitada por Carlos Ribeiro se revelava muito exagerada, além de ser de aplicação legal irrealista, por abranger toda a actual povoação de Leceia. No sentido de ultrapassar esta indefinição, solicitou-nos em 1983 o Instituto Português do Património Cultural, na qualidade de coordenador científico das actuais escavações, a elaboração de planta actualizada da estação, o que foi feito.

Concluindo um processo que se prolongou por cerca de vinte e cinco anos, procedeu-se à publicação, em Diário da República após o cumprimento dos requisitos legais estabelecidos, da *Zona Non Aedificandi*, bem como da respectiva área de protecção especial envolvente (Portaria n.º 470/86, de 27 Agosto). A protecção legal foi acompanhada da necessária protecção física da *Zona Non Aedificandi*; logo após a sua aprovação ministerial, encarregou-se a Câmara Municipal de Oeiras da instalação de vedação metálica, em Novembro de 1984. Ficava deste modo assegurada a protecção definitiva da importante estação arqueológica que é Leceia. Com efeito, importa referir que se a nossa intervenção não tivesse sido tão rápida e actuante, coadjuvada pelo IPPC e pela Câmara Municipal de Oeiras, de Leceia poderia já nada restar, atendendo aos planos de urbanização que interessavam o local e às destruições de que este, contínua e incessantemente, estava a ser alvo.

4. TRABALHOS REALIZADOS

Como se conclui do que atrás se disse, embora o valor e interesse de Leceia fosse desde há muito conhecido, nunca se tinha procedido a estudo sistemático da estação arqueológica, justificado pela riqueza do espólio, entretanto recolhido, embora destituído de interesse estratigráfico. Por outro lado, impunha-se com urgência a delimitação da área a proteger, dada a crescente pressão urbanística sentida no local da jazida. Foi na sequência destas preocupações imediatas - correspondência do espólio da colecção de Brée a uma sequência cronológico-cultural eventualmente observável através da execução de cortes estratigráficos e salvaguarda definitiva de estação, que solicitamos ao Instituto Português do Património Cultural autorização para procedermos a trabalhos de escavação, em 1983. Com estes trabalhos, pretendia-se, igualmente, estabelecer comparação com as várias fases representadas no povoado fortificado do Monte da Tumba (Torrão), em curso de escavações por C. Tavares da Silva e J. Soares com quem já vínhamos mantendo frutuosa colaboração no âmbito das actividades do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, os quais, deste modo, foram agregados à equipa. Desta forma, ficasse, pela primeira vez, em condições de se efectuar estudo comparativo das diferenciações regionais verificadas no período calcolítico entre a zona estremenha (representada pelo chamado Calcolítico da Estremadura) e o interior e lito-

ral alentejano e algarvio (representado pelo chamado Calcolítico do Sudoeste). Com efeito, são até hoje muito escassas as leituras estratigráficas das sequências culturais do Calcolítico estremenho, importando, além da sua clara definição, a respectiva comparação com áreas culturais diversas.

Com base no reconhecimento superficial, definiu-se a área a ser ulteriormente investigada, a qual foi dividida por quadrícula métrica (quadrados com 1 m de lado), orientada segundo um sistema de eixos ortogonais, o dos XX com o rumo N 44° E e o dos YY com o rumo N 55° W, relativamente ao Norte cartográfico. Tomando como origem deste sistema de coordenadas um ponto situado a 7,40 m N 80° W da face externa do moinho da Moura, ou do Pires, o terreno ficou dividido em quatro sectores designados por algarismos romanos: I, II, III, e IV. Cada quadrado, ficou definido, portanto, para além daquele algarismo, por dois números árabes, referindo-se o primeiro ao valor da abcissa e o segundo ao da ordenada. As unidades arquitectónicas - casas, muralhas, bastiões - foram designadas por letras maiúsculas. As estruturas elementares - muros - por letras minúsculas. As sub-unidades arquitectónicas - seteiras, lareiras, lageados, entradas, etc. - pela letra maiúscula da unidade arquitectónica em que estão inseridas e por um algarismo árabe, relacionado com o número de ordem naquela estrutura. Os cor-

tes estratigráficos representaram-se por algarismos romanos.

A campanha de 1983 abrangeu a área de 32 m², correspondentes a rectângulo de 4x8 m (quadrados IV 1.1 a 1.8, IV 2.1 a 2.8, IV 3.1 a 3.8 e IV 4.1 a 4.8). Após a remoção da camada superficial, de remeximento, aprofundou-se um sector da área referida, que permitiu a observação e registo de um alinhamento de blocos que parecia ser intencional, portanto sugerindo a existência de estruturas. Durante a campanha de 1984, após a confirmação daquela suposição, logo no início dos trabalhos a escavação desenvolveu-se com duas prioridades:

1 — Obter registo estratigráfico completo até à camada da base, geológica, em pelo menos dois locais;

2 — Definir a continuidade, no terreno, das referidas estruturas.

Para dar resposta a estes objectivos, abriram-se os *Cortes I e II* e estendeu-se a área escavada aos quadrados IV 6.1 a 6.6, IV 7.1 a 7.6, IV 9.1 a 9.4 e IV 10.1 a 10.4. Os resultados obtidos foram dos mais animadores; além de se ter plenamente confirmado o excepcional interesse estratigráfico da jazida, possibilitando, finalmente, uma leitura completa das sequências culturais representadas no Calcolítico estremenho, identificaram-se duas fases construtivas, correspondentes a panos de grandes muros parcialmente sobrepostos (*muros a e b* da planta geral), cuja continuidade no terreno importava averiguar. Desta forma, em 1985, optou-se por escavação em extensão, tendo em vista a compreensão da organização do espaço e a conexão das diversas estruturas até então identificadas, de carácter defensivo e habitacional (estas representadas pela *Casa A*, possuindo duas lareiras estruturadas, *A 1 e A 2*). A área escavada nesse ano ascendeu a 80 m². Destes, 36 m² correspondiam a duas sondagens isoladas não representadas na planta geral, destinadas a averiguar o prolongamento para Sul do dispositivo defensivo entretanto identificado. Infelizmente, desse lado a destruição foi total, devido à lavra de pedreira que no decurso da 2.^a metade do séc. XVIII explo-

rou não só o grande amontoado de blocos que ali, por certo, existia, em consequência da destruição da fortificação pré-histórica, mas também o substrato geológico que naquela zona da plataforma quase aflora. Em 1985, mercê da aludida escavação em extensão, foi possível a identificação de grande número de estruturas, em geral de grandes dimensões, cujo significado, contudo, não se poderia seguramente conhecer sem que antes se procedesse ao alargamento da área escavada. Porém, tudo levava a crer estarmos sobre o núcleo central da fortificação, dada a complexidade e imponentia das estruturas e as próprias características morfológicas do terreno, correspondendo à parte mais alta do plataforma. Assim, na campanha de 1986, continuou-se a considerar prioritária a escavação em extensão, a qual efectivamente veio a dar resposta a muitas das dúvidas de 1985. Com uma área total escavada de cerca de 500 m², foi então possível delinear, em traços gerais, o desenvolvimento do dispositivo fortificado central e a sua conexão com as estruturas habitacionais coevas. A cronologia desta primitiva fortificação ficou, igualmente, bem definida, tal como a das estruturas que posteriormente se edificaram no seu exterior, igualmente de carácter defensivo e habitacional. Desta forma, foi apenas em 1986, quatro anos após o início dos trabalhos de escavação que ficamos, finalmente, de posse dos primeiros elementos necessários a uma compreensão una e global da evolução da estratégia de povoamento ocorrida ao longo de cerca de oitocentos anos (datações de ¹⁴C, datas não calibradas) na plataforma de Leceia, retratada pela construção, reconversão e abandono de sucessivas estruturas, e ainda pela sobreposição dalgumas delas. Foi com aquele objectivo que se realizaram as campanhas de 1987 e 1988.

Em 1987 os trabalhos interessaram, sobretudo, o espaço exterior à fortificação central, escavada nos anos anteriores. Através do prosseguimento da escavação em extensão, identificou-se grande parte do traçado de uma segunda linha defensiva, munida, tal como a primeira, de bastiões do seu lado externo. Foi também neste ano que



Fig. 10. Aspecto do início dos trabalhos de escavações, em Agosto de 1983.



Fig. 11. Área escavada em 1983.



Fig. 12. Vista parcial da área escavada em 1983. Em primeiro plano, o alinhamento de blocos que sugeria a existência de estruturas arqueológicas.



Fig. 13. Vista parcial da área escavada em 1984, correspondendo aquela onde, no ano anterior, se tinha suspeitado da existência de estruturas (ver figura 12).

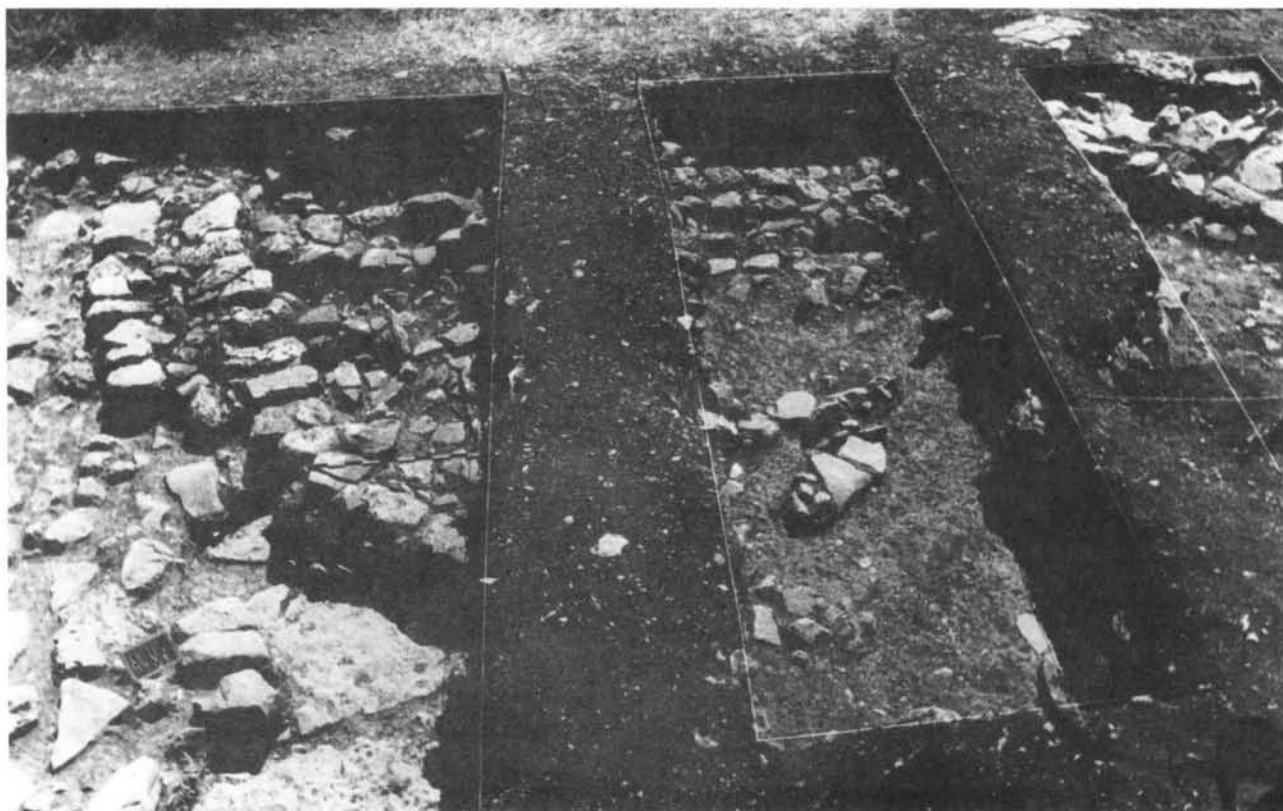


Fig. 14. Vista geral da área escavada em 1984.

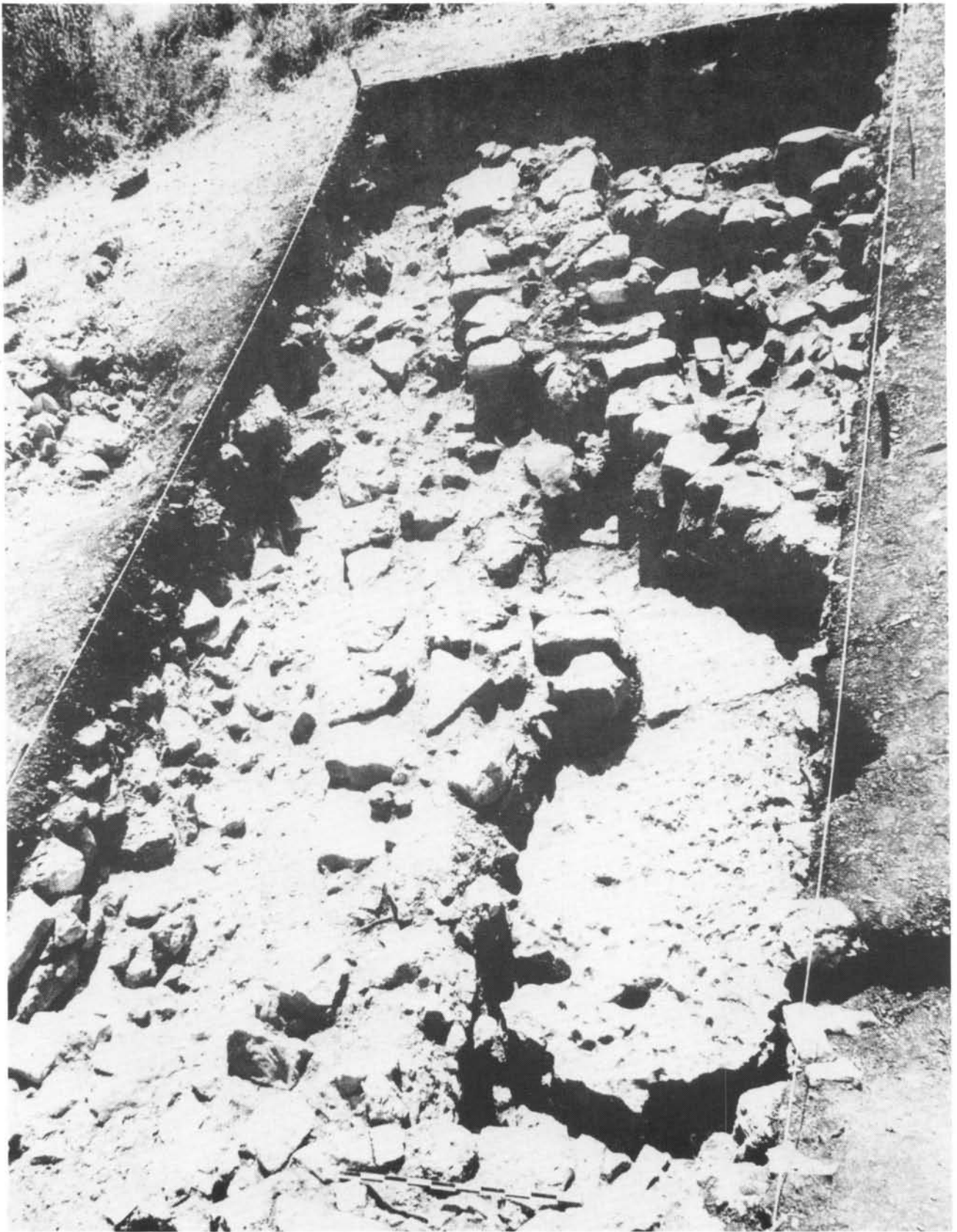


Fig. 16. Vista parcial da área escavada em 1984, evidenciando-se duas fases construtivas, pela sobreposição de dois panos de muralhas (Muralhas DD e I da planta geral).



Fig. 15. Corte I, executado ao longo da face externa da Casa B. Sob as fundações desta estrutura, pertencente à Fase III de construção, observa-se espessa camada amarelada, argilosa, correspondendo a derrubes de construções das fases anteriores. Na base, substrato geológico, separado da camada anterior por depósito mais escuro, com materiais do Neolítico final.



Fig. 17 a 19. Aspectos da escavação das lareiras A1 e A2, em 1984.





Fig. 20 a 22. Aspectos parciais da área escavada em 1985.





Fig. 23. Vista parcial da área escavada em 1986.



Fig. 24. Fotografia aérea obtida no final da campanha de escavações de 1986.



Fig. 25. Vista parcial da área escavada em 1988.

se identificaram as primeiras estruturas correspondentes aos mais antigos habitantes do povoado, anteriores à construção das duas linhas defensivas já aludidas. Prosseguiu, também, a escavação da primeira linha defensiva, tendo-se verificado a existência de diversas fases construtivas, representadas por acrescentos e sobreposições às edificações anteriormente existentes. No final da campanha, a área escavada atingia cerca de 800 m², possibilitando antever o desenvolvimento das principais estruturas defensivas, integradas na estratégia de defesa e ocupação da plataforma.

Em 1988 prosseguiu a escavação em extensão.⁽²⁵⁾ Com uma área escavada superior a 1000 m², foi possível determinar o local em que se processava a junção entre as duas linhas defensivas anteriormente identificadas definindo-se, também, relações funcionais entre estruturas defensivas e habitacionais, numa perspectiva de organização e optimização do espaço habitado e defendido. A nitidez da estratigrafia horizontal, o bom estado de conservação das estruturas e a forma, em geral clara, como estas se interpoem e sobrepõem, conduziu à definição de novas fases construtivas, correlacionáveis com as sucessivas fases de ocupação, confirmadas pela realização de cortes estratigráficos em locais criteriosamente escolhidos.⁽²⁶⁾

Assegurada a protecção da área de interesse arqueológico, legal e fisicamente, averiguado o elevado interesse científico e patrimonial da jazida, importava iniciar as acções de restauro e reconstrução das estruturas, que a sua importância a um tempo justificava e impunha. Mercê do apoio concedido pelo Departamento de Arqueologia do IPPC, em colaboração com o Museu Monográfico de Conímbriga, iniciaram-se em 1988 as acções de beneficiação da área arqueológica, com a dupla finalidade de protecção e de valorização visual das estruturas. Com efeito, por se tratarem, em geral, de edificações de pedra seca não aparelhada, uma vez escavadas, por exposição aos agentes atmosféricos ficam sujeitas a um conjunto de acções físicas e químicas muito agressivas e prejudiciais

à sua integridade. Por outro lado, não se apresentam, em geral, de molde a serem facilmente perceptíveis pelo visitante comum. Deste modo, a reconstrução em altura proporcionaria, também, a melhoria de leitura e de visualização volumétrica das estruturas. Os trabalhos efectuados neste domínio em 1988 conduziram aos resultados animadores que se podem observar; seguir-se-ão novos trabalhos nos anos subsequentes tendo em vista o aproveitamento integral da estação, em termos de turístico-culturais, afinal um dos objectivos dos trabalhos encetados em 1983.

Nesta preocupação última se insere, também, o restauro do moinho, integralmente custeado pela Câmara Municipal de Oeiras, onde a partir de agora passará a funcionar espaço museológico com carácter monográfico. Tal tarefa, de que nos ocupamos, contou também com o decisivo apoio técnico e financeiro da autarquia. Desta forma, ficou dotado este importante arqueossítio de área museológica, a primeira do Concelho, e uma das poucas que, com carácter monográfico existem no nosso país. Assim se dará resposta às inúmeras solicitações de visita, com especial incidência em estabelecimentos de Ensino, do Primário ao Superior, da Área da Grande Lisboa, sobretudo.

Com o ulterior arranjo paisagístico da zona envolvente da estação, integrada na Zona de Protecção Especial aprovada oficialmente, e a organização de circuitos de visita e outras estruturas de apoio, ficará, finalmente, apetrechado este espaço arqueológico de todos os elementos indispensáveis à sua completa fruição.

Se, no domínio da acção cultural, as tarefas apontadas são de execução prioritária, no domínio das acções de investigação científica importa prosseguir as escavações. De acordo com o Projecto de Investigação aprovado pelo IPPC, julga-se que em 1991 esteja concluída a escavação integral da estação. A ser concretizada conforme se deseja, tal facto permitirá, pela primeira vez, no nosso país, caracterizar, de forma integrada, a organização do espaço em um grande povoado calcolítico, em termos diacrónicos; isto é, possi-



Fig. 26. Aspecto de reconstrução da Casa E em 1988.



Fig. 27. Estruturas reconstruídas em 1988. Ao centro, a Muralha J com a Casa L, em segundo plano; ao fundo, a Casa E.

bilitará entrever a evolução dos conceitos de defesa e de construção das estruturas, e as diversas estratégias de povoamento e de ocupação do espaço habitado, ao longo dos cerca de 800 anos em que decorreu a vida em Leceia.

À conclusão dos trabalhos de campo suceder-se-á a elaboração da respectiva monografia, orientada segundo perspectiva pluridisciplinar, que incluirá o estudo da fauna, dos pólenes e dos macrorrestos vegetais, da sedimentologia, das análises das ligas metálicas e das datações radiocarbónicas, ao abrigo de contactos científicos existentes entre o coordenador do Projecto e os investigadores das diversas especialidades, muito em especial as desenvolvidas no Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa (INIC), no Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa (INIC), e no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia

Industrial. Entretanto, irão sendo divulgados, através dos órgãos da especialidade e em reuniões científicas, os principais resultados obtidos em cada campanha ou grupos de campanhas, à semelhança do que se fez relativamente às de 1983 e 1984 (CARDOSO *et al.*, 1983/84) e de 1985 e 1986 (CARDOSO *et al.*, 1987).

O estudo exaustivo de todos os restos encontrados irá permitir a reconstituição, não só do modo de vida da comunidade que habitou Leceia e das relações por ela estabelecidas com outras comunidades, por exemplo, ao nível de trocas comerciais e influências culturais recíprocas, retratadas pela natureza das matérias-primas utilizadas e respectiva tipologia dos artefactos, mas também a caracterização das relações mantidas com o ambiente envolvente e, em certa medida, a reconstituição deste, numa perspectiva paleoecológica.

5. ESTRATIGRAFIA E FASES DE OCUPAÇÃO

O *Corte I* foi aberto ao longo da face externa da casa B. O *Corte II*, executou-se ao longo do lado SW dos quadrados IV 4.7 e 4.8, igualmente em 1984. Ambos se encontram publicados (CARDOSO *et al.*, 1983/84). No ano seguinte, foi realizado o *Corte III*, correspondendo a secção longitudinal mediana do enchimento do *Bastião C*. Em 1986, os resultados obtidos naquele corte, foram complementados com a observação do *Corte IV* feito paralelamente àquele e dele distanciado 1 m. No final da campanha de 1986 conclui-se outro corte - o *Corte V* - observado ao longo da linha limítrofe setentrional da área escavada, na vertical do *Lageado L 2*. Em 1988, por fim, executou-se o *Corte VI*, ao longo da face interna da muralha GG, o qual permitiu estabelecer, pela primeira vez, estratigrafia adentro da fase cultural correspondente ao Calcolítico inicial da Estremadura, cuja diferenciação era já indicada pelas sucessivas fases construtivas identificadas. Completando-se mutuamente as sequências estratigráficas observadas, em todos estes cortes, optou-se por descrição única, que as integrasse;

De cima para baixo, tem-se:

C.1 - Solo vegetal negro, com pequenos blocos calcários. Esp. ca. 0,15 m. Trata-se de camada superficial remexida, com materiais pré-históricos de épocas diversas, associados a materiais modernos, alguns contemporâneos da utilização do moinho. Esta camada, bem como as subjacen-

tes, tinham sido severamente perturbadas, embora pontualmente, pela abertura de numerosas valas, com retroscavadora, antes de se iniciarem os trabalhos, em 1983.

C.2 — Camada com ca. 0,80 m de espessura; Subdivide-se em 2 níveis distintos (de cima para baixo):

2a — Nível constituído por blocos calcários resultantes do derrube de construções mais antigas. Sofreu processo pedogenético, encontrando-se, por isso, os referidos blocos envoltos em matriz constituída por solo vegetal escuro, que se diferencia apenas da C.1 pela ausência de materiais modernos. É neste nível que ocorrem escassos materiais campaniformes, integráveis no Calcolítico superior da Estremadura (sobretudo pertencentes ao Grupo Internacional);

2b — Nível correspondente à fase construtiva mais recente e aos solos de habitação datados do Calcolítico pleno da Estremadura, com espessura muito variável, aumentando de Este para Oeste da área escavada. Na zona dos *Lageados bb*, atingia cerca de 1 m de espessura;

C.3 — Com cerca de 1,0 m de espessura máxima observável, na zona da face interna da Muralha GG, esta camada subdivide-se em três níveis distintos (de cima para baixo):

3a — Corresponde ao nível de derrube, de fundação, e aos solos de habitação, das estruturas integráveis na fase construtiva mais recente do

CORTE ESTRATIGRÁFICO DO ENCHIMENTO DO BASTIÃO C - CORTE III

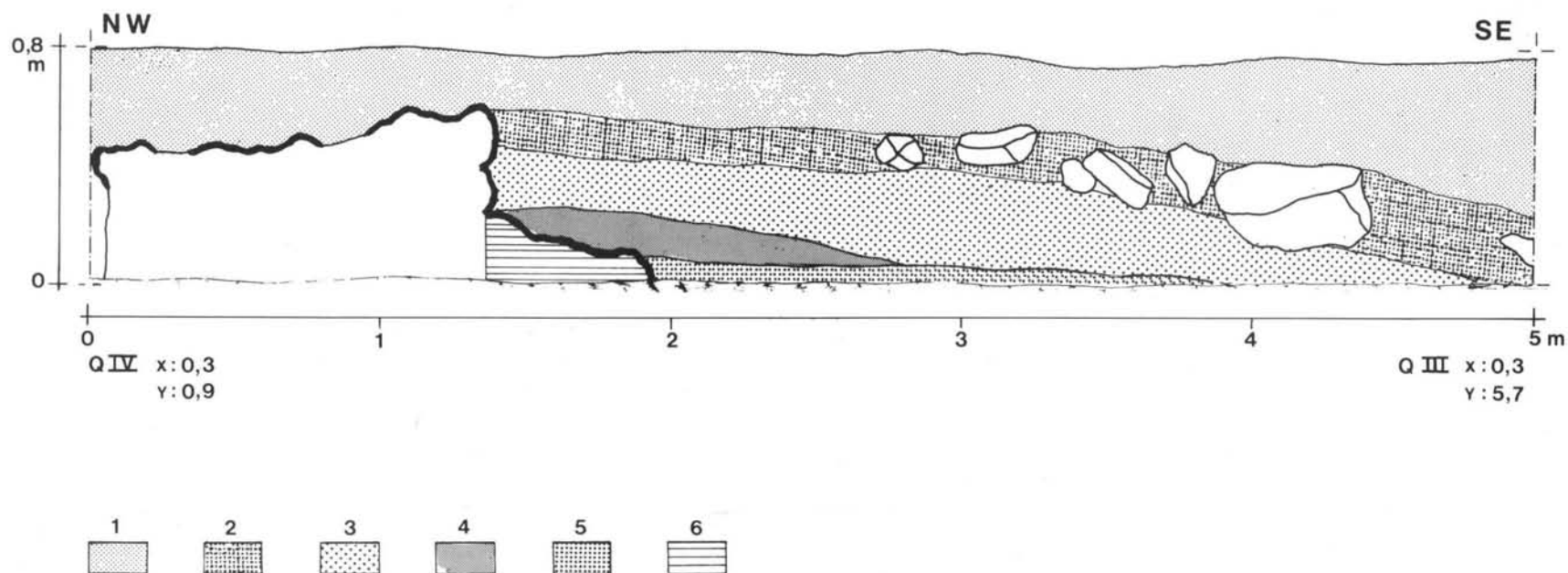


Fig. 29. Corte longitudinal, executado no enchimento do Bastião C (Corte III). Legenda: 1 — C.1: camada de revolvimento com materiais modernos; 2 — C.2a: camada de derrubes de construções da Fase III de ocupação (calcolítico pleno); 3 — C.3d: camada argilosa, de derrube de estruturas do início do calcolítico inicial; 4 — C.3e: camada de ocupação do início do calcolítico inicial, correspondendo à estrutura de combustão — Lareira C1 — identificada no interior daquele Bastião; 5 — “terra rossa”, com nódulos calcários e materiais do neolítico final; 6 — Substrato geológico (calcários duros do Cretácico).

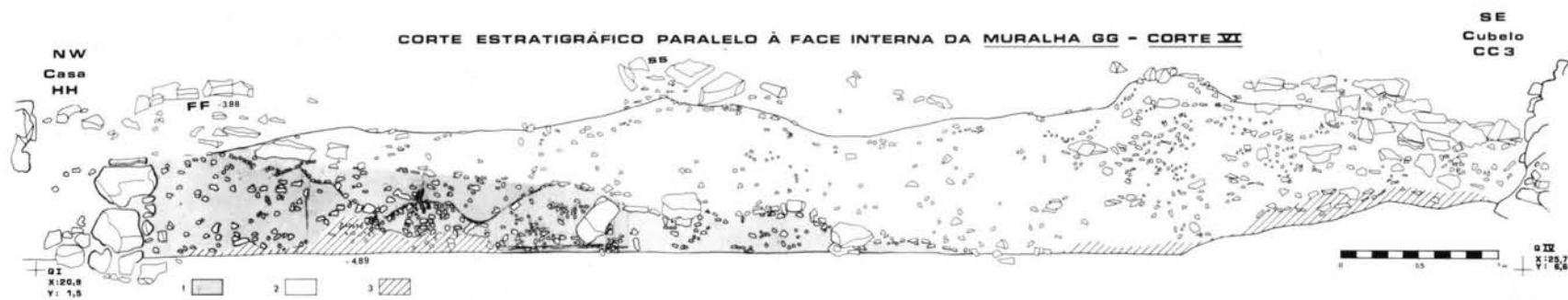


Fig. 30. Corte realizado ao longo da face da Muralha GG (Corte VI). Legenda: 1 — C.3d: camada de derrube, correspondendo às construções edificadas no início do Calcolítico inicial; 2 — C.3b. Camada de derrube, correspondente às construções edificadas na fase média do Calcolítico inicial. 3 — Camada argilosa correspondente a pisos de diversas épocas.



Fig. 28. A Casa L, após reconstrução, em 1988.



Fig. 31. Em primeiro plano, alinhamento correspondente ao muro da Casa R, anterior à construção da 2.^a linha defensiva, que se pode observar, em secção, em segundo plano. A separar ambas as construções, camada de entulho e de regularização à fundação da Muralha O, com materiais do Neolítico final.

Calcolítico inicial, edificadas sobre fundações escavadas no nível subjacente;

3b — Depósito margo-argiloso esbranquiçado, correlativo de fase de derrube de construções já existentes. Este nível ter-se-ia formado, essencialmente, pela fluência do material margo-argiloso que constituiria o cimento daquelas construções, cuja parte superior poderia ser feita de adobes secos ao sol, conforme parece indicar, nestes depósitos, a ausência quase total de blocos rochosos. Denota período de abandono, parcial ou total da povoação;

3c — Nível correspondente à construção de estruturas integráveis em fase média do Calcolítico inicial;

3d — Nível de derrube das estruturas correspondentes à fase inicial do Calcolítico inicial. Trata-se de depósito que, pelas suas características, é muito semelhante ao Nível 3 b, denotando estruturas em que a argila é largamente utilizada, quer cimentando blocos, de grandes dimensões, sobretudo patentes nas construções defensivas, quer constituindo as próprias paredes (adobe) nas partes mais altas das edificações;

3e — Nível correspondente à fundação e ocupação de estruturas, na fase inicial do Calcolítico inicial;

C.4 — Sobre o substrato geológico, observa-se camada castanho-avermelhada, com 0,20 m de espessura máxima, imediatamente subjacente às primeiras construções calcolíticas. Os materiais nela encontrados indicam o Neolítico final da Estremadura. Devido à fraca espessura identificada para esta camada, não se justificou a sua subdivisão em dois níveis; um corresponderia ao da fundação das escassas estruturas identificadas, outro seria formado pelo derrube das mesmas.

C.5 — Substrato geológico, representado por bancadas de calcário duro do Cenomaniano superior, ligeiramente basculadas e profundamente recortadas por cavidades muito irregulares.

A sequência estratigráfica descrita, completada pelas observações realizadas na restante área escavada, permite admitir a existência de quatro fases culturais de ocupação, bem diferenciadas, cujo significado será adiante pormenorizado.

Fase I de ocupação

A primeira Fase de ocupação (representada pela C.4), efectuou-se sobre o substrato geológico, então aflorante, em época integrável no Neolítico final da Estremadura. Caracteriza tal ocupação, essencialmente, a cerâmica, onde abundam as formas carenadas (sobretudo taças) e vasos de bordo denteado. Tratava-se de povoado vasto, mas talvez disperso, que se espalhou por toda a plataforma. Tal facto é indicado pela ocorrência desta camada, sempre que a escavação é levada até ao substrato. Até agora não foram identificadas construções defensivas, sendo provável que se tratasse de povoado aberto, aproveitando tão somente as condições topográficas favoráveis à defesa. Em 1987 identificaram-se as primeiras edificações, correspondendo a uma estrutura habitacional. É provável que a ocupação correspondente fosse de curta duração, atendendo à fraca espessura da respectiva camada arqueológica.

Fase II de ocupação

Sucedese o segundo momento de ocupação, talvez separado do primeiro por pequeno hiato, conforme parece mostrar camada de abandono, de fraca espessura. Integra-se no Calcolítico inicial da Estremadura, sendo representado pela C.3. É, também, ao nível da cerâmica que é possível caracterizar tal Fase, com mais nitidez. Nela sobressaem os típicos “copos” e taças decoradas por caneluras paralelas, ao mesmo tempo que os tipos anteriores se rarefazem até desaparecerem quase completamente. É no período inicial desta Fase, por certo de curta duração, que se define a geometria de todo o dispositivo defensivo, o qual deve ter sido construído rapidamente. Sobre os materiais resultantes da destruição das edificações construídas nesta fase, onde predominava argamassa margo-argilosa indicando que

tais estruturas a incorporavam, largamente, quer como elemento ligante dos blocos, quer como adobe, sobretudo na parte mais elevada das estruturas, fundaram-se outras estruturas, representantes de fase média do Calcolítico inicial. Este aspecto é relevante, do ponto de vista científico, pois esta é a primeira vez em que é possível demonstrar, no nosso país, a existência, não apenas de imponentes construções defensivas, logo no início do Calcolítico inicial, mas inclusivamente de diversas fases construtivas adentro desta Fase cultural.

À Fase construtiva mais recente do Calcolítico inicial, corresponde o Nível *a* da C.3. Está igualmente representada por construções de carácter defensivo e habitacional.

Fase III de ocupação

A última ocupação, com carácter permanente, na plataforma onde se localizou o povoado pré-histórico de Leceia, corresponde à C.2, representada por dois níveis. O mais recente, deve-se a materiais provenientes de derrubes e desmoronamentos das edificações fundadas e utilizadas no nível subjacente. É naquele que se encontraram escassos fragmentos de cerâmicas campaniformes, que indicaram que no Calcolítico superior a fortificação e o povoado se encontravam francamente decadentes. Com efeito, o local, neste período, seria apenas frequentado por pequenos grupos humanos, sem carácter permanente, tal como viria a verificar-se ulteriormente, na Idade do Bronze e na Idade do Ferro. Não são, portanto, suficientes para justificarem a criação de uma IV fase de Ocupação.

Esta Fase de ocupação é caracterizada pelo desaparecimento das formas e elementos decorativos cerâmicos que definiam a Fase cultural anterior e pelo surgimento, em contrapartida, de novos tipos cerâmicos. São característicos os grandes recipientes esféricos, decorados por sulcos largos e profundos e pelos motivos designados por “folhas de acácia” e “crucíferas”, do Calcolítico pleno da Estremadura. Trata-se de período de decadência na vida do povoado, renunciando o seu abandono no início do Calcolítico supe-

rior, como se referiu atrás. As construções defensivas, muito escassamente representadas e, em geral, de aparelho de má qualidade, apresentam-se como reconstruções de estruturas pré-existentes. Também nas construções de carácter habitacional se observa decadência na técnica construtiva e, por conseguinte, na qualidade; estão apenas representadas por lageados muito irregulares; as paredes laterais seriam constituídas por materiais perecíveis, que não se conservaram (entrançados vegetais estruturados em estacaria, por exemplo). Por vezes, foram construídas sobre fundações de muralhas pré-existentes — *Casa JJ*, sobre a *Muralha OO* — denotando que, já neste período, parte das estruturas defensivas se encontravam arrasadas até aos alicerces.



A última ocupação da plataforma de Leceia, com carácter mais ou menos permanente, data do século XVIII. Nos inícios deste século, assisteu-se à construção do moinho ali ainda existente (o mesmo agora reaproveitado como Museu de Sítio), datado, na verga da porta, de 1707. Este moinho deve ter funcionado por pouco tempo porquanto, em meados do século XVIII, se instalou no local uma pedreira que explorou não só as bancadas de calcário aflorantes mas também, muito provavelmente, os amontoados de blocos que deveriam existir, em consequência do desmoronamento das construções pré-históricas (lembremo-nos que as muralhas da primeira e segunda linhas defensivas deveriam atingir cerca de 4 a 5 m de altura, não restando delas, actualmente, mais do que os alicerces). Foi, aliás, esta pedreira, a responsável pela destruição de moinho análogo, situado no extremo da plataforma.

A extracção de pedra do local anteriormente ocupado pelo povoado, deve ter-se verificado antes mesmo da lavra daquela pedreira; o moinho utilizou largamente estes materiais, como indica o elevado grau de destruição das estruturas arqueológicas a ele adjacentes, além daqueles que foram incorporados nos muros divisó-

rios de propriedades. O aproveitamento exaustivo destes materiais explica a regularidade dos terrenos antes dos trabalhos de escavação, que eram terras de semeadura. Em 1974, alguns talhões eram ainda lavrados e semeados, conforme tivemos oportunidade de testemunhar.

Finalmente, em finais de século XVIII ou inícios do seguinte, edificou-se, sobre os entulhos

da pedreira então já abandonada, uma pequena casa saloia, de planta rectangular, cujos vestígios foram detectados em 1986 e 1987 pelas escavações realizadas naquela área da jazida. Esta casa já não se encontra mencionada por Carlos Ribeiro, na monografia dedicada a Leceia, editada em 1878.

6. CONSTRUÇÕES

No final da sexta campanha de escavações anualmente realizadas em Leceia desde 1983, atingiu-se uma área investigada superior a 1000 m². Desta forma, e com as observações realizadas ao longo dos seis anos de trabalhos, é já possível estabelecer, com clareza, a estratégia de povoamento de plataforma, ao longo dos cerca de oitocentos anos de ocupação. Resumidamente, pode definir-se o dispositivo defensivo como sendo constituído por duas muralhas sub-paralelas, que barravam o esporão do lado de mais fácil acesso. Poderá, ainda, vir a encontrar-se uma terceira linha defensiva, exterior às duas já identificadas, no decurso dos trabalhos de 1989.

As estruturas habitacionais situar-se-iam, sobretudo, na zona melhor defendida; porém, aí já nada subsiste, devido à aludida pedreira; na zona entre as duas linhas defensivas concentravam-se, ainda, diversas estruturas; e, por último, na zona extramuros, mesmo em locais sem quaisquer condições de defesa, situados na periferia do recinto fortificado; em 1973, identificámos um fundo de cabana na base da escarpa que limita o povoado do lado oriental, já na encosta da ribeira de Barcarena, que documenta, claramente, aquela situação.

Na descrição das construções mais importantes até agora identificadas, começaremos pelas que constituem ambas as linhas defensivas;

ocupar-nos-emos, depois, das que se situam aquém, entre e além dos recintos por elas definidos. Começaremos a descrição pelas construções de carácter defensivo, passando, seguidamente, às de carácter habitacional, respeitando as cronologias relativas em ambos os casos.

Fase I construtiva (Neolítico final)

Encontra-se apenas representada pela *Casa R*, escavada em 1987, a qual se apresenta constituída por dois muros, incorporando, por vezes, materiais reaproveitados, como um dormente de mó, de granito, observado num deles. A situação estratigráfica desta estrutura encontra-se muito bem definida, pois é nítida a sobreposição da *Muralha 0* a qual, por sua vez, se encontra fundada em camada terrosa de regularização, com abundantes materiais neolíticos (Neolítico final da Estremadura). Tais factos não deixam dúvidas quanto à sua atribuição a este período, constituindo, deste modo, a mais antiga estrutura reconhecida, até ao presente, em Leceia.

Primeira linha defensiva (fortificação central)

Fase II construtiva (início do Calcolítico Inicial)

A 1.^a linha defensiva foi construída, como a

2^a., logo no início do Calcolítico inicial. É constituída por uma espessa muralha cujo lado interno ainda não foi claramente definido. Pelo contrário, a sua face externa apresenta-se constituída por um aparelho, por vezes de grande beleza, formado por lages calcárias volumosas, que atinge a altura máxima de cerca de 1 m. Deste lado, a muralha encontrava-se reforçada por bastiões planta semi-circular, dos quais foram até agora escavados três (*Bastiões C, G, e H*). Do ponto de vista construtivo, mostram-se semelhantes à muralha a que estão adossados sendo, no entanto, notória, a diferença dos blocos, observada por exemplo, entre os que constituem o *Bastião G* e o troço de muralha a ele correspondente, maiores e mais tabulares os desta. Porém, tanto a muralha como estes bastiões podem integrar-se na mesma fase construtiva; o *Bastião H* é, de todos os até agora investigados, o que se mostra pior conservado: além de se encontrar parcialmente sobreposto pelo moínho, grande parte dos blocos que o integravam foram incorporados nesta construção. O *Bastião C*, cuja escavação se concluiu em 1986, mostra duas particularidades que devem salientar-se: uma refere-se à existência de uma fresta, utilizada como seteira, existente pouco acima do chão primitivo da estrutura; é semelhante às da barbã do povoado fortificado calcolítico do Zambujal (Torres Vedras); a outra, respeita à existência de passagem na junção do bastião com a a muralha, voltada para a entrada que daria acesso ao interior do recinto fortificado. A esta passagem opunha-se, no outro lado da referida entrada, uma outra, existente no *Bastião H*. Desta forma, é lícito concluir que se destinavam a reforçar a defesa daquela, funcionando os ditos bastiões como “casamatas” exteriores àquela entrada. Só assim, aliás, se poderia explicar a sua excessiva proximidade, que outras razões defensivas não poderiam cabalmente justificar. Face aos resultados obtidos em 1986, concluiu-se que, logo no início do Calcolítico, Leceia foi fortificada por imponente muralha, defendida exteriormente por bastiões ocios. Este conjunto, que poderia ultrapassar 4 m de altura e

se encontra fundado ora na camada de ocupação correspondente ao Neolítico final, ora nas bancadas de calcário duro do Cenomaniano, constitui o núcleo do dispositivo defensivo.

Do lado ocidental, a primeira linha defensiva termina abruptamente por remate nítido, definido por alinhamento de blocos arrumados, de grandes dimensões, logo adiante do fecho do *Bastião G*. Separada deste remate, mas integrada na mesma Fase, a cerca de 12 m para Oeste identificou-se outra imponente muralha (*Muralha MM*) escavada em 1988. É constituída, no único paramento conservando — o externo — por grandes blocos calcários, dos maiores até agora observados nas construções desta estação. O interior é preenchido por blocos mais pequenos, argamassados. A distância que separa estes dois panos de muralha, pertencentes à mesma linha defensiva, corresponde a uma entrada, muito mais larga daquela que, por acrescentos laterais sucessivos, viria a ser utilizada pelos últimos habitantes.

O prolongamento da área escavada para Oeste, em 1989, poderá confirmar a hipótese da *Muralha MM* atingir, desse lado, a escarpa natural que limita a plataforma fortificada do lado sul-ocidental.

Fase III construtiva (fase média do Calcolítico inicial)

Num segundo momento construtivo do Calcolítico inicial, após período de intensos derrubes da primeira linha defensiva, bem documentados pela espessa camada argilosa deles resultantes, sobretudo na área entre as duas linhas defensivas, assiste-se à reactivação de todo o dispositivo defensivo. É nesta Fase ou na seguinte que se reconverte o *Bastião G*, deliberadamente transformado numa estrutura maciça, por preenchimento do seu interior com blocos, ao mesmo tempo que o seu exterior era reforçado por uma fiada de grandes blocos, facilmente individualizados dos que constituíam o muro anterior.

No decurso desta fase, a construção da primeira linha defensiva progride, lateralmente,



Fig. 32. Aspecto lateral parcial da primeira linha defensiva.



Fig. 33. Vista frontal parcial da primeira linha defensiva: à direita, o Bastião G; à esquerda, vista parcial do Bastião C.



Fig. 34. Vista frontal parcial da primeira linha defensiva: ao centro, o Bastião C; à direita, sob as ruínas do moinho, vestígios do Bastião H.

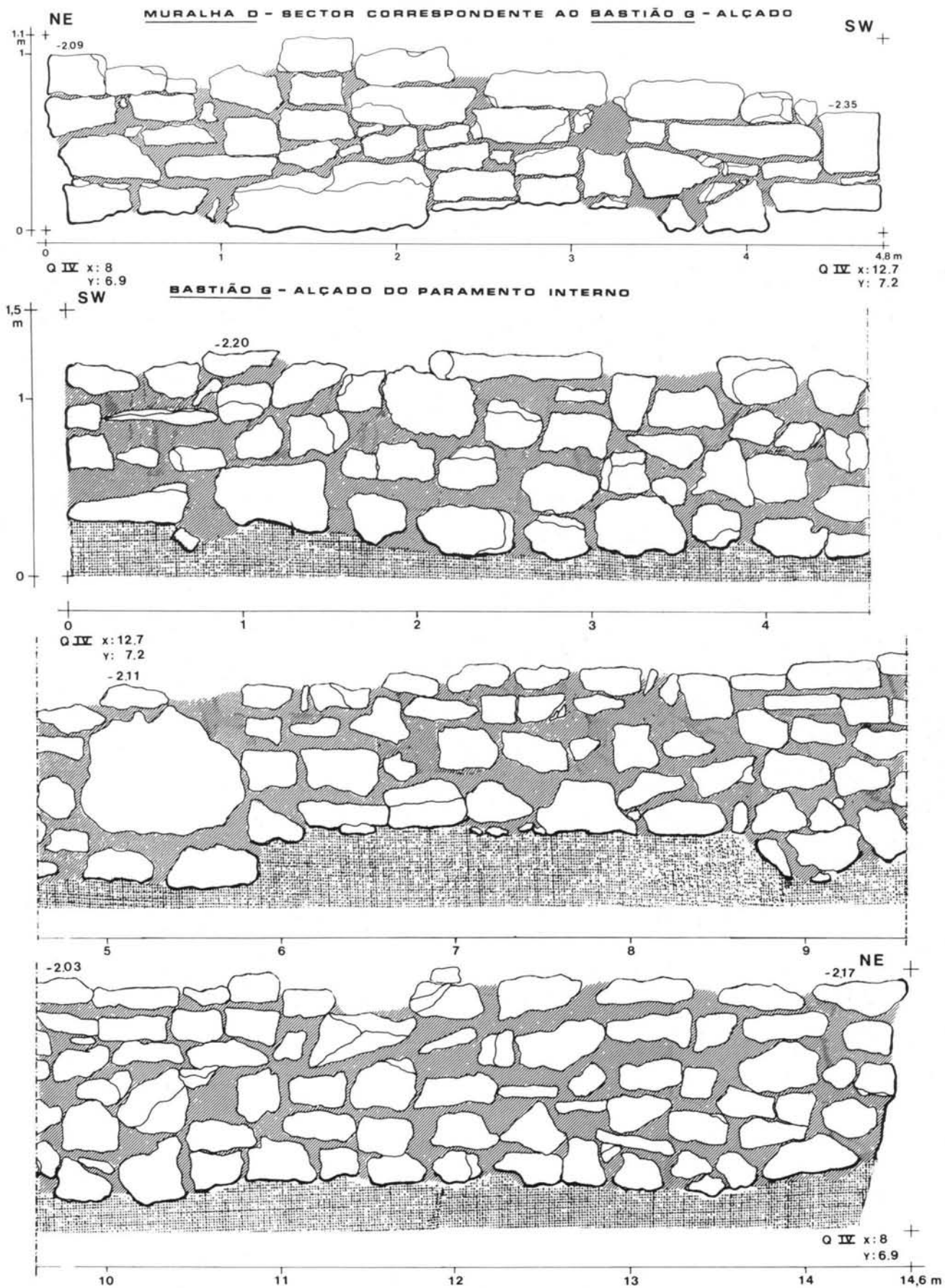


Fig. 35. Em cima: alçado do paramento externo da Muralha D, no sector correspondente ao Bastião G; ao centro e em baixo: alçado do paramento interno do Bastião G. Evidencia-se a diferença no tamanho dos blocos utilizados em ambas as construções.



Fig. 36. Pormenor do aparelho construtivo do paramento interno do Bastião G.



Fig. 37. Pormenor da junção do Bastião C à Muralha D; encontram-se ambos fundados à mesma cota, sobre a camada com materiais do Neolítico final (C.4), mostrando que pertencem à mesma fase construtiva (Fase II construtiva).



Fig. 39. Aspecto parcial do exterior do Bastião C. Ao centro, a abertura, utilizada como seteira.



Fig. 38. Vista parcial do interior do Bastião C, ao nível do piso primitivo. Do lado direito, encostados ao interior do muro, alguns blocos derrubados, caídos sobre aquele piso. Do lado esquerdo vista da estrutura de combustão — Lareira Cl.

para Oeste, diminuindo a largura da entrada que separava a *Muralha D* da *Muralha MM*. Trata-se da *Muralha BB*, que parte do remate existente na *Muralha D*. O desenvolvimento desta muralha parece fazer-se para Sul, encurvando o respectivo muro, progressivamente, nesta direcção. Na campanha de 1989 e seguintes ir-se-á averiguar qual o seu verdadeiro prolongamento, eventualmente até à escarpa natural que limita do lado Sul o povoado. (41)

Fase IV Construtiva (final do Calcolítico inicial)

No lado externo da *Muralha BB* constrói-se, no decurso desta fase, o *Bastião AA*, semelhante aos seus congéneres da fase anterior, mas de menores dimensões e constituído por blocos mais pequenos; ao contrário daqueles, possuía o chão interior revestido de lages. Mais tarde, ainda nesta fase, viria a ser reduzido o seu espaço interior, por construção de murete adossado à parte interna pré-existente. Este acréscimo deverá relacionar-se com transformação de carácter habitacional, que se verificou no seu interior no final da sua utilização, conforme documentam abundantes materiais cerâmicos englobados em cinzas, testemunho de antigas lareiras ali existentes. (46)

O *Bastião AA*, entrosa-se com o *Reforço CCI* da *Muralha CC*, intregrada na mesma Fase, constituindo em conjunto com esta, prolongamento da *Muralha BB*; no decurso da campanha de 1987, identificou-se, no remate da *Muralha CC*, uma *Entrada — CC2* — que constituiria a passagem funcional à data do abandono desta parte da fortificação, logo no início do Calcolítico pleno, conforme mostram os escassos materiais desta Fase cultural ali encontrados, sempre nas camadas mais superficiais, de entulho e derrubes. (47)

Prolongando, ainda em 1987, a escavação para Oeste daquela entrada, identificou-se outra estrutura coeva da *Muralha CC* e mais particularmente, do seu *Reforço CCI*: trata-se do *Cubelo UU*, que limita o lado oposto daquela entrada, encontrando-se adossado à *Muralha MM*. O seu (50)

objectivo era o de, tal como a *Muralha CC*, estreitar a largura da entrada, pré-existente, tornando, assim, mais difíceis quaisquer acções atacantes.



Com a escavação da primeira linha defensiva, quase integralmente investigada, sobretudo pelos avanços decisivos de 1987 e 1988, obtiveram-se elementos coerentes com as conclusões adquiridas noutras áreas da estação. No decurso das sucessivas fases construtivas da Calcolítico inicial ali, representadas, o objectivo de promover uma cada vez melhor capacidade defensiva torna-se evidente pelos reforços de muralhas, bastiões e cubelos, que, progressivamente, se vão adossando às estruturas construídas logo no início do Calcolítico inicial. Ao mesmo tempo que se assegurava uma maior solidez das estruturas defensivas, aumentava-se o espaço defendido: as sucessivas rectificações no desenvolvimento dos acréscimos à *Muralha O*, atestam tal preocupação. Ainda relacionada com a preocupação de melhorar a defesa se pode inscrever o progressivo estreitamento da largura da *Entrada CC2* que, no início do Calcolítico inicial teria cerca de 12 m de largura, para, no final desta fase cultural, não ultrapassar 1 m.

A crescente preocupação defensiva, tal como foi evidenciada, revela agravamento da instabilidade social, no decurso do Calcolítico inicial, com a multiplicação de potenciais situações de conflito.

Segunda linha defensiva

A existência desta linha era sugerida por uma barreira arbustiva natural, constituída por *Quercus coccifera*, que cobria muro de pedra solta divisório de propriedade.

De facto, como suspeitámos, a abundância de blocos, embora muito dissimulados pela vegetação, levaria a considerar mais do que a presença de um simples muro rural. No final da campanha de 1986, identificou-se um primeiro alinhamento (51)



Fig. 40. Vista lateral da seteira existente no Bastião C. Ao fundo, aspecto do Corte III, representado na fig. 29.



Fig. 41. Em primeiro plano, o remate da Muralha D, logo adiante do fecho do Bastião G. Em segundo plano, a Muralha BB, a ele adossada na fase construtiva seguinte.



Fig. 42. Vista parcial do paramento exterior da Muralha MM, constituída por volumosos blocos calcários.



Fig. 43. Aspecto parcial do interior da Muralha MM, constituída por blocos irregulares, argamassados.



Fig. 44. Aspecto do Bastião G, no decurso da escavação. O interior encontrava-se preenchido por blocos, “engrenados” uns nos outros, com o objectivo de o transformar numa estrutura maciça.



Fig. 45. Aspecto parcial do reforço executado ao longo do paramento externo do Bastião G, coevo da transformação deste numa estrutura maciça (ver fig. 44).



Fig. 46 e 47. Aspectos parciais do Bastião AA; posteriormente, reduziu-se o espaço interior desta estrutura, pela construção de murete, talvez relacionado com adaptação de finalidade habitacional.





Fig. 48. Vista parcial do exterior do Bastião AA, à direita; à esquerda, restos do chão legado do átrio correspondente à Entrada CC2.



Fig. 49. a) — vista da Entrada CC2 do lado externo da fortificação. Observam-se restos do lageado do chão primitivo;
b) — vista da mesma entrada do lado interno, conservam-se vestígios do primitivo pavimento, forrado a lages.



Fig. 50. Vista lateral do Cubelo UU, em segundo plano, que limita do lado ocidental a Entrada CC2.



Fig. 51. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, em visita aos trabalhos, no final da campanha de 1986, acompanhado da adjunta. Por detrás, a espessa barreira arbustiva que se verificou, no ano seguinte, encobrir imponente linha defensiva.



Fig. 52. Vista frontal, do lado externo, do Bastião U que flanqueia a Entrada 01, situada à esquerda, na figura.

mento de blocos “in situ”, numa pequena extensão, inferior a 1 m, que mais tarde se veio a verificar corresponderem à face interna da muralha. Também um grande bloco calcário fincado verticalmente no solo, emergente daquela barreira arbustiva, excluía logo a hipótese de simples muro de propriedade, ao mesmo tempo que indicava o desenvolvimento lateral da muralha. A presença desta confirmou-se, plenamente, em 1987 através de escavação em extensão, que definiu o seu desenvolvimento geral. Em 1988 procedeu-se a trabalhos que permitiram a sua cabal integração adentro das sucessivas fases construtivas, anteriormente identificadas, que passaremos a descrever.

Fase II construtiva (início do Calcolítico inicial)

Logo no início do Calcolítico inicial, constrói-se espessa muralha — *Muralha 0*, subparalela à primeira linha defensiva e dela contemporânea. Atingindo espessura máxima de ca. 3,00 m⁽³¹⁾ assenta, ora no substrato geológico, ora nas estruturas e camadas de derrube da I Fase de ocupação e de construção, como se disse pertencentes ao Neolítico final da Estremadura. No sector frontal à fortificação central, a oriente e a ocidente da *Entrada 01*, esta muralha encontra-se defendida por dois bastiões maciços, dela sub-contemporâneos. Trata-se dos *Bastiões S e U*,⁽⁵²⁾ o segundo dos quais flanqueia, lateralmente, a *entrada 01*.⁽⁵³⁾

Mais para ocidente daquela entrada, a muralha encurva para Sul e, após solução de continuidade devido à má conservação das estruturas, prolonga-se pela *Muralha GG*, dela contemporânea, até encontrar a primeira linha defensiva, já em sector ocupado pela *Muralha MM*. Na ligação da *Muralha GG* a esta, observa-se uma entrada — *Entrada GGI*. O facto de nela estarem representadas as mesmas fases construtivas que as identificadas na *Entrada 01*, permite situar a sua fundação, bem como a da *Muralha GG*, logo no início do Calcolítico inicial.⁽⁵⁵⁾

Os paramentos externo e interno da *Muralha 0* encontram-se, em geral, bem definidos, estando, particularmente, o primeiro, representado por formoso aparelho ciclópico, a Oeste do *Bastião U*, constituído por grandes blocos fincados do terreno, travados por blocos mais pequenos,⁽⁵⁶⁾ dispostos horizontalmente nos espaços intermédios.⁽⁵⁷⁾ O interior, tal como já se tinha observado nas muralhas que constituem a primeira linha defensiva, é preenchido por blocos mais pequenos, engrenados uns nos outros e argamassados por idêntico material margo-argiloso.

No exterior da *Muralha 0* e a partir do lado da *Entrada 01* oposto ao ocupado pelo *Bastião U*, desenvolve-se a *Muralha 00*, de directriz arqueada. Porém, a ligação entre ambas as muralhas não se encontra definida, por se por apresentar coberta por construções habitacionais mais recentes, adiante descritas. Admite-se que a *Muralha 00* possa ter desempenhado a função de barbacã, sugerida pela sua disposição; porém, só o alargamento da área escavada permitirá confirmar tal hipótese. A sua fundação assenta no substrato geológico ou na camada correspondente ao Neolítico final, pelo que é lícito atribuí-la à primeira Fase construtiva calcolítica. No Calcolítico pleno já se encontrava arrasada, tendo-se então construído, sobre ela, a *Casa JJ*.⁽⁵⁸⁾

Fase III construtiva (fase média do Calcolítico inicial)

Nesta fase, como pareceria óbvio “à priori”, são as entradas que evidenciam as maiores alterações construtivas. Com efeito, correspondem a um dos locais mais “sensíveis” dos dispositivos defensivos, quaisquer que eles sejam, como bem denotam os especiais cuidados de defesa, ao longo das sucessivas fases construtivas que, em Leceia, sempre lhes foram dispensados. Assim, do lado ocidental da *Entrada 01*, observa-se o prolongamento da parede lateral para o interior do espaço defendido, através da construção de cubelo maciço, de planta aproximadamente rectangular, apoiado num dos ângulos do *Bastião U — Cubelo 03*. É constituído por um belo apa-



Fig. 53. Vista do lado externo da Entrada 01.



Fig. 54. Vista longitudinal da Muralha GG.



Fig. 55. Vista frontal, do lado externo, da Entrada GGL.

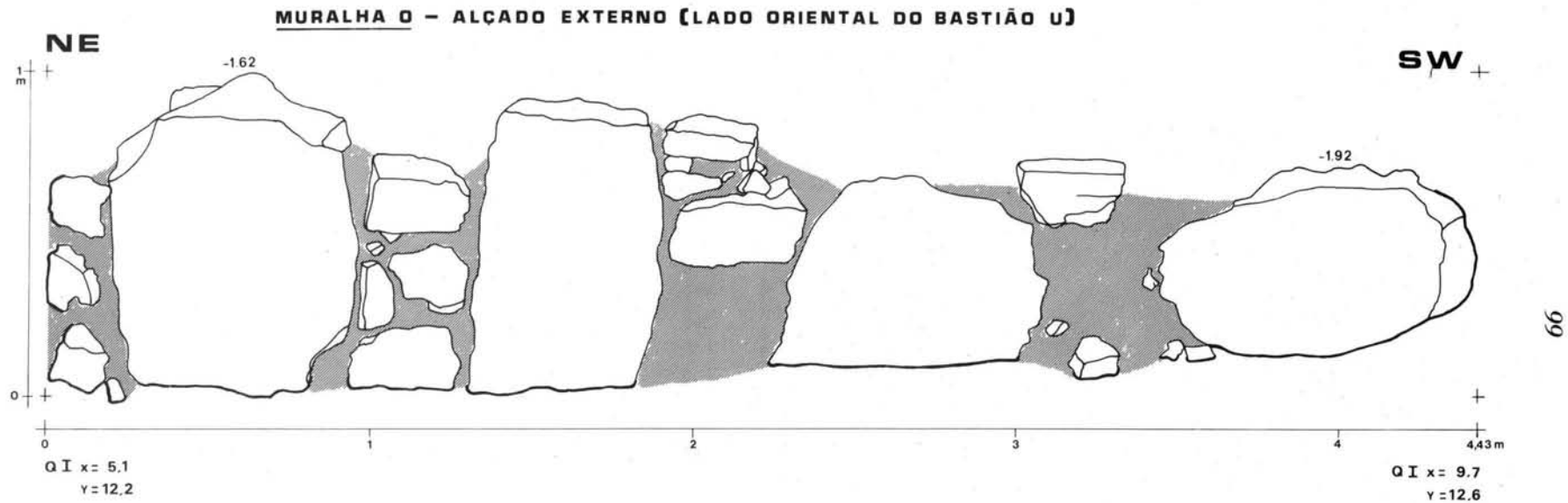


Fig. 56. Alçado do paramento externo da Muralha O, a ocidente do Bastião U, de características ciclópicas.



Fig. 57. Vista parcial do paramento externo da Muralha O, representado na figura 56.



Fig. 58. Em primeiro plano e ao centro, vestígios dos paramentos interno e externo da Muralha OO, conservados apenas ao nível dos alicerces. Em segundo plano, restos do lagrado e de lareira estruturada, correspondentes à Casa JJ, construída sobre a estrutura anterior, quando esta já se encontrava em ruínas.

relho de ortóstatos dispostos horizontalmente, bem individualizado do aparelho pré-existente. (59) Do lado oriental da referida entrada, e com o mesmo propósito de aumentar o seu comprimento, construiu-se uma cunha — *Cunha 02* — (60) adossada ao paramento interno da muralha já existente, a qual aumenta de espessura no sentido da entrada, onde atinge a do cubelo que lhe fica defronte. (61)

Se a *Entrada 01* se encontrava reforçada, do lado interno, pelas estruturas descritas, do lado externo construiu-se, nesta fase, uma cunha adossada à face externa da *Muralha 00* — *Cunha 001* — fronteira ao *Bastião U* e destinada, tal como este, à protecção daquela entrada. A fundação desta estrutura fez-se sobre a camada de entulho que se depositou sobre o nível de pavimento e circulação correspondente à ocupação anterior. (62)

No lado interno da entrada existente na *Muralha GG* — *Entrada GG1* — também se verificou, nesta fase, a construção de reforços de ambos os seus lados e igualmente ao longo da face interna da muralha pré-existente. Trata-se, pois, de situação em tudo similar à observada na *Entrada 01*. O seu objectivo era, igualmente, o de aumentar o comprimento da respectiva entrada, melhorando, ao mesmo tempo, a solidez da muralha a que se encontravam adossados. Um dos reforços — *Reforço GG3* — foi, ulteriormente, parcialmente sobreposto pelo *Cubelo CC3*, que lhe é posterior, o qual foi já anteriormente descrito. (63)

Os reforços no sistema defensivo pré-existente, particularmente nítidos nas entradas até agora identificadas da segunda linha defensiva, parecem ter obedecido à mesma ideia, pré-estabelecida e fielmente executada, conforme sugere a semelhança entre as soluções adoptadas. Com efeito, em ambos os casos, os acrescentos foram efectuados para o lado interno da muralha, retirando, desta forma, espaço útil à área defendida. Por outro lado, tais reforços denotam, até ao final do Calcolítico inicial, preocupações redobradas na solidez do sistema defensivo, já detectadas nas fases anteriores, as quais

se podem relacionar com o aumento da instabilidade social e a consequente multiplicação potencial de situações de conflito.

Fase V construtiva (Calcolítico pleno)

A única estrutura com carácter defensivo que se pode relacionar com esta última fase construtiva, consiste no *Cubelo 002*, semelhante ao *Cubelo 001* e, tal como ele, adossado ao lado externo da *Muralha 00*; a sua construção prova que, pelo menos, até ao início do Calcolítico pleno, tal muralha se encontrava operacional, e com ela a *Entrada 01* que pretendia, precisamente, defender. Porém, ainda no Calcolítico pleno, aquela muralha foi destruída ou se degradou, a tal ponto que a *Casa JJ* veio a ser construída sobre as suas fundações, como já se disse. (65)

Construções existentes no interior da 1.ª linha defensiva

O espaço melhor defendido e, por consequência, aquele onde se concentraria a maior parte das estruturas habitacionais, encontra-se, na sua quase totalidade, arrasado até ao substrato, acção que fica sobretudo a dever-se à lavra da pedreira que, na segunda metade do século XVIII, existiu no local. À presença desta pedreira pode também atribuir-se a destruição do moinho que existia no extremo da plataforma, e do qual apenas subsistem os alicerces, facto que atesta bem a intensidade de tais destruições. Apenas na faixa de terreno adjacente à primeira linha defensiva, onde a acção da pedreira não chegou, se conservam vestígios das estruturas habitacionais que se deveriam espalhar por toda a plataforma.

Fase IV construtiva (final do Calcolítico inicial)

Nesta fase se poderá integrar a *Casa NN*, de planta ovóide, constituída por blocos de pequenas dimensões, por vezes lagiformes, adossada à face interna da *Muralha D*. A diferença das cotas de fundação de ambas as estruturas e (66)



Fig. 59. Entrada 01, lado ocidental: aparelho do Cubelo 03 (à esquerda) contrastando, pela sua regularidade, com o correspondente ao da Muralha O, já existente.



Fig. 60. Entrada 01, lado oriental: aparelho da Cunha O2 (à direita), adossada ao paramento interno da Muralha O (à esquerda).

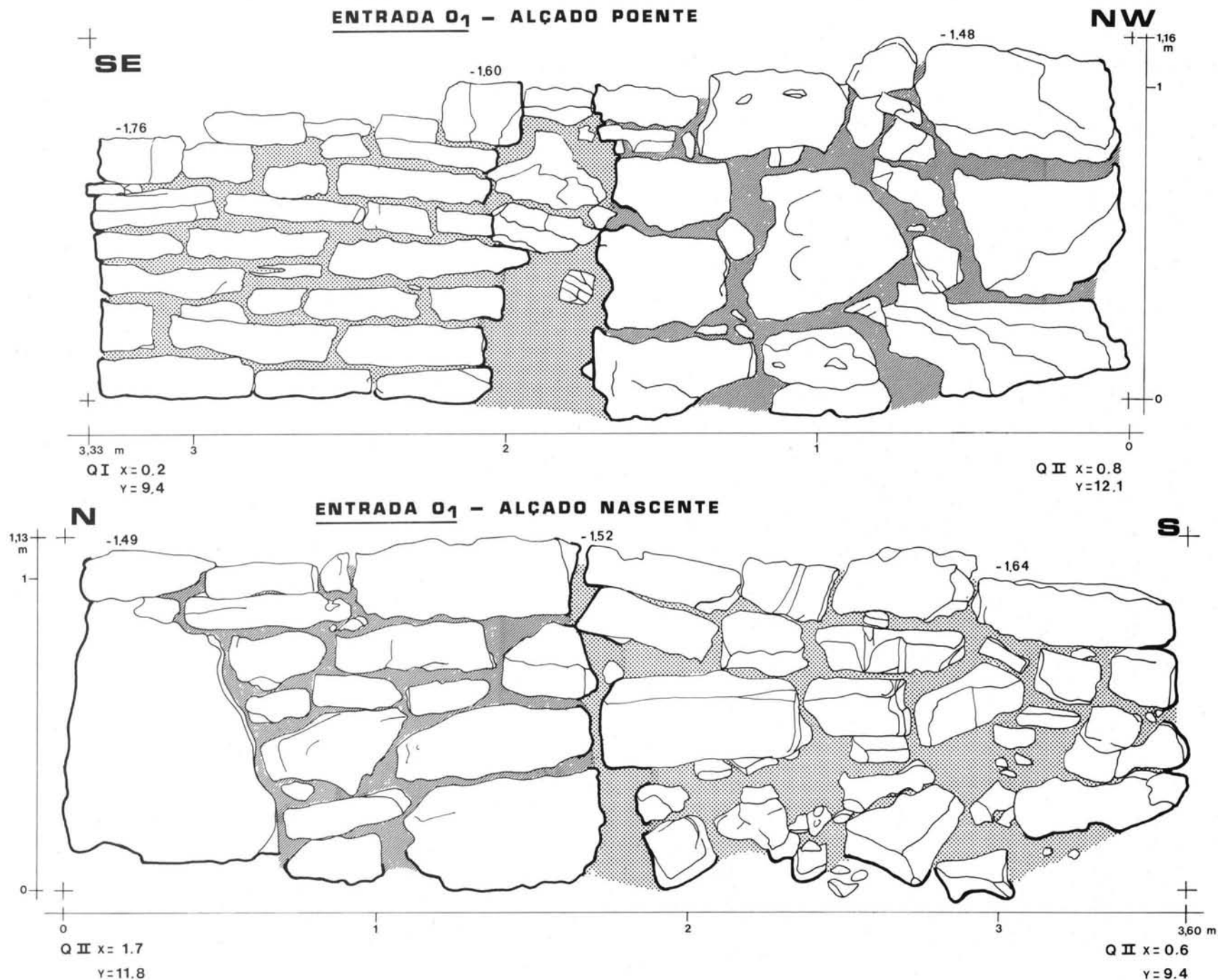


Fig. 61. Alçados laterais da Entrada O₁: à esquerda: alçado ocidental; à direita: alçado oriental. (ver fig. 59 e 60).



Fig. 62. Vista Frontal do lado interno da Entrada 01: do lado esquerda, o Cubelo 03, ulteriormente a ela acrescentado, tal como a Cunha 02, visível do lado direito. Em primeiro plano, à esquerda, vista parcial da Casa B, adossada ao Cubelo 03. Estão representadas as três fases construtivas do calcolítico inicial.



Fig. 63. Entrada GG1, vista do lado interno da área defendida.



Fig. 64. Entrada GG1, vista do lado interno. Evidenciam-se os reforços que, ulteriormente à sua construção se fizeram deste lado.



Fig. 65. Em primeiro plano, à esquerda, o Cubelo 002 destinado à defesa da Entrada 01, tal como o Cubelo 001, observado em segundo plano, construído anteriormente.



Fig. 66. A Casa NN, adossada à face interna da Muralha D, parcialmente escavada em 1986.

ainda relativamente à cota de fundação da *Muralha BB*, integrável na Fase III construtiva, conduz-nos a considerá-la mais recente do que elas; por outro lado, o facto de se encontrar subjacente à camada que, na área, forneceu materiais do Calcolítico pleno, leva-nos a incluí-la na Fase construtiva correspondente ao último momento do Calcolítico inicial; tal conclusão está perfeitamente de acordo com as semelhanças construtivas com a *Casa HH*, tal como ela pertencente a esta fase, como será adiante demonstrado.

Construções existentes no espaço entre a primeira e a segunda linhas defensivas

A distância mínima que separa as duas linhas defensivas é de cerca de 10 m; a distância máxima atinge 16 m. Este espaço é preenchido por construções de carácter defensivo e habitacional, que nalguns casos não é legítimo diferenciar, por possuírem funções múltiplas. É por esta razão que, na descrição seguinte, se optou por análise integrada.

Fase II construtiva (início do Calcolítico inicial)

Quando parte do *Bastião C* foi escavado, em 1985, identificou-se, sobre o chão primitivo do interior da estrutura, uma lareira estruturada — *Lareira CI* — associada a abundantes cinzas, cujo depósito, na vertical, foi definido pelo Corte III. Trata-se de estrutura relacionada com a ocupação daquele bastião que serviria, desta forma, a fins defensivos e habitacionais.

Fase IV construtiva (final do Calcolítico inicial)

Após período de intensos derrubes da fortificação central (primeira linha defensiva) sugerindo abandono total ou parcial, e sobre a camada por eles formada, sobretudo constituída por material margo-argiloso de coloração esbranquiçada, fundaram-se outras estruturas integráveis nesta Fase. Uma delas está representada pela

Muralha DD, com 1,20 m de largura máxima, formada por grandes blocos mal ajustados. Foi escavada em 1983 e 1984, constituindo a primeira estrutura reconhecida em Leceia. Desenvolve-se transversalmente ao espaço entre linhas defensivas, partindo da face externa do *Bastião C* até à face externa da *Casa B*, a qual, por sua vez, confina com a *Entrada OI*. Também a *Muralha Q*, muito mal conservada, se integra nesta Fase construtiva. Apresentando desenvolvimento sub-paralelo à anterior, terminava, tal como aquela, numa das extremidades, na face exterior de um bastião — *Bastião H* — atingindo, a outra, a face interna da *Muralha O*. O espaço compreendido entre estas duas muralhas correspondia a corredor, muito sinuoso — *Corredor TT* — que comunicava a *Entrada OI* com a *Entrada D3*, constituindo a principal zona de circulação e de acesso ao interior da área defendida.

Por outro lado, o desenvolvimento radial daquele corredor face às linhas defensivas, faz crer que, numa segunda fase construtiva do Calcolítico inicial, se tenha optado por compartimentar o espaço defendido por aquelas duas linhas, isolando entre muralhas a única passagem que comunicaria directamente com o interior da fortificação central. Esta estratégia de defesa, revela concepção planificada na organização do espaço, ao mesmo tempo que documenta reactivação do sistema defensivo, após o episódio de abandono aludido, que poderia não ter sido total, nem de longa duração.

A este último momento construtivo do Calcolítico inicial pertence, também, a *Casa L*, escavada em 1986. Trata-se de uma construção de planta ovóide, constituída por blocos em geral irregulares, deficientemente argamassados. A entrada, marcada no exterior por soleira, constituída por lage alongada colocada transversalmente, prolonga-se para o interior por dois pequenos degraus, correspondentes à espessura da parede. O chão interior encontra-se lageado, tal como o pequeno átrio exterior, que se desenvolve até à face interna da *Muralha O*, mas não se prolonga por debaixo desta, provando-se assim



Fig. 67. A mesma estrutura habitacional da figura 66, após escavação completa.

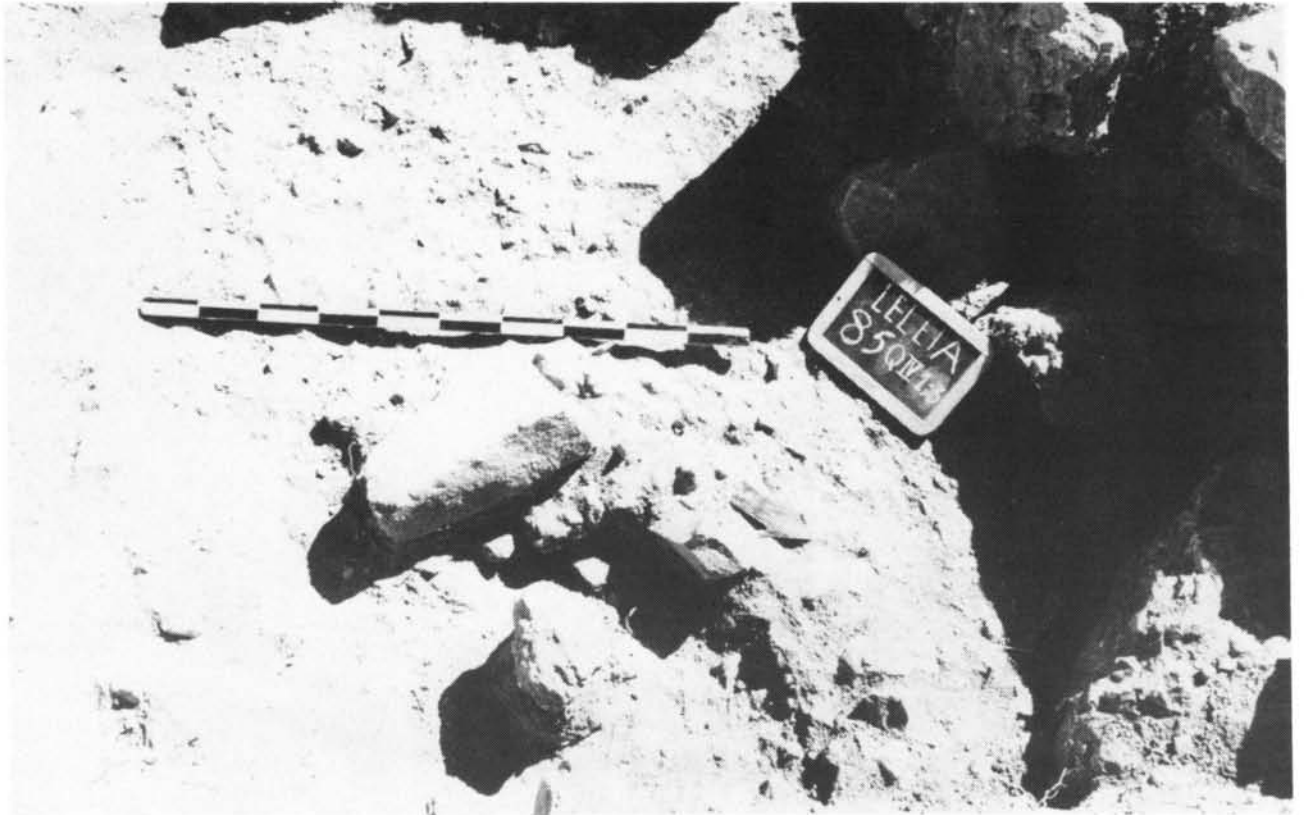


Fig. 68. Lareira Cl, construída sobre o piso primitivo do interior do Bastião C (ver figura 38).



Fig. 69. A Muralha DD no canto inferior esquerdo, tal como se podia ver em 1985, foi a primeira estrutura identificada em Leceia (ver figura 16).



Fig. 70. Vista parcial da fundação do Muralha Q, assente sobre camada argilosa, resultante de derrubes de construções anteriores.



Fig. 71. O Corredor TT, ao centro, de contorno sinuoso, limitado por muralhas.



Fig. 72. A Casa L, vista obtida do lado da entrada, ao centro, marcada por soleira disposta transversalmente.



Fig. 75. Vista do alto, da Casa B (à esquerda), parcialmente sobreposta e destruída pela construção da Casa E (à direita).

que lhe é posterior. O muro desta casa entrosa-se com o da *Muralha Q*, indicando que a função defensiva complementava a habitacional; talvez por esta razão a entrada, que, normalmente, se deveria abrir para Sul, se encontre orientada para Norte, evitando exposição à zona mais vulnerável a qualquer acção ofensiva, ou seja, ao *Corredor TT*. Por outro lado, a orientação desta entrada pode não indicar mais do que a necessidade de assegurar a privacidade dos ocupantes da habitação, evitando-se a via principal de circulação. A protecção dos ventos e da chuva dos quadrantes de Norte encontrava-se assegurada, se atendermos a que a altura da *Muralha O*, situada a menos de três metros de distância daquela entrada, era superior a 4 m.

É também nesta fase construtiva que se deverão integrar as estruturas *M* e *N*, ambas escavadas em 1986. Pontualmente, encontram-se severamente danificadas, em consequência de buracos feitos com retroescavadora pelo antigo proprietário, antes da nossa intervenção, para o plantio de árvores. Apesar de tudo, é nítida a planta arredondada de ambas. Trata-se de construções constituídas por lages dispostas horizontalmente, sem quaisquer vestígios de arranque de muros laterais, a menos que estes fossem constituídos de materiais perecíveis, como entrançados vegetais firmados em estacaria. Como hipótese, tinha-se apontado, em 1987, poderem constituir estruturas habitacionais (CARDOSO *et al.* 1987). Porém, outra hipótese afigura-se-nos hoje mais plausível, atendendo a que, objectivamente, se apresentam como extensas superfícies regulares e lageadas: poderiam constituir eiras para o processamento de cereais, cujo cultivo se encontra bem documentado por numerosas lâminas elípticas de sílex, de retoque cobridor, plausivelmente utilizadas como elementos de foice. De qualquer forma, constituem estruturas inéditas em povoados calcolíticos portugueses ⁽¹⁾. A estrutura *N* revela, ainda, dois períodos de utilização; a área útil reduziu-se no mais recente.

Ainda nesta fase construtiva se integra a *Casa B*, adossada à parede interna da *Muralha O*,

escavada em 1984 e 1985. Possuía planta semi-circular, constituindo, tal como a *Casa L*, sua contemporânea, parte integrante do dispositivo defensivo, já que assegurava a ligação da *Muralha O* à *Muralha DD*.

No sector ocidental da segunda linha defensiva, representado pela *Muralha GG*, situa-se a *Casa HH*, que se encontrava parcialmente adossada ao *Reforço GG2*; a sua menor antiguidade, face àquele, encontra-se, ainda, salientada, por possuir uma fundação muito menos profunda. Porém, a sua integração no Calcolítico inicial é assegurada pela tipologia do espólio, particularmente o cerâmico. Tal como a estrutura *N*, já referida, esta casa conheceu também dois períodos de ocupação. No mais antigo integra-se a *Lareira HHI*, situada aproximadamente no centro; no decurso do mais recente construiu-se um lageado que, inviabilizando a continuação do aproveitamento de tal estrutura, obrigou à deslocação da zona de fogo para o lado norte da habitação, aproveitando a parede desta; neste local se encontrou, no decurso da escavação, em 1988, uma grande concentração de cinzas.

A cerca de 1 m para Sul da *Casa HH*, escavou-se em 1988 a *Lareira FF*, sem que se possa relacionar com aquela ou outra estrutura habitacional. Tratar-se-ia de lareira construída ao ar livre, podendo, desta forma, servir diversos núcleos habitacionais. Por essa razão foi considerada como estrutura elementar. A sua utilização é coeva da da *Casa HH*, conforme mostra o nível a que foi fundada. Aquando da escavação encontrava-se já destruída em parte da sua periferia.

Fase V construtiva (Calcolítico pleno)

As duas únicas estruturas a que se pode, neste período, atribuir carácter defensivo, são as *Mura-*

(1) M. KORFMANN, em visita ao local em Abril de 1987, sugeriu poderem constituir silos para cereais, hipótese que foi ultimamente apresentada por PARREIRA (1987). Porém, dificilmente se compreenderia que assim fosse, atendendo ao deficiente isolamento quer à humidade, quer aos pequenos roedores que destruiriam o cereal.



Fig. 73. Vista parcial da área escavada em 1986. Em primeiro plano, a Muralha DD que limitaria conjuntamente com a Casa L (ao centro) integrada na Muralha Q, o Corredor TT. Em segundo plano, as estruturas M e N.



Fig. 74. Em primeiro plano, a estrutura N que, conjuntamente com a estrutura M, visível por detrás, poderiam constituir eiras para o processamento de cereais ou secagem de leguminosas (fava, por exemplo).



Fig. 76. Pormenor da diferença de cotas de fundação entre a Casa B e a Casa E, evidenciando a maior antiguidade da primeira (à direita).



Fig. 77. A Casa HH, parcialmente adossada ao Reforço GG2.



Fig. 78. Ao centro da fotografia, pormenor que evidencia a menor antiguidade da Casa HH, face ao Reforço GG2, pela diferença de cotas de fundação respectivas.



Fig. 79. Lareira HHL, construída na primeira fase de ocupação da Casa HH. Foi posteriormente coberta pelo Lageado HH2, que se vê por detrás.

lhas J e I, ambas parcialmente sobrepostas às *Muralhas Q e DD*, construídas na fase anterior. tal facto leva a considerar a hipótese do dispositivo defensivo definido no final do Calcolítico inicial ainda se encontrar operacional no Calcolítico pleno, ou pelo menos parte dele, ainda que com pequenas modificações.

As edificações de carácter habitacional identificadas na área que agora nos ocupa, contrastam, pela abundância, com as de índole defensiva; tal facto sugere que, pelo menos, parte deste espaço seria preferencialmente ocupado no decurso do Calcolítico pleno, em detrimento de outras áreas da jazida. Dentro de referida área, a oriente *Corredor TT*, é nítida a ausência de materiais correspondentes a esta última ocupação pré-histórica, embora tal se possa explicar pela fraca espessura do depósito arqueológico, devido à erosão. De facto, a espessura do estrato correspondente atinge a sua maior espessura (Ca. 0,80 m) na zona mais ocidental do espaço entre as duas linhas defensivas, zona também mais rica em vestígios de estruturas desta época.

Dois tipos principais de habitações representam esta fase: as que aproveitaram estruturas pré-existentes e as que se construíram de raiz, sempre muito frágeis e, por conseguinte, dificilmente definíveis por escavação. Dentre as primeiras, identificaram-se as seguintes:

Casa P — aproveita o espaço definido pelos *Bastões C e G* e pela face externa da *Muralha D*. A Norte, é limitada pelo *muro c*, única estrutura cuja construção seria necessária para que o recinto ficasse fechado, conjuntamente com um pequeno sector da *Muralha I*. Ali situa-se porta que serviria a habitação, que comunica para o corredor principal de circulação já mencionado atrás — *Corredor TT*. No interior da habitação, identificaram-se três *lareiras* estruturadas cujas diferenças morfológicas pressupõem, todavia, fins diferenciados. Enquanto *P3* funcionaria como *lareira* que aproveitava directamente o calor do fogo, *P2* e, sobretudo, *P1* seriam *lareiras-calorífero*, isto é, o calor utilizado na confecção de alimentos era o emitido por pedras aque-

cidas, funcionando como ‘grelhadores’. Esta última estrutura encontra-se, ainda hoje, bem-definida pelas pedras, nas suas primitivas posições. A parte restante do piso da habitação era parcialmente ocupada por uma grande bancada de calcário, e por chão argiloso onde se encontraram numerosos restos de alimentação, que, desta forma, se acumulariam no próprio local habitado. A *casa P* é a maior das estruturas habitacionais até agora escavadas, não obstante tratar-se de um reaproveitamento de estruturas pré-existentes. O facto de nela se terem encontrado três *lareiras* pressupõe que fosse ocupada por uma pequena comunidade. Aquando da sua construção, apesar, como é óbvio, dos dois *bastões* a que se encontra adossada ainda estarem de pé, já não teriam funções defensivas, como indica o facto da seteira do *Bastião C* — *Seteira C2* — ter ficado obstruída pela construção da casa em questão. Os materiais arqueológicos nela recolhidos indicam o Calcolítico pleno, período durante o qual, como se disse, praticamente se não edificaram estruturas de índole defensiva.

Casa Z — trata-se de uma habitação escavada em 1987 aproveitando o espaço definido pelos *Bastões G e AA* e pelas faces externas das *Muralhas D e BB*. Um muro, do qual ainda restam vestígios, fecharia a Norte o espaço assim definido, o qual comunicaria com o lado interno da *Entrada CC2* através do *Corredor Z3*, lageado tal como o chão da habitação respectiva (*Lageado Z1*). Esta dispunha, ainda, de uma *lareira* estruturada — *Lareira Z2* — no interior da qual se recolheram abundantes cinzas e terra queimada. Esta casa deverá ser ulterior à Fase IV construtiva, a que pertence o *Bastião AA*, ficando, por exclusão de partes, definida a fase em que foi construída e que os materiais nela recolhidos não desmentem.

Casa A — esta estrutura, escavada em 1984, aproveita uma das faces do muro *C* — a outra é aproveitada pela *Casa P*, como se viu antes — e a face interna da *Muralha I*. Difere, porém, das duas casas anteriores pelo facto dos muros a que se adossa pertencerem à mesma fase construtiva. O espaço habitacional era fechado por



Fig. 80. Lareira FF, provavelmente estrutura de ar livre dando serventia a diversas habitações.



Fig. 81. A Muralha I, do lado esquerdo evidenciando-se dois paramentos constituídos por blocos bem arrumados mas não argamassados (facto que a diferencia das muralhas construídas nas fases anteriores) sendo o espaço intermédio preenchido por pequenos blocos (ver fig. 16).



Fig. 82. A Muralha J, ao centro, antes da reconstrução (ver a figura 27, após reconstrução).



Fig. 83. Vista geral da Casa P, delimitada, à esquerda, pelo Bastião G, ao fundo pelo muro C e à direita pelo Bastião C (não visível).



Fig. 84. Porta de acesso à Casa P, aberta na Muralha I, vista do Corredor TT.

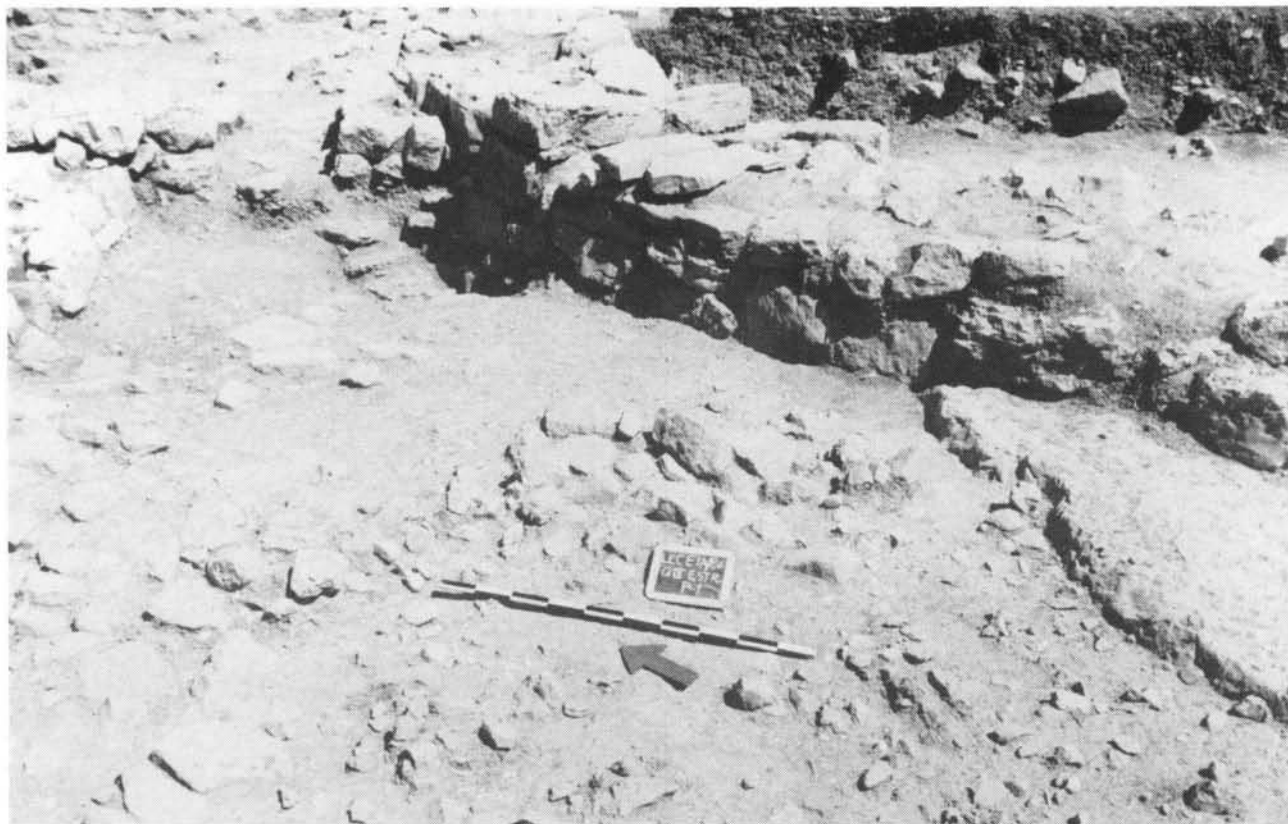


Fig. 85. Vista parcial da Casa P. Ao centro, a Lareira Pl.



Fig. 86. A Lareira Pl funcionando, provavelmente, como grelhador.

uma parede de materiais perecíveis, de que apenas se encontraram ténues vestígios da fundação, definindo, desta forma, recinto de planta triangular. No vértice oposto à entrada, exploraram-se duas lareiras geminadas (*Lareiras A1 e A2*), com funções diferenciadas; à semelhança das existentes no interior da *Casa P*, uma (*A1*) funcionaria, essencialmente, como lareira calorífero, encontrando-se o seu interior completamente preenchido de pequenos seixos rolados de calcário e de quartzito, destinados a aquecer os alimentos, funcionando como acumuladores térmicos; a outra (*A2*), cujo centro se encontrava ocupado por grande bloco de calcário muito calcinado, provavelmente para apoio dos recipientes a aquecer, destinar-se-ia ao aproveitamento directo do calor da chama.

Lareira SS — tal como a *Lareira FF*, pertencente à Fase construtiva anterior, também esta poderia ser utilizada por várias unidades habitacionais de difícil individualização: *Casas F, X, V* (?). A ser assim, fica justificado o tratamento como estrutura elementar, que lhe atribuímos. Foi escavada em 1985 e 1986.

Casa RR — Esta unidade habitacional, escavada em 1987, é constituída por uma lareira estruturada, com o fundo forrado de lages, e por um conjunto de lageados, muito irregulares, com soluções de continuidade (*Lageados bb*) que poderiam, na realidade, pertencer a diversas habitações ou compartimentos contíguos da mesma unidade habitacional.

Casa E — Parcialmente sobreposta à *Casa B*, é a única estrutura integrável nesta fase de planta circular a ovóide, embora construída por blocos muito irregulares, não argamassados.

Construções existentes no exterior da segunda linha defensiva

Fase V construtiva (Calcolítico pleno)

As habitações até ao presente identificadas no exterior da segunda linha defensiva integram-se, exclusivamente, na V e última fase construtiva, pertencente ao Calcolítico pleno da Estre-

madura. A abundância de estruturas habitacionais no exterior da segunda linha defensiva, pressupõe a existência de uma outra, ainda mais envolvente, cujos indícios parecem evidenciar-se no terreno.

Casa JJ — trata-se de estrutura escavada em 1988; foi construída sobre a *Muralha 00*, após a completa destruição desta. Está representada por lageado muito irregular, que forrava o chão da habitação, envolvendo uma bela lareira estruturada de contorno poligonal, definida por pequenas lages postas ao alto e blocos de calcário, apresenta-se muito bem conservada. Corresponde ao último momento desta fase construtiva; no início desta, ainda a *Muralha 00* se encontrava operacional, como indica a construção do *Cubelo 002*, a ela adossado, com finalidades defensivas. Forneceu materiais característicos desta Fase cultural, particularmente cerâmicos.

Casa LL — trata-se de estrutura muito frágil, escavada também em 1988. É constituída por alinhamento irregular de pequenos blocos de calcário, delimitando espaço habitacional semi-ovalar, adossado à face externa da *Muralha 0*. Tal como a *Casa JJ*, encontra-se parcialmente sobreposta à *Muralha 00*. A sua integração no Calcolítico pleno é confirmada pela tipologia dos artefactos nela recolhidos, particularmente os materiais cerâmicos.

Casa PP — das estruturas assinaladas na planta, nesta zona, para além das já referidas, apenas esta pode considerar-se suficientemente característica em termos funcionais. Trata-se, também, muito provavelmente, de uma unidade habitacional, de planta arredondada, cujo contorno externo se encontra definido por uma fiada de blocos de maiores dimensões. Por critérios estratigráficos e pelo espólio recolhido, integra-se, obviamente, nesta Fase construtiva.

Casa (?) II — distanciada 1 m da *Muralha GG* e a cerca de 2,5 m da primeira linha defensiva, neste sector representado pela *Muralha MM*, situa-se uma estrutura ovóide a circular, com esboço de corredor, escavada em 1988. Parte do seu paramento interno é definido por ortóstatos



Fig. 87. Vista geral da Casa Z. Em primeiro plano, a Lareira Z2. Em segundo plano, vestígios do Lageado Z1 que forrava o chão da habitação e que se prolongava, para o exterior desta, através do Lageado Z3.



Fig. 88. Casa A, escavada em 1984 e 1985, cujo chão se encontrava forrado de lages. Possuía duas lareiras estruturadas, já apresentadas (ver figuras 17 a 19).



Fig. 89. Casa RR, constituída por lageado muito irregular e por lareira estruturada, igualmente com o fundo forrado de lages.



Fig. 90. A Casa E, depois de reconstruída (ver também as fotografias 75 e 76).



Fig. 91. Casa JJ, construída sobre as fundações da Muralha OO. Encontra-se definida por lageado muito irregular e por uma bela lareira estruturada – Lareira JJI (ver fig. 58).



Fig. 92. Casa LL, adossada ao paramento externo da Muralha O.



Fig. 93. Casa PP, definida por fiada de blocos delimitando espaço arredondado.



Fig. 94. Situação da estrutura II no exterior da Muralha JJ (cujo paramento externo é visível) e da Muralha MM, ao fundo.

colocados verticalmente em uma só fiada, o que requeria a existência de enrocamento do lado externo que assegurasse a sua sustentação. Tal técnica construtiva evoca a utilizada nos *tholoi*.⁽⁹⁵⁾ De facto, nas camadas mais altas dos materiais acumulados no seu interior, recolheram-se alguns restos humanos. Porém, em associação com aqueles, e nas camadas mais profundas, onde já não ocorriam, abundavam restos de alimentação e cerâmicos, muito fracturados, como é usual em contextos habitacionais, sendo frequentes os fragmentos decorados por “folhas de acácia” e em “crucifera” muito raros em contextos funerários desta época. Desta forma, persistem dúvidas quanto ao significado dos restos humanos e, por extensão, quanto à natureza da própria construção. Porém, o facto de também serem muito frequentes restos de alimentação faz-nos considerar, como mais provável, finalidade habitacional.

Da análise descritiva das construções integráveis na última fase construtiva existentes no espaço compreendido entre as duas linhas defensivas já identificadas e no exterior da segunda, pode afirmar-se que aproveitaram, sobretudo, estruturas pré-existentes (muralhas, bastiões). As que foram feitas de raiz, tratam-se, sempre, de estruturas muito frágeis, sobretudo definidas por lageados irregulares, que contrastam com a robustez das construções defensivas e habitacionais construídas nos períodos anteriores.



Em conclusão, pode apresentar-se o seguinte ensaio de reconstituição da ocupação do espaço no povoado pré-histórico de Leceia, com base nas construções habitacionais e defensivas até agora identificadas nas seis campanhas anuais de escavações, iniciadas em 1983:

Fase I construtiva (Neolítico final)

No Neolítico final estabeleceu-se na plataforma vasto povoado, embora talvez caracterizado por ocupação dispersa; as estruturas até agora identificadas são exclusivamente de carácter habi-

tacional. É de aceitar, assim, a hipótese de povoado aberto, sem defesas, para além daquela que a vantajosa situação geomorfológica oferecia; trata-se, de facto, de plataforma debruçada sobre o fértil vale da ribeira de Barcarena, defendida por todos os lados por escarpa natural, menos daquele onde, mais tarde, se vieram construir as fortificações, logo no início do Calcolítico inicial.

Fase II construtiva (início do Calcolítico inicial)

No início do Calcolítico inicial e após um provável hiato de curta duração, como parece indicar a existência de camada de entulho com cerca de 0,15 m sobre as estruturas de primeira ocupação, constrói-se, aparentemente, de forma rápida e respeitando ideia pré-concebida, dispositivo defensivo complexo, constituído pelo menos por duas linhas fortificadas. O lado externo destas encontrava-se reforçado por bastiões ociosos, maciços ou semi-maciços e semi-circulares, que defendiam, invariavelmente, entradas no interior de cada circuito.

Fase III construtiva (meados do Calcolítico inicial)

Nesta fase, o dispositivo defensivo sofre diversas alterações e acrescentos, conducentes a uma maior solidez das estruturas (muralhas e bastiões), acompanhadas pelo progressivo estreitamento e alongamento das três entradas já existentes.

Fase IV construtiva (final do Calcolítico inicial)

No decurso desta fase, e após período de intensos derrubes (abandono total de Leceia?)⁽²⁾,

(2) O abandono generalizado do local entre a III e a IV Fases construtivas, parece acentuado pelos resultados das análises polínicas. Com efeito é na camada constituída por derrubes das construções anteriores à IV Fase construtiva, que se veio a identificar a maior percentagem de gramíneas, sugerindo espaço aberto e despovoado, porém ainda não há tempo suficiente que possibilitasse a instalação do coberto arbóreo; análises inéditas, de J. Pais (Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da UNL), trabalho em preparação.



Fig. 95. Vista geral da estrutura II.

marcado por espessa camada estéril, adensa-se a ocupação do espaço situado entre as duas linhas defensivas, nesta altura segmentado por muralhas radiais em relação à directriz de ambas as linhas defensivas. Aquelas muralhas delimitam, simultaneamente, sinuoso corredor de circulação que comunicava directamente com o interior da primeira linha defensiva. Assim se procuraria dificultar quaisquer acções ofensivas. As estruturas habitacionais existentes nesta área participam, por vezes, desta concepção global de defesa, constituindo, nalguns casos, elementos estruturais integrados naquele dispositivo. Ao mesmo tempo, prossegue o reforço das entradas já existentes e das respectivas muralhas, através da construção de novos panos e bastiões adossados aos já existentes.

Fase V construtiva (Calcolítico pleno)

As construções defensivas, embora estejam documentadas, reduzem-se ao mínimo. No geral, tratam-se de reedificações de muralhas pré-existentes, como indica a sobreposição entre elas; desta forma, é lícito admitir que o dispositivo defensivo se manteria, pelo menos em parte, operacional, respeitando a disposição anteriormente definida. Noutros casos, após reforço das estruturas defensivas já existentes, logo no momento inicial desta fase construtiva, estas entraram rapidamente em declínio, ou foram deliberadamente arrasadas, construindo-se, sobre os seus alicerces, estruturas habitacionais, que documentam o derradeiro momento construtivo.

As estruturas habitacionais desta Fase limitam-se, nuns casos, a aproveitar elementos arquitectónicos ainda de pé, mas já desprovidos de interesse "militar": é o caso da *Casa P* que, ao encostar-se ao exterior do *Bastião C*, veio a inviabilizar o uso da seteira nele existente. Noutros casos, foram edificadas de raiz, correspondendo sempre a estruturas muito frágeis, talvez constituídas por entrançados vegetais estruturados em estacaria fincada no solo. De contorno difícil de perceber, através de escavação, encontram-se apenas representadas por lageados muito irregula-

res, por vezes associados a lareiras estruturadas.



As técnicas construtivas e a qualidade das construções, delas reflexo, evidenciam nítida decadência do Calcolítico inicial para o Calcolítico pleno. Ao aparelho ciclópico, que por vezes caracteriza as construções defensivas do início do Calcolítico inicial ou ao aparelho de blocos argamassados, muito regular, que em geral se pode observar naquelas construções sucede-se, na fase média do Calcolítico inicial, aparelhos em geral menos cuidados. A grande abundância de material margo-argiloso utilizado como ligante nas construções destas duas Fases, deu origem, em períodos, de abandono, à formação de espessas camadas de derrube, que separam, respectivamente, as construções pertencentes a cada uma delas. Por outro lado, a escassez de blocos rochosos entre tais restos, sugere que a parte superior das edificações, tanto defensivas como habitacionais, seriam constituídas de adobe (argila seca ao sol).

No final do Calcolítico inicial as estruturas fundadas na camada argilosa e margosa resultante de derrubes verificados nas construções das fases anteriores, atestam já nítida decadência construtiva. Os blocos, embora ainda argamassados na maior parte das edificações são, em geral, de menores dimensões e mais irregulares. Porém, as estruturas habitacionais ainda denotam cuidados construtivos e robustez que já não se verificam nas suas homólogas da última Fase construtiva. Como já se disse, nesta, as construções defensivas são praticamente inexistentes. As de carácter habitacional, ou aproveitam elementos pré-existentes ou resumem-se a decadentes cabanas, que apenas o chão, nalguns casos lageado, e as lareiras nelas existentes, denunciam; as paredes laterais seriam feitas de elementos perecíveis, os quais substituíram as alvenarias ou adobe que caracterizavam as das fases anteriores.

A degradação dos métodos construtivos e da qualidade das construções, tem equivalência na

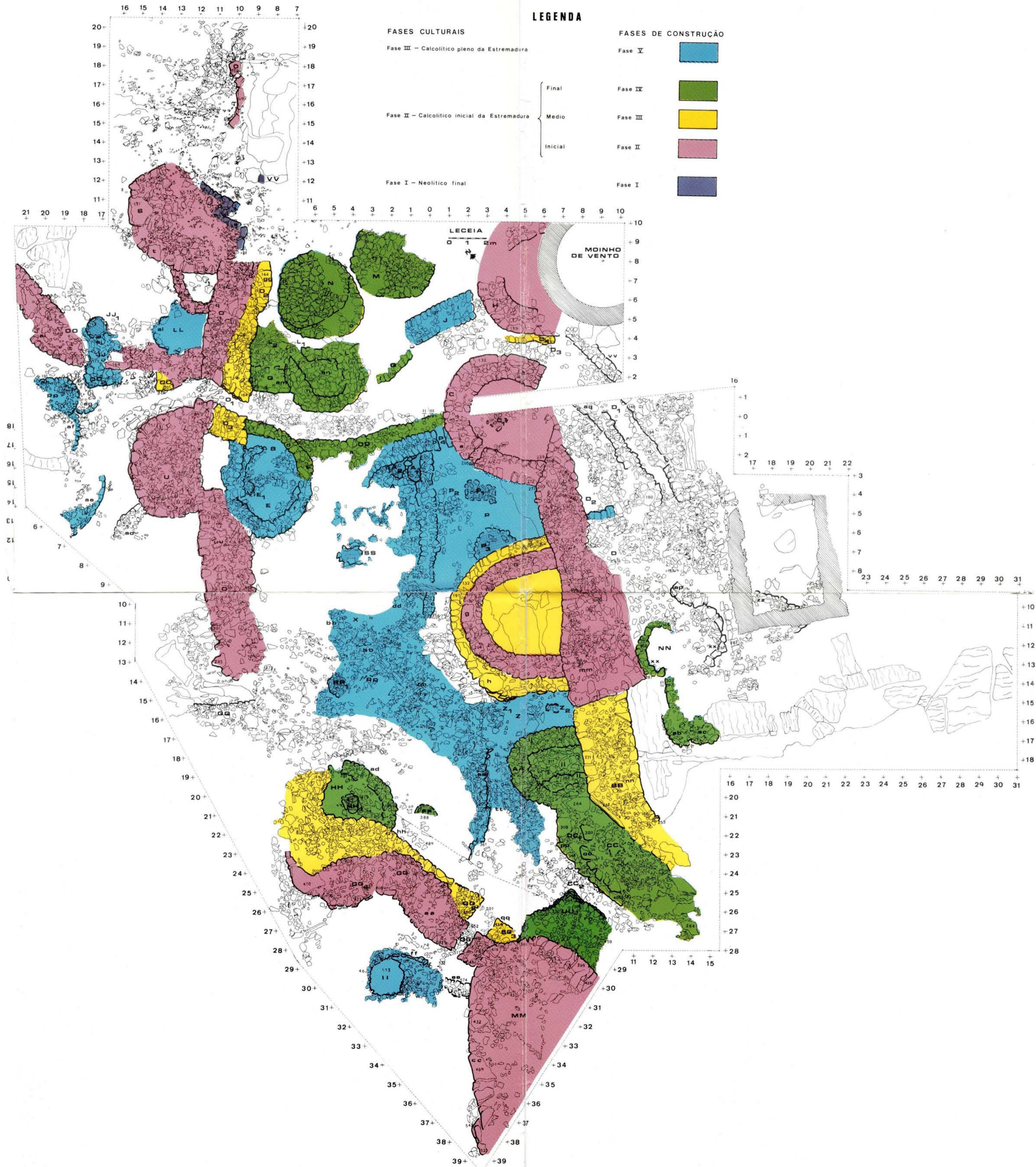
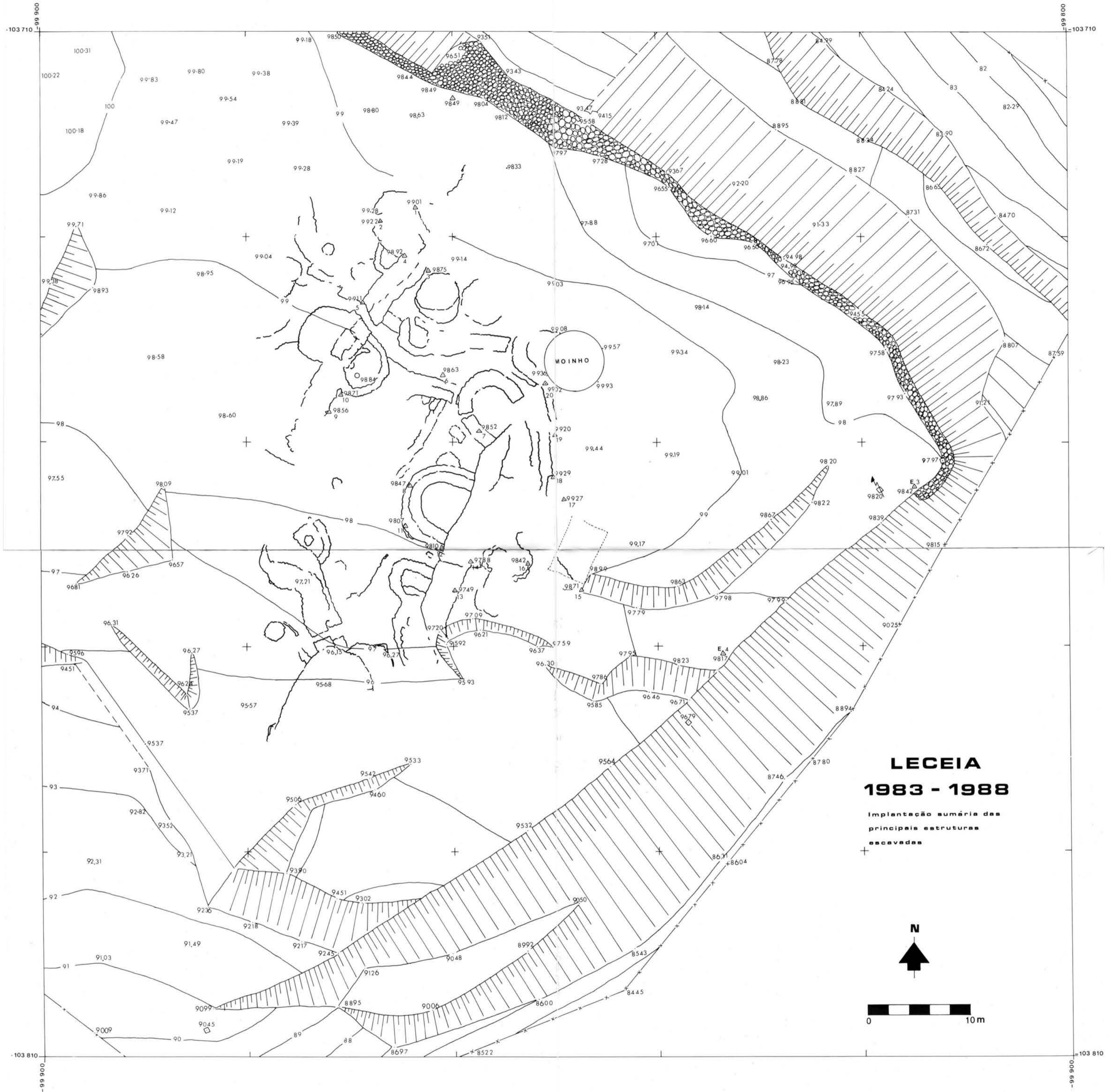


Fig. 96. Planta geral da área escavada (1983-1988), com indicação das 5 fases construtivas até agora identificadas.



LECEIA
1983 - 1988

Implantação sumária das
principais estruturas
escavadas

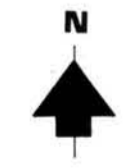


Fig. 97. Implantação sumária das principais estruturas arqueológicas na topografia envolvente.

decadência das próprias estruturas edificadas nas fases anteriores, algumas delas já em estado de ruína total, como antes se documentou, renunciando o abandono total do local, logo no início do Calcólítico superior. De facto, tal hori-

zonte, representado na região da Estremadura pela eclosão da cerâmica campaniforme, é apenas representado por escasso número de materiais, aos quais até agora não foi possível fazer corresponder quaisquer construções.

7. ESPÓLIO

O espólio recolhido nas seis campanhas até agora realizadas é abundante, abrangendo todas as fases culturais da vida do povoado. Este facto é de grande relevância, visto ser Leceia o único povoado pré-histórico até agora identificado e escavado, em que é possível obter um registo completo da evolução da utensilagem do Neolítico final ao Calcolítico superior da Extremadura. Neste estudo dar-se-á descrição preliminar e geral dos materiais recolhidos, reservando para a monografia final ou trabalhos parciais, o estudo exaustivo do espólio ou de parte dele.

7.1 — Indústria lítica

7.1.1. — *Pedra lascada*

Na fase de ocupação pertencente ao Neolítico final, recolheram-se materiais que permitem considerar a existência de uma indústria essencialmente executada sobre silex acinzentado, localmente disponível sob a forma de massas nucleares nos calcários cretácicos. Trata-se, predominantemente, de materiais laminares, associados a lamelas (algumas de cristal de rocha), raspadeiras (donde se destaca um exemplar notável, recolhido na casa R), furadores e pontas de seta, a maioria das quais de base côncava e retoque cobridor ou semi-cobridor, em ambas as faces, facto que, surpreendentemente, as aproxima dos protótipos calcolíticos; com efeito, os exemplares tipicamente neolíticos, com base em espí-

ção e aletas laterais mais ou menos desenvolvidas, praticamente não ocorrem. São muito comuns os materiais sobre lasca, particularmente entalhes e denticulados, como nas camadas superiores; uma lâmina com 'lustre de cereal' merece, também, destaque. A grande abundância de materiais líticos, por vezes com acabamento incompleto ou tão-somente sob a forma de resíduos de talhe, indica a proximidade das fontes de matéria-prima e a facilidade com que esta era obtida, aspecto que se manteve ao longo de todas as fases culturais ulteriores.

Na C.3, camada correspondente à ocupação do Calcolítico inicial, foram milhares o número de artefactos até agora recolhidos em consequência da maior área investigada. Ao nível da indústria lítica, e ao contrário do observado na ocupação anterior, foi largamente utilizado o retoque invasor e cobridor, particularmente nas grandes lâminas ovóides, usualmente consideradas como elementos de foice ("foicinhas"), conforme indicaria o brilho acentuado ("lustre de cereal") do bordo cortante, em consequência da abrasão provocada pelos caules das gramíneas, já identificado em lâmina do Neolítico final. A utensilagem diversifica-se, multiplicando-se o número de raspadores, furadores, raspadeiras e pontas de seta (onde ocorrem, pela primeira vez, exemplares em forma de mitra), para além dos entalhes e denticulados, sempre abundantes. A matéria-prima denota, nesta fase, fontes de abasteci-

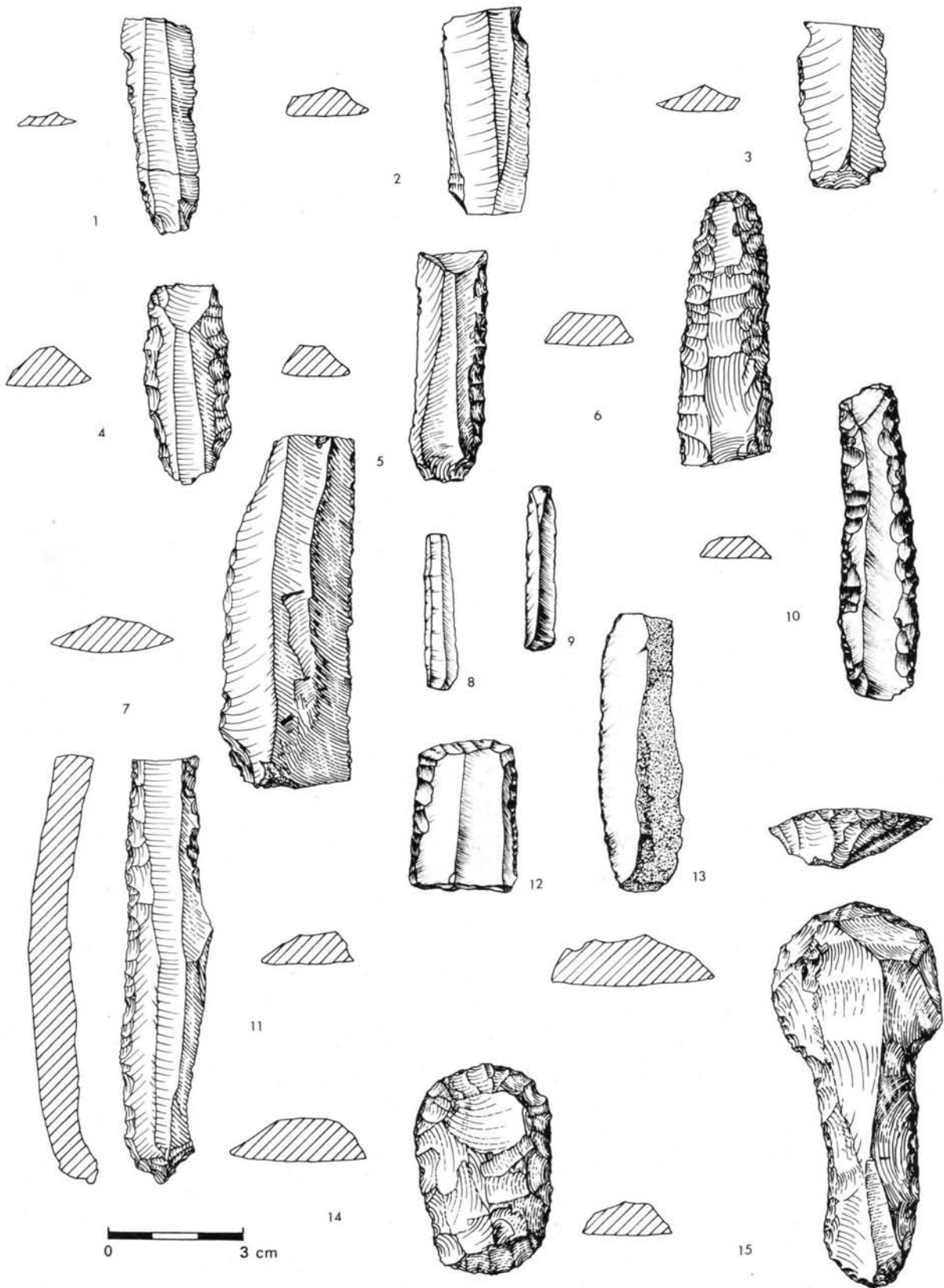


Fig. 98. Indústria de pedra lascada das camadas 4 a 2: Lâminas e lamelas: 1 a 7 — lâminas retocadas e não retocadas (Casa R, Neolítico final — C.4); 8 e 9 — lamelas (Q. II, Calcolítico pleno — C.2); 10 — lâmina retocada (Q.I, Calcolítico pleno — C. 2); 11 — lâmina retocada Casa HH, Calcolítico inicial — C. 3); 12, 13 — lâminas retocadas (Q. II, Calcolítico pleno — C. 2); Raspadeiras: 14 — raspadeira (Q. II, Calcolítico pleno — C. 2); 15 — raspadeira pedunculada (Casa R, Neolítico final — C. 4).

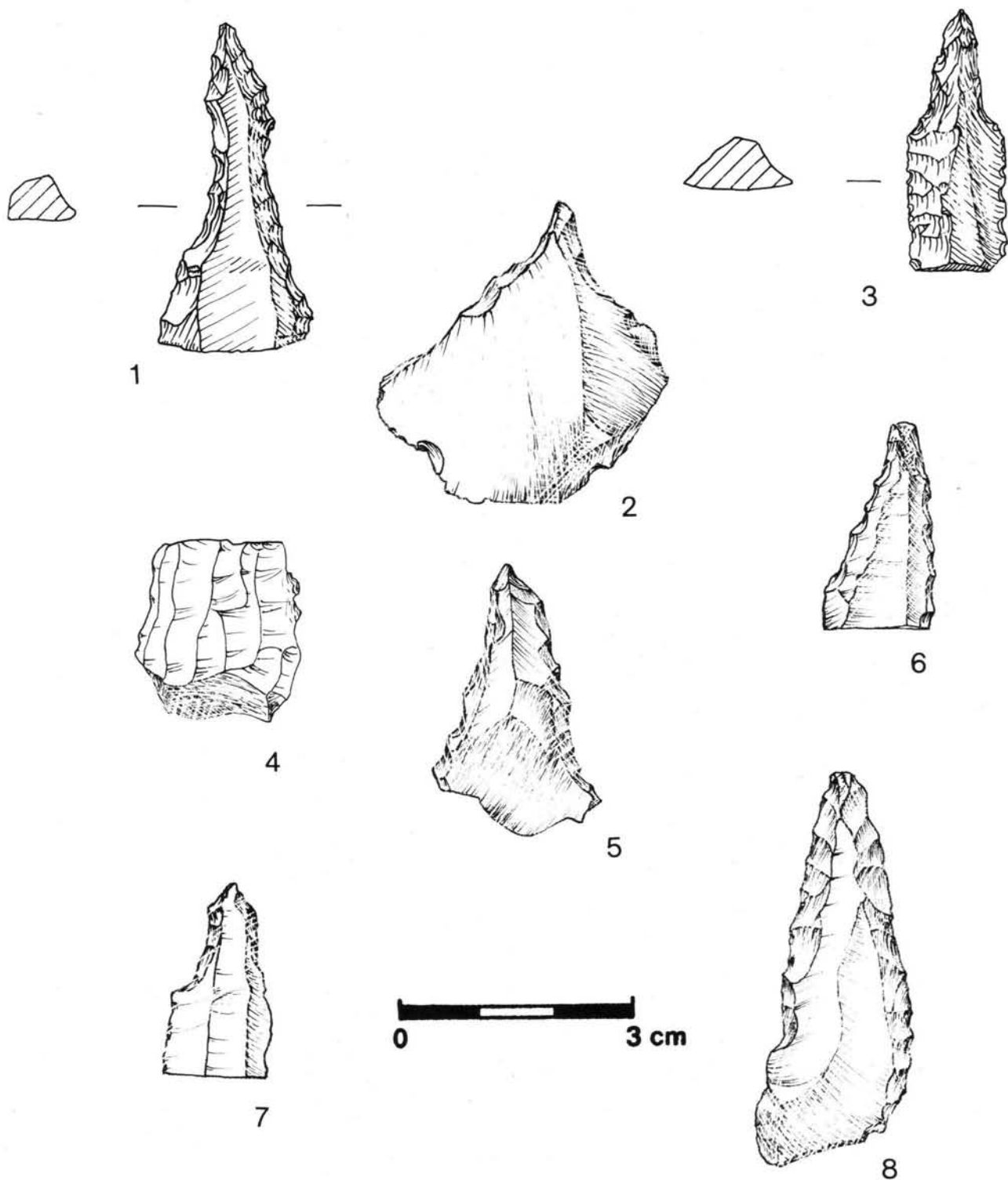


Fig. 99. Indústrias de pedra lascada das camadas 4 a 2: Furadores: 1 e 3 - Casa R, Neolítico final - C. 4); 2 - Q. II, Calcolítico inicial - C. 3; 5 a 7 - Q. II, Calcolítico inicial - C. 3; 8 - Q. II, Calcolítico pleno - C. 2. Núcleos: 4 - Núcleo de lamelas Q. I - 6, 7; 9, 10 - Calcolítico pleno - C. 2.

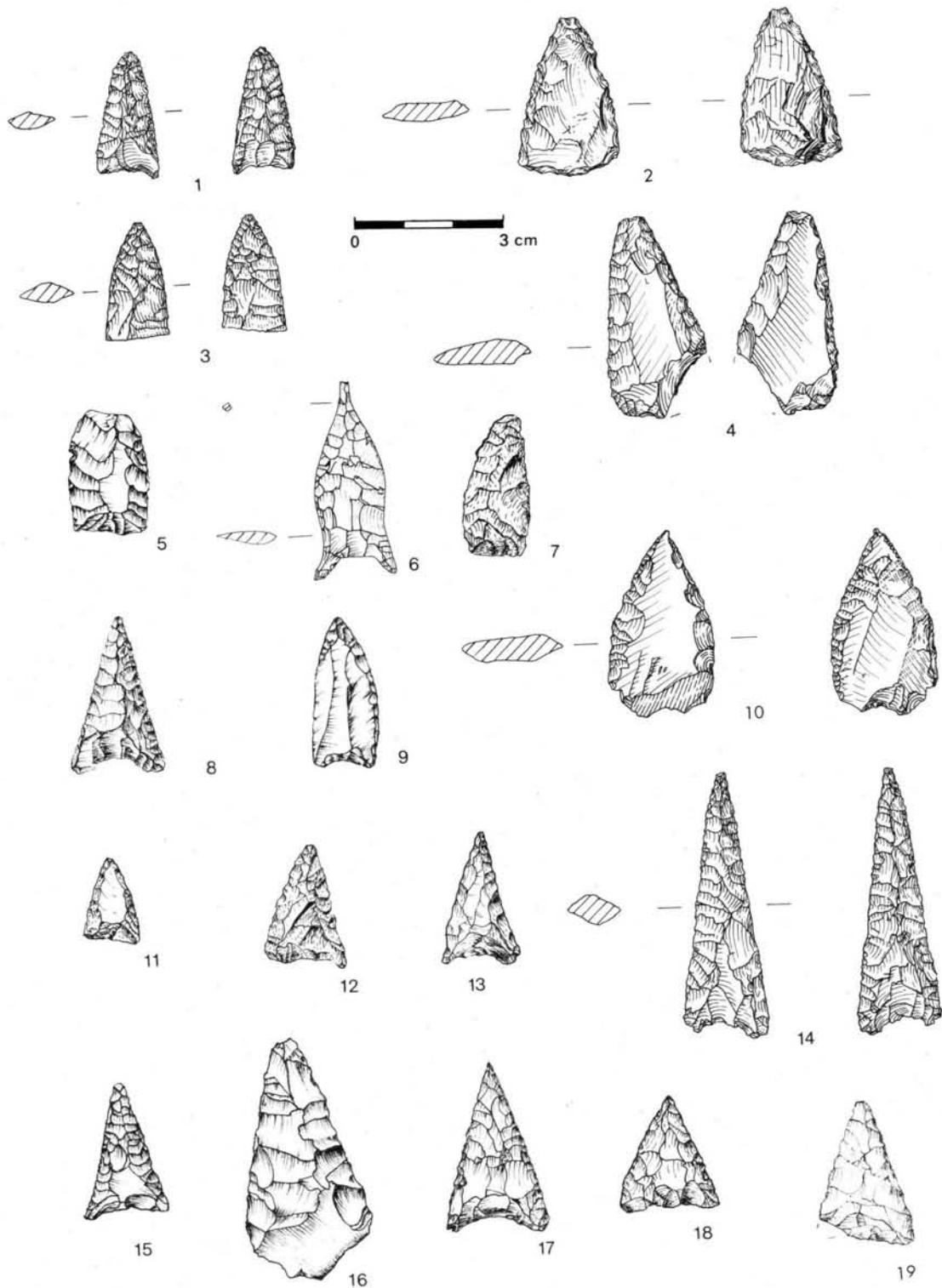


Fig. 100 - Indústrias de pedra lascada das camadas 4 a 2. Pontas de seta: 1 e 3 - Casa R, Neolítico final - C. 4; 2, 4 e 10 - Pontas de sílex jaspóide; 2 - Superfície da Muralha D; Calcolítico pleno - C. 2; 4 - Q. I., Calcolítico pleno - C. 2; 10 - Q.I, Calcolítico pleno - C. 2; 5 a 7, 9 - Pontas mitriformes: 5 - Q. II, Calcolítico pleno - C. 2; 6 - QI, Calcolítico pleno - C. 2; 7 - Q.I, 5; 10 - Calcolítico pleno - C. 2; 9 - Q. IV, 5; 2, Calcolítico pleno - C. 2; 8, 11 a 15; 17 a 19 - Pontas de base côncava e bordos laterais retilíneos ou côncavos. 8 - Q.I 7, 8; 9, 10, Calcolítico pleno - C. 2; 11 - Q.I, Calcolítico pleno - C. 2; 12 - Q.I, 5; 5 a 8, Calcolítico pleno - C. 2; 13 - Q.I, 8, 9; 5 a 9, Calcolítico pleno - C. 2; 14 e 15 - Q II, Calcolítico pleno - C. 2; 17 - Q IV, 1, 2; 6, 7, Calcolítico pleno - C. 2; 18 - Q.I, 5; 5 a 8, Calcolítico pleno - C. 2; 19 - Q. IV, 5, 6; 6 a 12, Calcolítico pleno - C. 2.

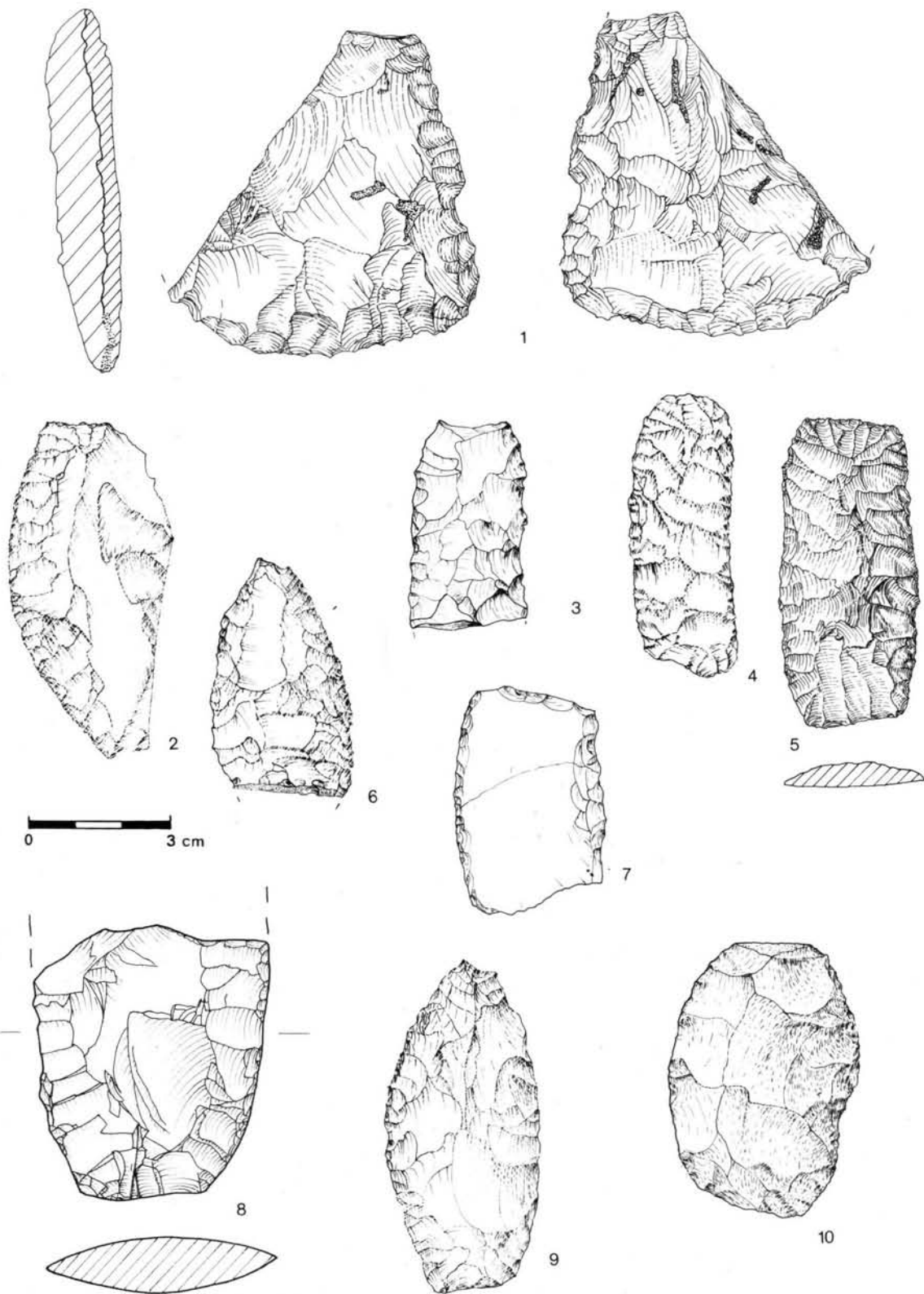


Fig. 101. Indústrias de pedra lascada das camadas 3 e 2: Alabardas: 1 — base de alabarda em sílex zonado. Casa RR (lageados bb); Calcolítico pleno — C. 2 — Lâminas de retoque cobridor (“foicinhas”); 2 — Q.II, 1, 2; 9, 10, Calcolítico pleno — C. 2; 3 — Q.I, 6, 7; 7, 8, Calcolítico pleno — C. 2; 4 — Q. II, 1 a 5; 1 a 5, Calcolítico inicial — C. 3; 5 — átrio exterior da Entrada CC1, Calcolítico pleno — C. 2; 6 — Q.I, 6, 7; 9, 10, Calcolítico pleno — C. 2; 8 — Q.I, Calcolítico pleno — C. 2; 9 — Q.I, 5; 10, Calcolítico pleno — C. 2; 10 — Q.I, 8, 9; 5 a 9, Calcolítico pleno — C. 2. Lascas utilizadas: 7 — Lascas com retoque marginal e indícios de ter sido utilizada como “elemento de foice”. Q. IV, 3, 4; 10, II, Calcolítico pleno — C. 2.

mento diversas: para além do sílex cinzento, de origem local, que continua a ser predominante, avulta o recurso ao sílex rosado, desconhecido na região.

Na C.2, camada integrável no Calcolítico pleno da Extremadura, generaliza-se o recurso à técnica do lascamento cobridor: são agora abundantes as lâminas ovóides, bem como as belas portas de seta mitriformes, análogas às que já eram conhecidas na fase anterior, facto que evidencia a não existência de quaisquer descontinuidades culturais, pelo menos não detectáveis ao nível da tipologia litica. De facto, continua a verificar-se a predominância dos tipos anteriores, os entalhes e denticulados continuam a ser o grupo mais importante. Para além do sílex de origem local e do rosado, que persiste, ocorre, embora raramente, o sílex jaspóide, utilizado na confecção de pontas de seta; trata-se de matéria-prima muito utilizada na produção de pontas de seta dos povoados calcolíticos alentejanos (Monte da Tumba, no concelho de Alcácer do Sal, por exemplo), denotando o seu aparecimento em Leceia, a existência de trocas comerciais com esta região, aliás comprovada através de outros materiais líticos. Muito raramente, ocorrem nesta camada certas peças que, pela sua raridade e beleza, podem ser consideradas “de prestígio”. Estão neste caso um fragmento de possível punhal de calcedónia, peça verdadeiramente notável pela sua execução técnica e a base de uma grande alabarda de sílex zonado, peça que muito raramente ocorre em contextos habitacionais sendo, pelo contrário, frequente em oferendas funerárias.

7.1.2 — Pedra polida

A indústria de pedra polida encontra-se documentada, logo na C.4, por machado de gume oblíquo, achatado, talhado, tanto quanto a análise macroscópica o permite, em bloco tabular de “xisto do Ramalhão”, rocha metamórfica carbonatada da orla do maciço eruptivo de Sintra; foi recolhido na zona subjacente à casa salaia

do século XVIII. Também da única estrutura habitacional desta fase até agora escavada provém uma enxó, talhada em rocha metamórfica esverdeada. Os materiais polidos tornam-se mais numerosos na C.3 e na C.2, sem nunca se mostrarem abundantes. Machados e enxós, quase sempre de secção rectangular a quadrangular, como é hábito nos povoados coevos da Extremadura e do Sudoeste, terminam a sua actividade, por vezes, transformados em percutores ou martelos. Merece referência especial certo tipo, cuja secção longitudinal, dissimétrica, sugere a utilização como enxó; porém, o gume encontra-se substituído por superfície polida, curvilínea. Anteriormente consideradas como buniões, já na fase de reaproveitamento dos primitivos artefactos, julgamos que, pelo bom estado de conservação onde pequeno trabalho de polimento chegaria para tornar os gumes novamente operacionais, tal hipótese é inadmissível. Pelo contrário, a impressão é a de que tais artefactos foram feitos com o objectivo de já assim serem utilizados. Sem dúvida que seriam encabados à maneira das enxós, com a superfície activa orientada transversalmente em relação ao cabo, talvez utilizados como instrumentos de percussão de precisão, conforme sugere a exígua superfície útil de que dispunham. Em recente visita que efectuámos ao Museu das Antiguidades Nacionais de França, de Saint-Germain-en-Laye, deparamos com alguns destes instrumentos, que até ao presente não tinham sido caracterizados no nosso país, classificados como martelos, destinados ao trabalho do metal. Como em Leceia eles já ocorrem no Neolítico final, a sua finalidade nesta época teria, forçosamente, de ser outra. Tornam-se mais abundantes no Calcolítico pleno, o que poderia dar fundamento àquela utilização, neste período.

Para além dos tipos referidos, devem ainda mencionar-se os pequenos escopros ou cinzéis, igualmente de secção rectangular ou quadrangular, sobretudo na C.2.

A matéria-prima mais utilizada na confecção do instrumental lítico polido, é constituída por rochas anfibólicas, negras, cujos afloramentos

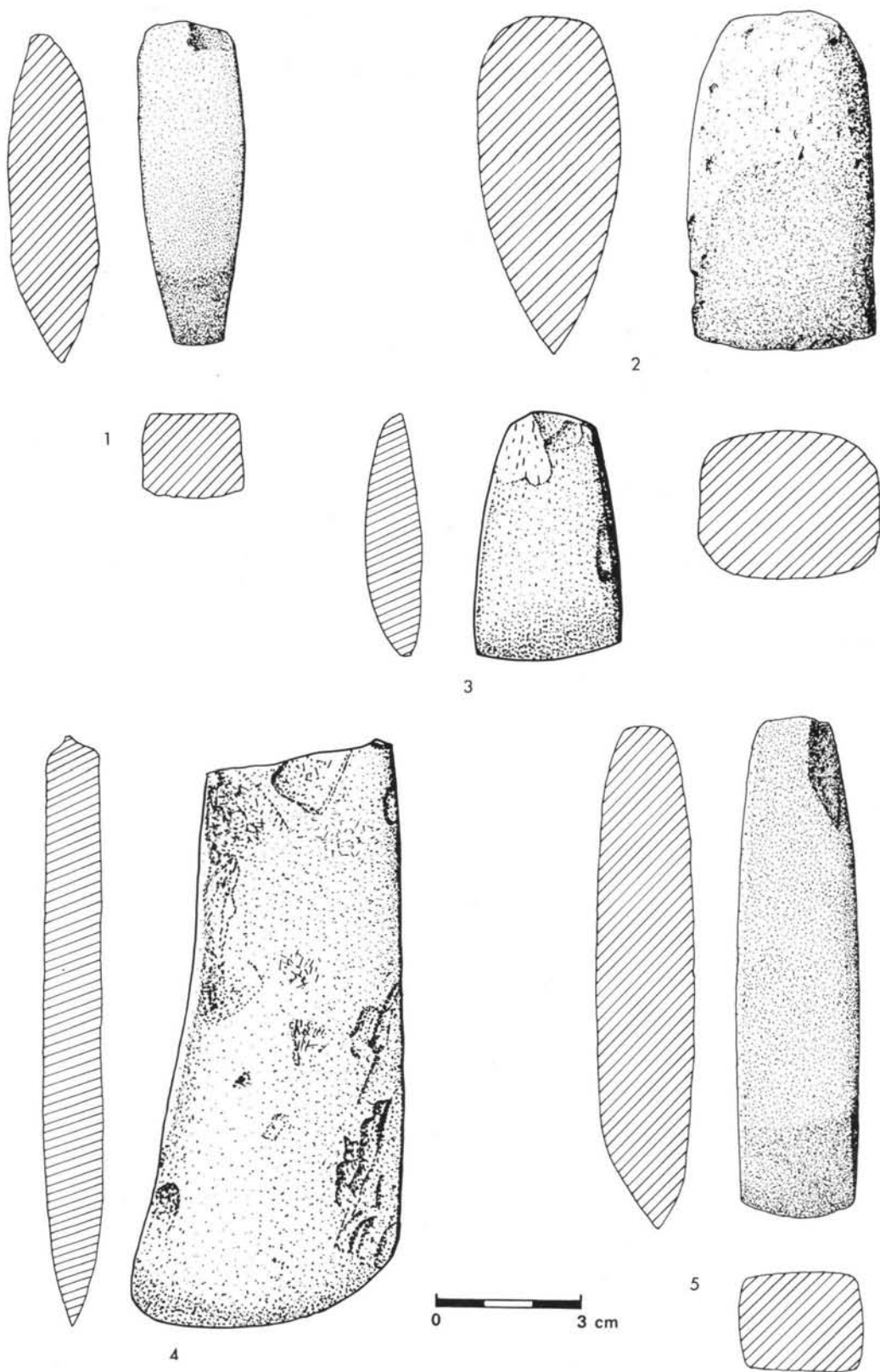


Fig. 102. Indústrias de pedra polida das camadas 4 a 2: Escopros: 1 - Q.II, 1 a 8; 1, 2, *Calcolítico pleno* - C. 2; 5 - Q.II, 8; 8, *Calcolítico pleno* - C. 2. Machados: 2 - Q.I, 5; 7, 8, *Calcolítico inicial/pleno* - C. 3/2; 4 - Sob fundação casa do século XVIII, *Neolítico final* - C.4. Martelos transversais: 3 - Casa R, *Neolítico final* - C.4.

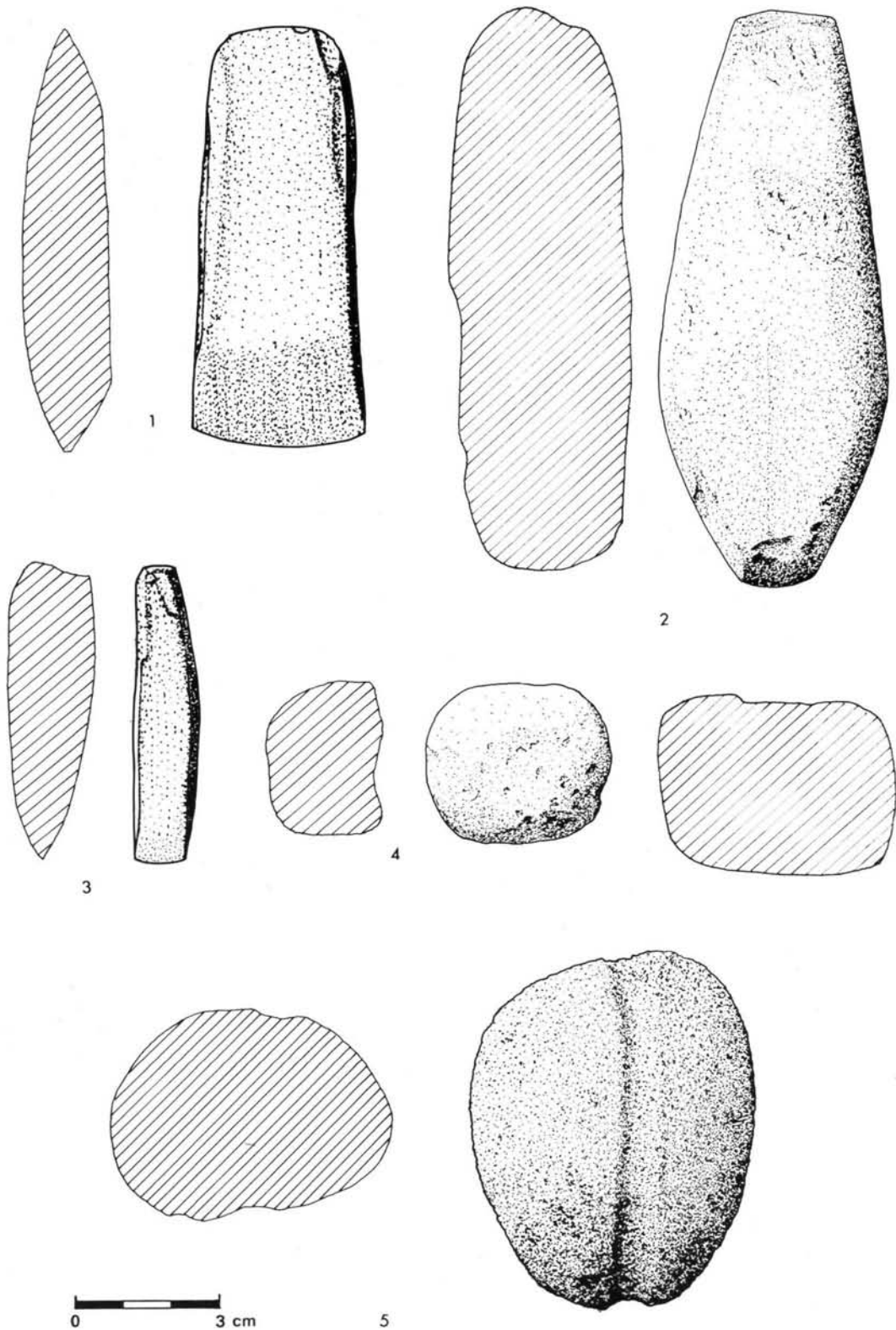


Fig. 103. Indústrias de pedra polida ou picotada da camada 2: Machados: 1 - Q.I, Calcolítico pleno - C. 2; 2 - Q.II, Calcolítico pleno - C. 2; com transformação ulterior em pilão. Escopros: 3 - Q.I, Calcolítico pleno - C. 2. Pedras de funda: 4 - Q.I, Calcolítico pleno - C. 2 (calcário). "Bolas" de arremesso: 5 - Q II, 8; 9, Calcolítico pleno - C. 2 (calcário) .

mais próximos e importantes se situam no Alto Alentejo oriental. Também no Baixo Alentejo se conhecem afloramentos susceptíveis de fornecerem rochas análogas, bem representados na faixa vulcano — sedimentar de idade devono-carbónica de Castro Verde — Grândola. Esta zona é, portanto, aquela de onde poderia provir, mais proximamente, a matéria-prima para estes machados.

Nos povoados do Alentejo e Algarve, a percentagem da indústria da pedra polida é muitas vezes aumentada por abundantes elementos de mós manuais, que em Leceia se encontram mal representadas; tratar-se-á do reflexo de uma agricultura mais diversificada, mais hortícola (conforme parece indicar a abundância de machados com vestígios de pancadas violentas, casualmente utilizados como sachos) e menos cerealífera que a praticada no Alentejo e Algarve?

Mais uma vez, as matérias-primas não são de origem local, embora provenham de região mais próxima daquela(s) de que se extraíram os blocos de anfibolito utilizados no fabrico dos instrumentos antes referidos; os blocos de arenito e de granito de que são feitos a totalidade dos elementos dormentes e moventes das mós, podem encontrar-se, em abundância, na região de Cascais — Sintra.

Por fim, referência particular para um artefacto de arenito, utilizado como polidor dormente e afiador de materiais de pedra polida, fazendo parte integrante da *Muralha 0*, como elemento reaproveitado. Até ao presente, são escassos, no nosso país, artefactos desta natureza. ⁽¹⁰⁴⁾

7.2 — *Objectos de osso utilitários*

Dentro desta categoria consideramos os artefactos que tiveram finalidade prática, utilitária, excluindo-se, assim, as peças de adorno e de finalidade mágico-religiosa.

Esta categoria encontra-se representada desde o Neolítico final; na Casa R, recolheu-se um belo furador feito na tíbia de um ovi-caprino, através do seccionamento oblíquo da diáfise. Trata-se, na maioria dos casos, de furadores ou pun-

ções obtidos tanto pelo seccionamento transversal ⁽¹⁰⁷⁾ como longitudinal das peças ósseas, geralmente ossos longos; ao longo das várias fases culturais conhecidas em Leceia, não evidenciam quaisquer alterações morfológicas. Outro grupo bem representado, é o dos cabos. Consistem em peças ⁽¹⁰⁶⁾ ósseas — ossos longos - seccionados transversalmente, numa ou em ambas as extremidades, conservando, no primeiro caso, a extremidade articular do osso que aproveitaram. Destinar-se-iam à fixação de pequenos artefactos metálicos, como furadores, punções e espátulas. Outro grupo interessante, embora muito mal representado, é o das agulhas: alguns exemplares, de pequenas dimensões, possuem entalhes laterais para fixação da linha ou mesmo a extremidade proximal perfurada. As espátulas estão também representadas ⁽¹⁰⁷⁾ por escasso núcleo de exemplares. Em geral, tratam-se de artefactos de pequenas dimensões, afeiçãoados em ossos longos de ovi-caprinos. Exceptuam-se, apenas, alguns artefactos, como o punhal sobre cúbito de bovívdeo, com furo destinado à suspensão, peça presumivelmente utilizada na caça, proveniente do interior da Muralha 0 (C.3), o escopro ou cinzel, igualmente ⁽¹⁰⁵⁾ proveniente da C.3 — lado interno da *Muralha GG*, e poucos mais.

Embora não se tivessem evidenciado diferenças tipológicas, na C.2 revelaram-se bastante mais abundantes.

7.3 — *Objectos metálicos*

No decurso das seis campanhas até agora realizadas, recolheram-se dezenas de objectos de cobre. A maioria pertence à categoria das escórias e pingos de fundição, facto que atesta a prática da actividade metalúrgica em Leceia, como é corrente observar nos povoados coevos da Extremadura e do Sudoeste. Porém, tal prática encontra-se apenas bem documentada no Calcolítico pleno (C.2), altura em que se generalizou rapidamente, o uso de objectos metálicos. ⁽¹⁰⁸⁾

Os escassos artefactos de cobre tipologicamente definidos correspondem, sobretudo, a punções, furadores ou sovelas de secção quadrangular, ⁽¹⁰⁸⁾ mais raramente de tendência circular. Destaque

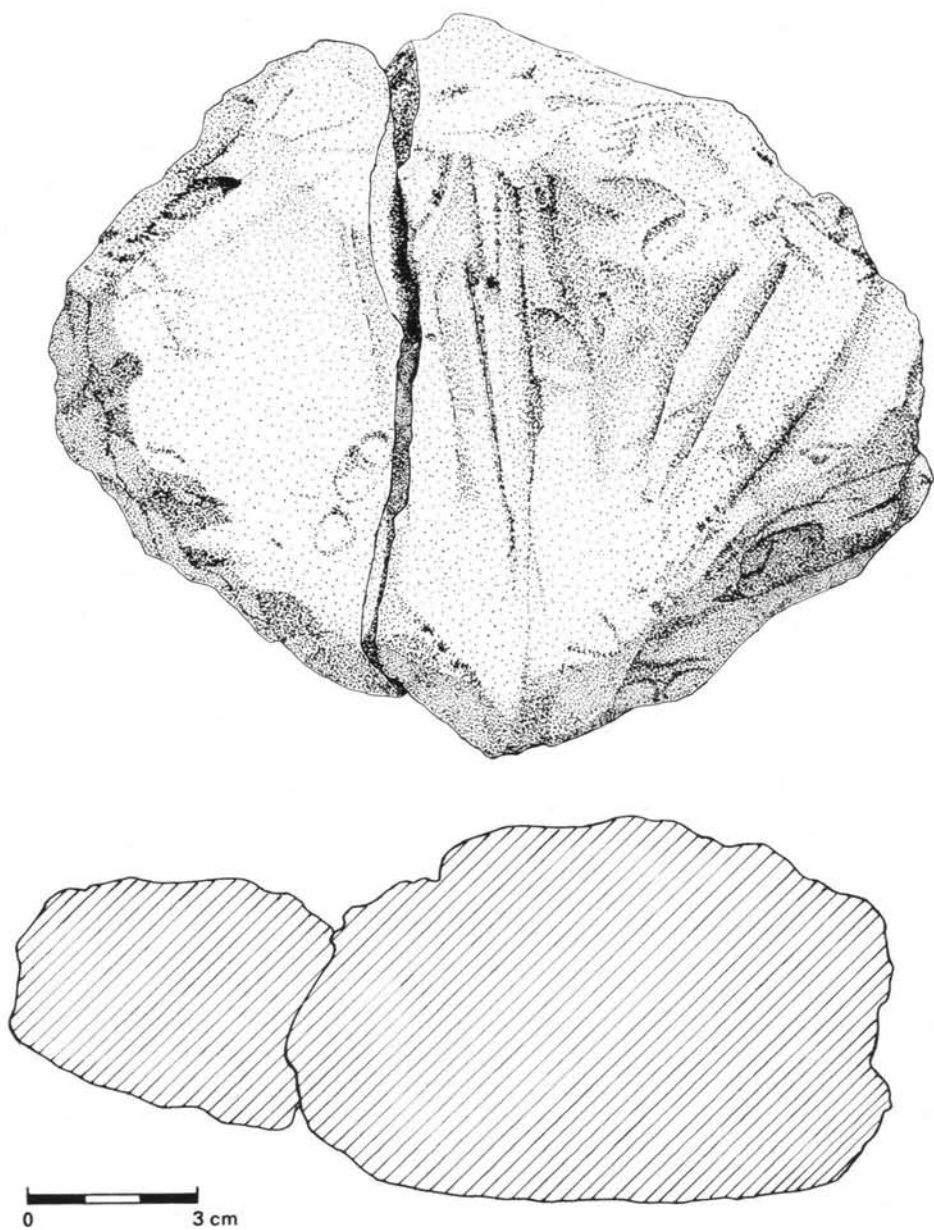


Fig. 104. Indústrias de pedra polida da camada 3: Afiador — polidor de machados e de objectos de osso. Interior da Muralha O, Calcolítico inicial — C. 3 (arenito).



Fig. 105. Indústrias de osso e de calcário das camadas 3 e 2: Cinzéis: 1 — cinzel ou goiva em metacarpo de bovídeo. Q. II, 1 a 3; 1 a 5, Calcólítico inicial — C. 3; 3 — cinzel em metápode de bovídeo. Lado interno da Muralha GG, Calcólítico inicial — C. 3; Punhais: 4 — punhal em cúbito de bovídeo. Interior da Muralha O (lado ocidental do Bastião U), Calcólítico inicial — C. 3. Vasos de calcário: 2 — Exterior da Casa E, Calcólítico pleno — C. 2.

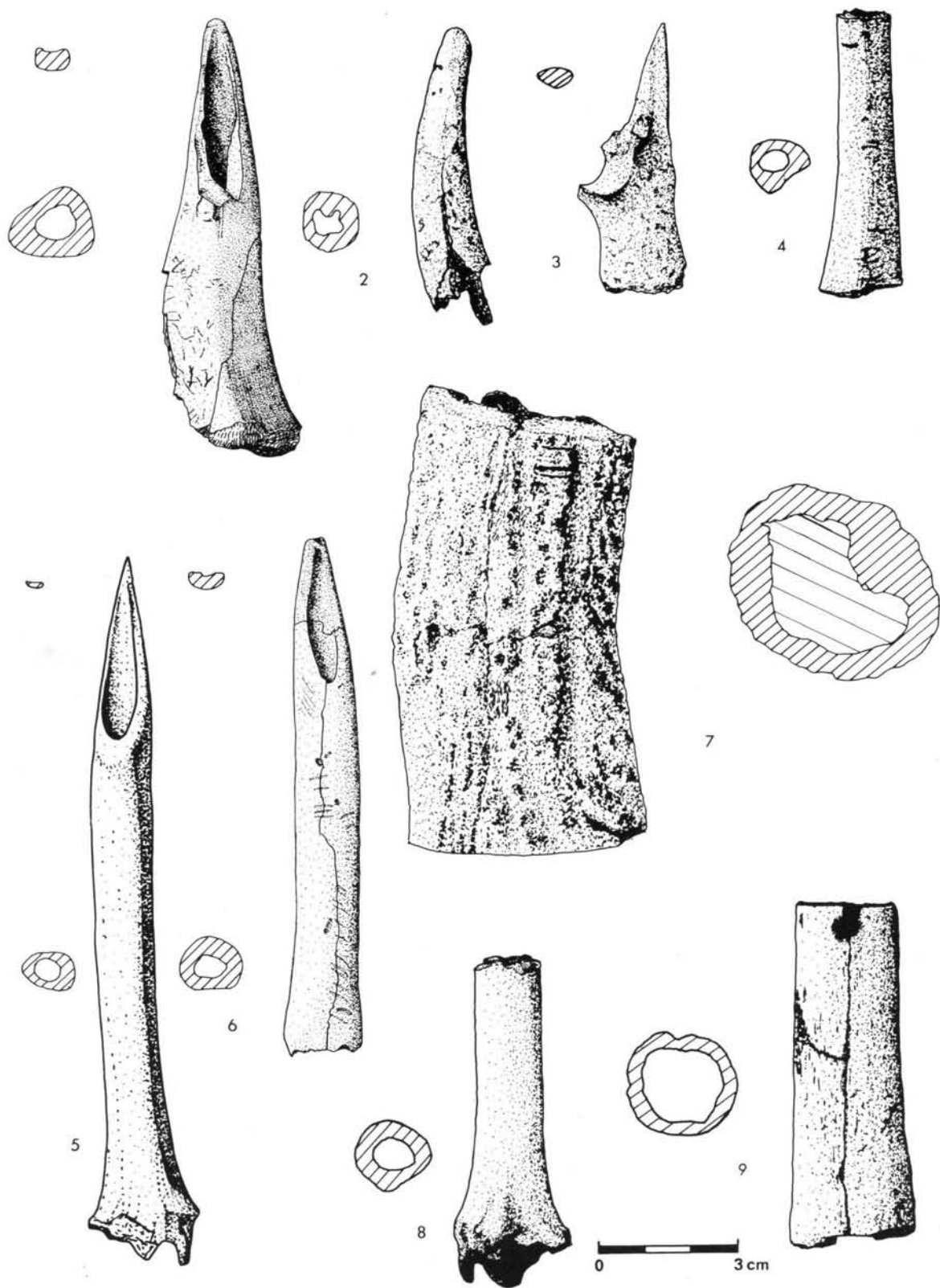


Fig. 106. Indústrias de osso das camadas 4 a 2: Furadores: 1 — furador feito em tibia de ovi-caprídeo juvenil, Casa RR (lageado bb), Calcolítico pleno — C. 2; 2 — furador em extremidade de corno de veado, Q.I, 8; 3, 4, Calcolítico pleno — C. 2; 3 — furador feito em cúbito de ovi-caprídeo juvenil, Q. IV; 3, 4; 6, 7, Calcolítico pleno — C. 2; 5 — furadores em tibia de ovi-caprídeos: 5 — Casa R, Neolítico final — C. 4; 6 — Sob Casa RR, Calcolítico inicial — C. 3. Cabos de instrumento: 4 — Q.I, 8 a 9; 5 a 9, Calcolítico pleno — C. 2; 8 — Q. IV, 5 a 7; 1 a 3, Calcolítico pleno — C. 2 (ambos sobre tibias de ovi-caprídeos); 9 — Cabo com furo de fixação na extremidade superior, Q IV, 1, 2; 4, 5, Calcolítico pleno — C. 2; Objectos indeterminados: 7 — Secção em corno de grande cervídeo Lareira A2, Calcolítico pleno — C. 2.

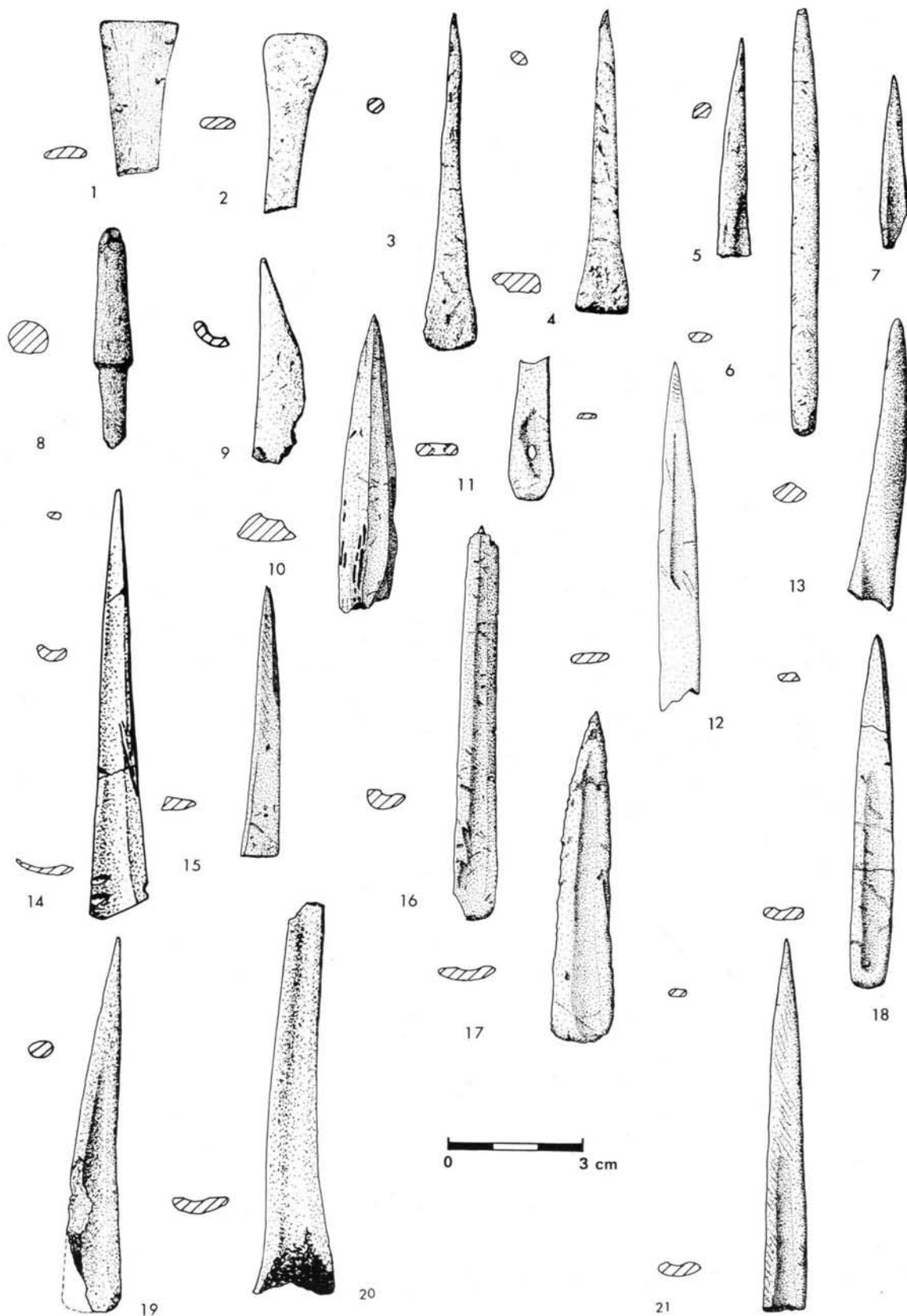


Fig. 107. *Indústrias de osso das camadas 4 a 2: Espátulas: 1 - Q. II, Calcolítico pleno - C. 2; 2 - Q.I, 8 a 9; 5 a 9, Calcolítico pleno - C.2; Furadores, sovelas ou agulhas: 3 - Q. I, 8, 9; 5 a 9, Calcolítico pleno - C. 2; 4 - Q. II, Calcolítico pleno - C. 2; 5 - Q.I, 8 a 10; 2 a 4, Calcolítico pleno - C. 2; 6 - lado externo da Muralha O (lado ocidental do Bastião U), Calcolítico pleno - C. 2; 7 - Q. II, Calcolítico pleno - C. 2; 8 - Q. II, Calcolítico pleno - C. 2; 9 - Q.I, 5; 5, 6, Calcolítico pleno - C. 2; 10 - Q.I, Calcolítico pleno - C.2; 11 - Casa SS, Calcolítico pleno - C. 2; 12 - lado externo da Muralha O (lado ocidental do Bastião U), Calcolítico pleno - C. 2; 13 - Casa R, Neolítico final - C. 4; 14 - Casa E, Calcolítico pleno - C. 2; 15 a 17 e 21 - Casa RR, Calcolítico pleno - C. 2; 18 - átrio exterior da Entrada CCI, Calcolítico pleno - C. 2; 19 - Q.I, 9; 2 a 4, Calcolítico pleno - C.2; 20 - Q.I, 8, 9; 5 a 9, Calcolítico pleno - C. 2.*

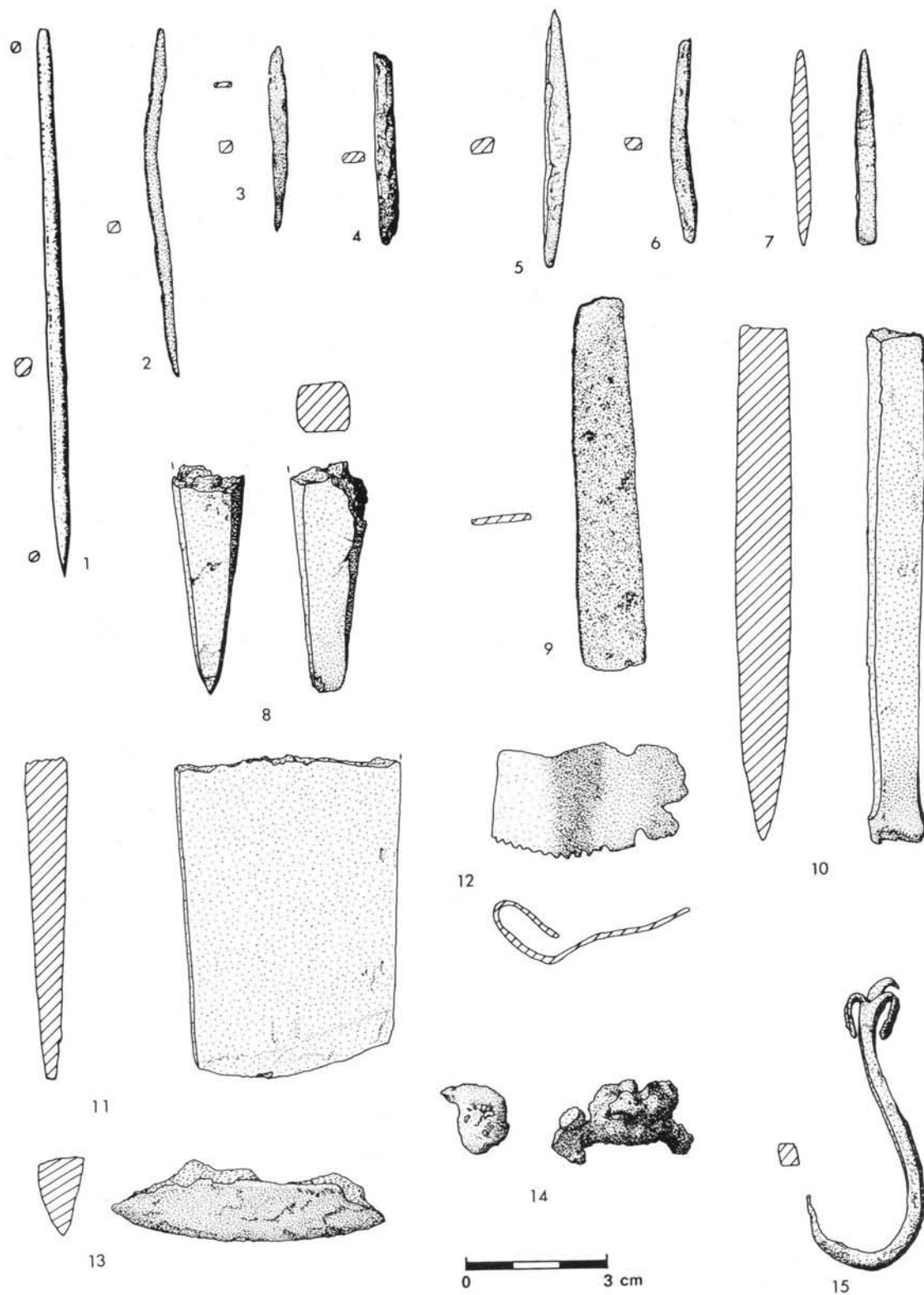


Fig. 108. Indústria metálica de cobre da camada 2: Punções, furadores ou sovelas: 1 - Casa E; 2 - Q. IV. 5, 6; 1, 2; 3 - Casa P; 4 - Q.I, 8; 2, 3; 5 - Q.I; 6 - Q.II; 7 - Muro ss; Escopros ou cinzéis: 8 - Q.I; 10 - Casa E; Espátulas: 9 - Casa P. Machados: 11 - átrio exterior da Entrada CCl; 13 - Q.I; Serras: 12 - Q.I; Anzóis: 15 - Lareira A1. Escórias e gotas de fundição: 14 - Casa P (à esquerda); Lareira A2 (à direita).

para um anzol, com empate constituído por barbeta tripla, recolhido na *Lareira A2*, em 1984 e uma pequena serra. (108)

Salienta-se ainda um escopro recolhido em 1987 e dois fragmentos de machados, um pertencente à parte posterior da peça, recolhido em 1988, outro correspondente ao gume; pelo tipo de fracturas, que aparentam ser acidentais, somos levados a concluir que tais peças eram utilizadas em trabalhos pesados, tendo estes fragmentos sido abandonados ou perdidos no decurso do trabalho (preferimos a segunda hipótese, dada a grande raridade do cobre, nesta época; um grande fragmento de machado, poderia sempre ser reaproveitado, por refusão, certamente não seria desprezado). (108)

Do conjunto das peças até agora recolhidas, cerca de trinta foram analisadas no Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa (INIC), através de métodos não destrutivos. Os resultados obtidos apontam para minérios de cobre possuindo certas impurezas (estanho, ferro, arsénio, prata e antimónio), embora em percentagens muito variáveis. O estudo sistemático de tais variações, permitirá, eventualmente, a constituição de grupos de ligas, porventura susceptíveis de serem relacionados com a composição inicial do minério, na fonte, determinando-se, assim, as possíveis origens do abastecimento e as consequentes rotas comerciais estabelecidas por estas populações. Outro facto a assinalar desde já consiste em algumas peças apresentarem composições nitidamente diferentes em ambas as faces, denotando inhomogeneidades na sua composição, provavelmente devidas a fenómenos de enriquecimento superficial em certos elementos.

7.4 — Peças de adorno

As peças que se integram nesta categoria podem subdividir-se quanto à matéria-prima de que são feitas.

Os artefactos de osso estão essencialmente representados por alguns alfinetes, uns de cabeça espatulada, outros com decorações baseadas em diferenças volumétricas da extremidade superior, de que se conhecem exemplares na C.2. É tam- (109)

bém desta camada que provém uma grande conta discóide recolhida em 1985. Deve ainda referir-se pequeno alfinete de osso cuja cabeça se encontra individualizada por canelura. (109)

De marfim, recolheram-se, até ao presente, dois belos alfinetes, com extremidade superior decorada, provenientes da C.2. Um deles, com decoração canelada é muito semelhante dos exemplares neolíticos, mas diferindo destes por ser maciço, não apresentando a extremidade decorada amovível, como estes; o outro, proveniente da zona de transição da C.2 para a C.3, ou já desta última camada, é muito semelhante a exemplares do povoado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). (109)

De osso, reconheceu-se um exemplar, proveniente da C.2 é também com estreitos parablos em Vila Nova de São Pedro. (109)

Na C.2 recolheram-se, também, diversos búzios perfurados — avultando, entre eles, os de *Nassa reticulada* e de *Cypraea europaea*, utilizados como contas de colar, semelhantes às encontradas em depósitos funerários coevos. (109)

Os restantes objectos de adorno, provenientes exclusivamente da C.2, consistem em contas de colar de minerais verdes, a maioria pertencentes ao grupo da Variscite, de acordo com análises efectuadas em número significativo delas. Embora de formatos diversos, o processo de perfuração utilizado foi sempre o mesmo, recorrendo-se a ponta cónica, actuando de ambos os lados opostos da peça que se pretendia perfurar, o que conduziu, muitas vezes, a furos imperfeitos. (109)

A presença de certas matérias-primas exóticas, como o marfim e os minerais verdes de que são feitas a maioria das contas, indica a existência de trocas comerciais, pelo menos com a bacia mediterrânica, talvez por via marítima. Embora recentemente se tenha identificado, em afloramento, massas de minerais verdes do grupo da Variscite, no território português, a abundância com que esta matéria-prima ocorre nas estações neo-calcolíticas do centro e sul do País só pode ser explicada através de importação.

7.5 — Peças de carácter mágico-religioso

Estão representadas desde o Neolítico final, por fragmento de ídolo tronco-cónico, de cerâmica, com cabeça individualizada e decoração frontal de caneluras verticais. Foi recolhido na Casa R, em 1987, e é semelhante a exemplar de Leceia, publicado anteriormente (CARDOSO 1981, Est. XIII, fig. 174).

Ao início do Calcolítico inicial poderão ser reportados dois ídolos de gola, de osso, recolhidos em 1988, juntos, no interior da *Muralha O*, do lado ocidental do *Bastião U*. Atestam, assim, a presença deste tipo desde, pelo menos, o Calcolítico inicial, confirmando resultados obtidos na Lapa do Bugio — Sesimbra (CARDOSO *et al.*, em publicação). O significado deste achado, que se encontrava associado a uma pequena enxó de anfíbolito (com vestígios de utilização), poderá relacionar-se com a cerimónia ritual de fundação ou de construção da dita muralha.

A momento avançado do Calcolítico inicial pertence o pequeno cilindro de osso ou marfim, de paredes bombeadas, recolhido em 1987 junto da parede interna da *Muralha BB*, construída na fase média do Calcolítico inicial.

Os seis cilindros de calcário ou de calcário marmóreo, recolhidos desde 1985 até 1988 provêm todos da C.2. Três apresentam-se lisos, dos quais um de tendência tronco-tónica; dois outros possuem as características ‘tatuagens faciais’, constituídas por pares de arcos de circunferência dispostos simetricamente junto da extremidade superior, dos quais uma mostra indícios de reaproveitamento como pilão; A peça restante, embora fragmentada, é a que apresenta maior interesse. Trata-se da parte inferior de cilindro de calcário branco, subcristalino, exibindo junto da base, a representação do sexo feminino, por linhas incisas. Provém do espaço situado entre os *Bastões G* e *AA*, ocupado no Calcolítico pleno pela *Casa Z*, tendo sido encontrado perto do alfinete de marfim representado na fig. Trata-se de representação, tanto quando sabemos, inédita neste tipo de peças; desta forma, é desnecessário encarecer o seu interesse: com o achado deste objecto, ficou comprovada a hipótese des-

tes cilindros representarem uma divindade feminina, relacionada com a Vida, a Terra, a Fertilidade, divindade comum a diversos povos calcolíticos da bacia do Mediterrâneo.

Estes pequenos objectos, cujo carácter antropomórfico foi desde há muito reconhecido, encontram-se, sobretudo, em necrópoles desta época, onde certamente constituíram protecção dos mortos; a sua ocorrência em contextos habitacionais, aliás muito rara, poder-se-á explicar se admitirmos a existência de pequenos altares domésticos dedicados à Divindade. Merece, ainda, especial referência, o cilindro da Fig., por apresentar indícios de reaproveitamento como pilão. Tratar-se-á de testemunho da alteração das práticas rituais, quiçá da própria substituição da Divindade adorada? É o que parece sugerir o citado reaproveitamento de uma peça que, até então, deveria ser objecto de respeito (trata-se do cilindro de calcário de maiores dimensões até agora recolhido em Leceia).

Fica por esclarecer, de qualquer maneira o significado sócio-cultural das citadas alterações ao nível do Sagrado.

7.6 — Indústria cerâmica

A cerâmica é, no conjunto do espólio de qualquer povoado Calcolítico, dos elementos mais importantes no estabelecimento e caracterização das sucessivas fases culturais, conhecidas e protagonizadas pelos seus habitantes. Tal deve-se ao facto de ser o elemento do espólio mais comum, bem como à rápida evolução das formas e dos tipos decorativos.

Não nos deteremos, por ora, na análise exaustiva das pastas e formas, cujos resultados serão apresentados ulteriormente. Documentar-se-ão somente aquelas conclusões com a referência a materiais ou exemplos considerados elucidativos.

No que se refere à qualidade das pastas, nota-se uma degradação ao atingir-se o “horizonte” da cerâmica decorada por “folha de acácia”, facto igualmente verificado no povoado da Rotura (Setúbal), conforme já foi salientado anteriormente (CARDOSO *et al.* 1987). De facto, as pastas cerâmicas, sobretudo no Calcolítico ini-

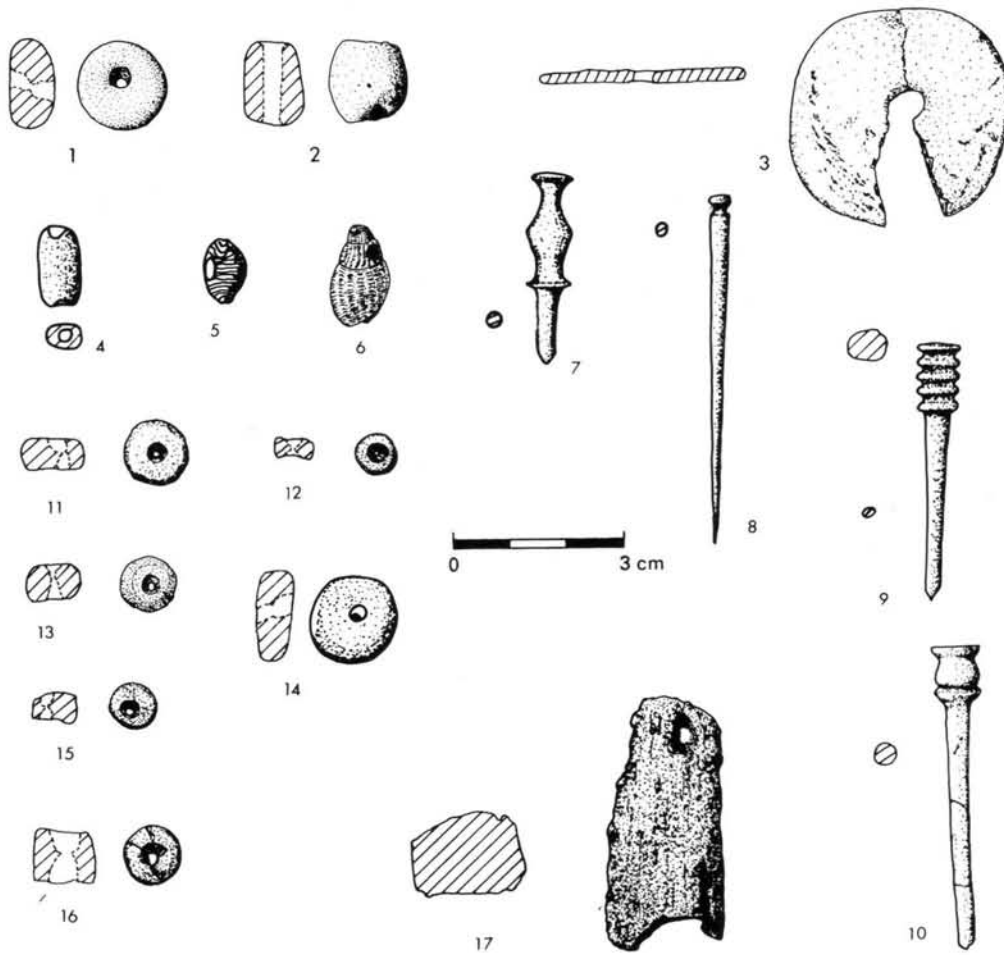


Fig. 109. Objectos de adorno da camada 2. Contas de minerais verdes: 1, 2 e 14 - Q.I; 4 - superfície da Muralha D; 11 - Q.I, 8 a 10; 2 a 4; 12 - Q.I, 6, 7; 7, 8; 13 - Q. II; 15 - Q. I, 6, 7; 6 a 9; 16 - Q. IV, 8 a 10; 1 a 14. Contas discóides de ossos: 3 - Q.I, 8, 9; 5 a 9. Alfinetes: de osso: 7 - Lageados bb; 8 - Q.I; de marfim 9 - entre os Bastiões G e AA (Casa Z); 10 - Q.I, 5; 7 a 8 (transição para C. 3). Pendentes: 17 - em bloco de calcário informe, perfurado, Q.II.

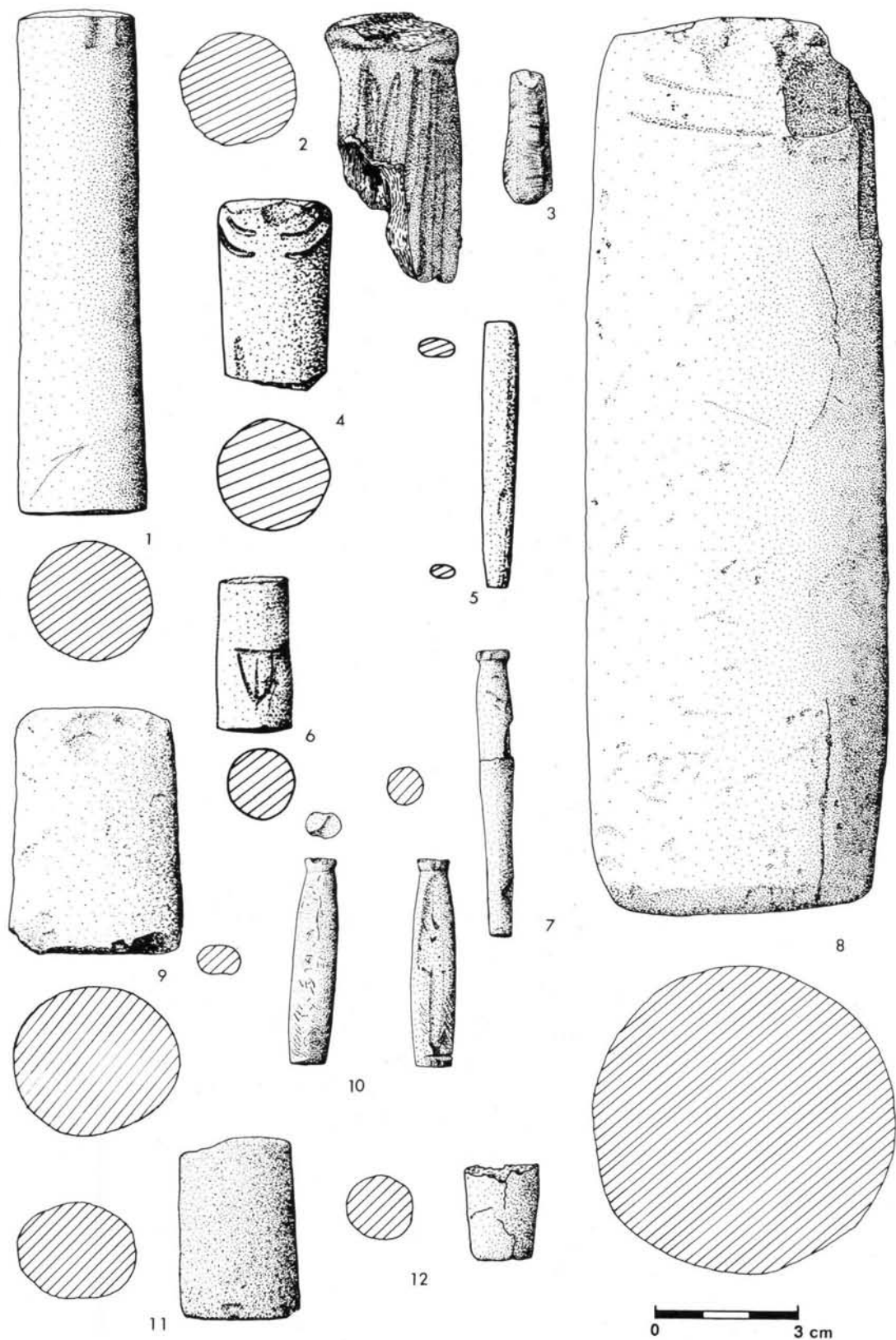


Fig. 110 — Objectos de carácter mágico — religioso das camadas 4 a 2: Cilindros de calcário: lisos: 1, exterior Muralha O, lado oriental da Entrada 01, Calcolítico pleno — C. 2; 9 — Camada de derrube do Bastião C, Calcolítico pleno — C. 2; 11 — Q.II, Calcolítico pleno — C. 2; com “tatuagens faciais”: 4 — exterior da Muralha O, lado oriental da Entrada 01, Calcolítico pleno — C. 2; 8 — Lageados bb (com indícios de reutilização como pilão), Calcolítico pleno — C. 2; 12 — Q.II, 1 a 2; 1 a 8, Calcolítico inicial — C. 3; com a representação sexual feminina: 6 — entre Bastiões G e AA, camada de derrube, Calcolítico pleno — C. 2; Cilindros de osso: 5 — lado interno da Muralha BB, Calcolítico inicial — C. 3; Cilindros de gola, de cerâmica: 2 — Casa R, Neolítico final — C. 4; Cilindros de gola, de osso ou marfim: 7 e 10 — Interior da Muralha O, a ocidente do Bastião U, Calcolítico inicial — C. 3. Cristal de calcite afeiçãoado por polimento: 3 — Q.II, camada de derrube da Casa L, Calcolítico pleno — C. 2.

cial, mostram-se duras e compactas, com superfícies bem alisadas, por vezes brilhantes, devido a aguadas, o que não sucede naquele “horizonte”.

As cores das superfícies e dos núcleos, sobretudo castanho-avermelhados, denotam cozedura em ambiente predominantemente oxidante; na C.4 (Neolítico final), são comuns os exemplares com núcleo castanho avermelhado e superfícies castanho-escuras o que parece indicar, no decurso da fase de arrefecimento, atmosfera redutora. Em todas as camadas são comuns exemplares de superfícies e núcleos totalmente acinzentados ou negros (cozedura redutora) e os de superfícies castanho-avermelhados e núcleo acinzentado ou negro (cozedura redutora com fase de arrefecimento oxidante).

Foram identificadas as seguintes formas gerais de recipientes (CARDOSO *et al.* 1983/84; CARDOSO *et al.* 1987): prato de bordo sem espessamento; prato de bordo espessado; taça de bordo espessado; taça carenada; taça em calote; vaso de bordo em aba e parede inclinada para o exterior; vaso de parede vertical e bordo extrovertido (forma aparentada com a anterior); esférico de bordo simples; esférico de bordo espessado, globular; “pote” (forma aparentada com o esférico de bordo espessado); “copo”.

Embora a maior parte das formas referidas estejam presentes em todas as fases culturais, notam-se diferenças quantitativas na sua distribuição; noutras, mais raras, verificou-se que são características desta ou daquela ocupação. É com estas últimas, sobretudo, que foi possível enquadrar, cultural e cronologicamente cada uma delas. As formas carenadas desaparecem na Fase III de ocupação, por exemplo; em contrapartida, os “copos” são característicos da Fase II de ocupação; desconhecidos na Fase I, na Fase III a sua qualidade encontrava-se já francamente degradada.

Na C.4 (Fase I de ocupação - Neolítico final da Estremadura), ocorrem abundantes fragmentos de taças carenadas, por vezes com mamilos ou decoração denteada na carena; ocorre também, com muita frequência, o vaso de bordo em aba decorado por impressões, que lhe conferem

aspecto denteado. Outras formas, menos características, são as taças em calote (abundantes); esféricos de bordo simples e de bordo espessado (menos abundantes) e as “taças de bordo almenadrado” dos povoados do Sudoeste (frequentes).

A C.3 representa a Fase II de ocupação, atribuível ao Calcolítico inicial da Estremadura. Os dois tipos que caracterizavam a fase anterior - taça carenada e vasos de bordo denteado - são agora vestigiais, mantendo-se, porém, a forma do vaso em que estas decorações eram produzidas, com o característico bordo em aba. Esta fase de ocupação é comum designar-se, nos povoados estremenhos, por “horizonte da cerâmica canelada”; caracteriza-se pela abundância de taças em calote e de “copos”, de pastas finas e superfícies duras e alisadas, por vezes brilhantes, decoradas na face externa por bandas de ténues caneluras paralelas, feitas com ponta romba, especialmente por baixo do bordo. Trata-se, por conseguinte, de uma nova técnica decorativa, aplicada a formas já conhecidas anteriormente (taças em calote) ou agora utilizadas pela primeira vez (“copos”). Acompanha esta técnica decorativa uma outra, patente nalgumas taças em calote, em que as caneluras são substituídas por finas linhas incisas. Como formas lisas, estão ainda presentes pratos de bordo sem espessamento, pratos de bordo espessado, taças de bordo espessado, vasos de bordo extrovertido, esféricos de bordo espessado e “potes”; como se disse, trata-se, na maioria dos casos, de formas conhecidas anteriormente e que continuam a ser utilizadas na fase cultural seguinte.

A C.2 corresponde à Fase III de ocupação, atribuível ao Calcolítico pleno da Estremadura. A característica cerâmica canelada desaparece, persistindo, no entanto, as formas a que estava em geral associada, embora de pastas mais grosseiras e acabamento imperfeito. Em contrapartida, os esféricos de bordo espessado ocorrem em quantidade muito mais elevada da observada anteriormente, exibindo na face externa motivos decorativos até agora desconhecidos, tão característicos desta fase cultural que ela é, por vezes,

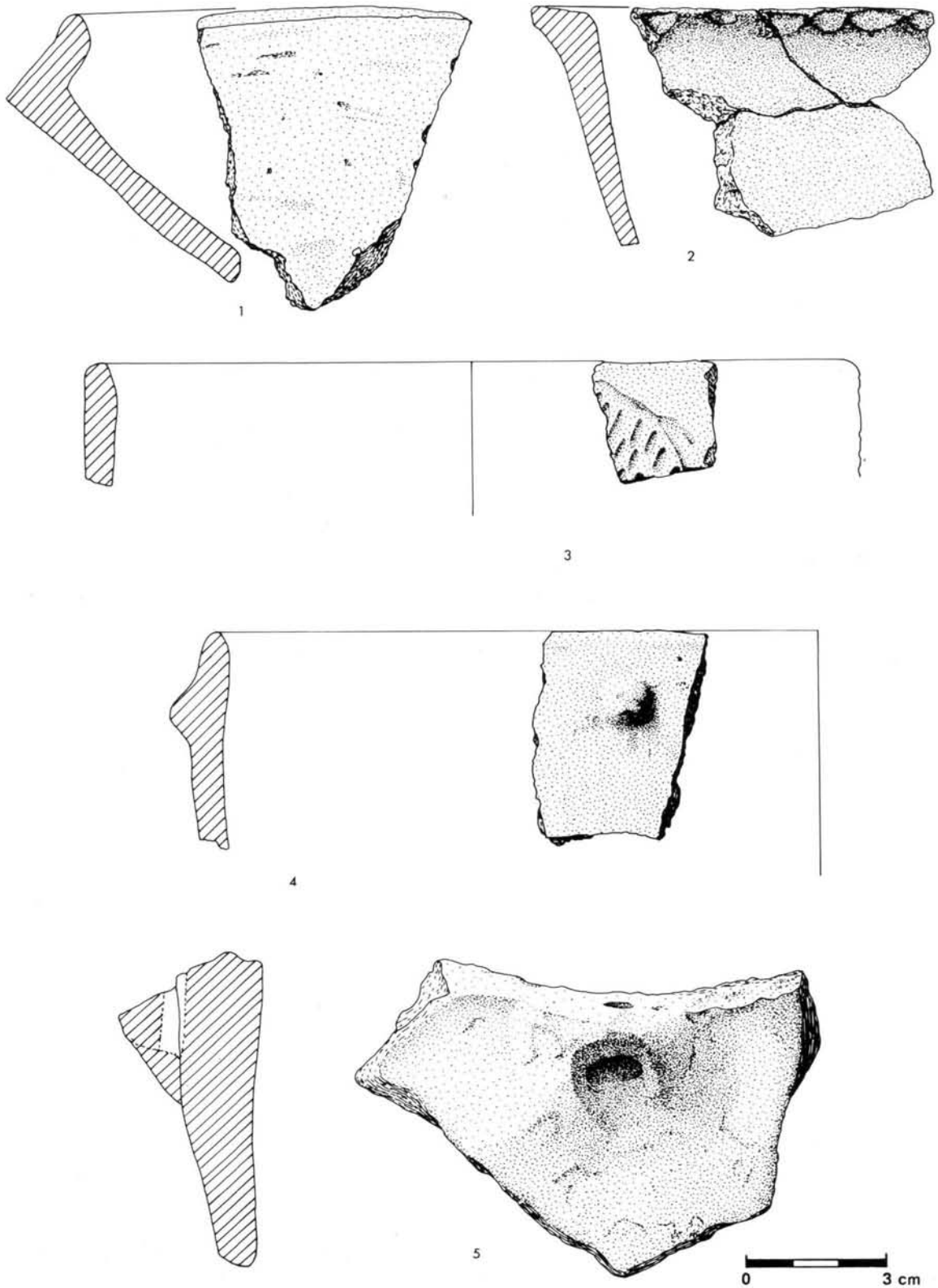


Fig. III — Indústria cerâmica da camada 4. 1 — taça carenada, S. III; 2 — vaso de bordo denteado, sob Estrutura M; 3 — vaso com decoração impressa e incisa, sob a Muralha O, lado ocidental do Bastião U; 4 — esférico com mamilo, sob a Muralha O, lado ocidental do Bastião U; 5 — grande vaso com mamilo perfurado, sob a Muralha O, camada de regularização da fundação sobre a Casa R.

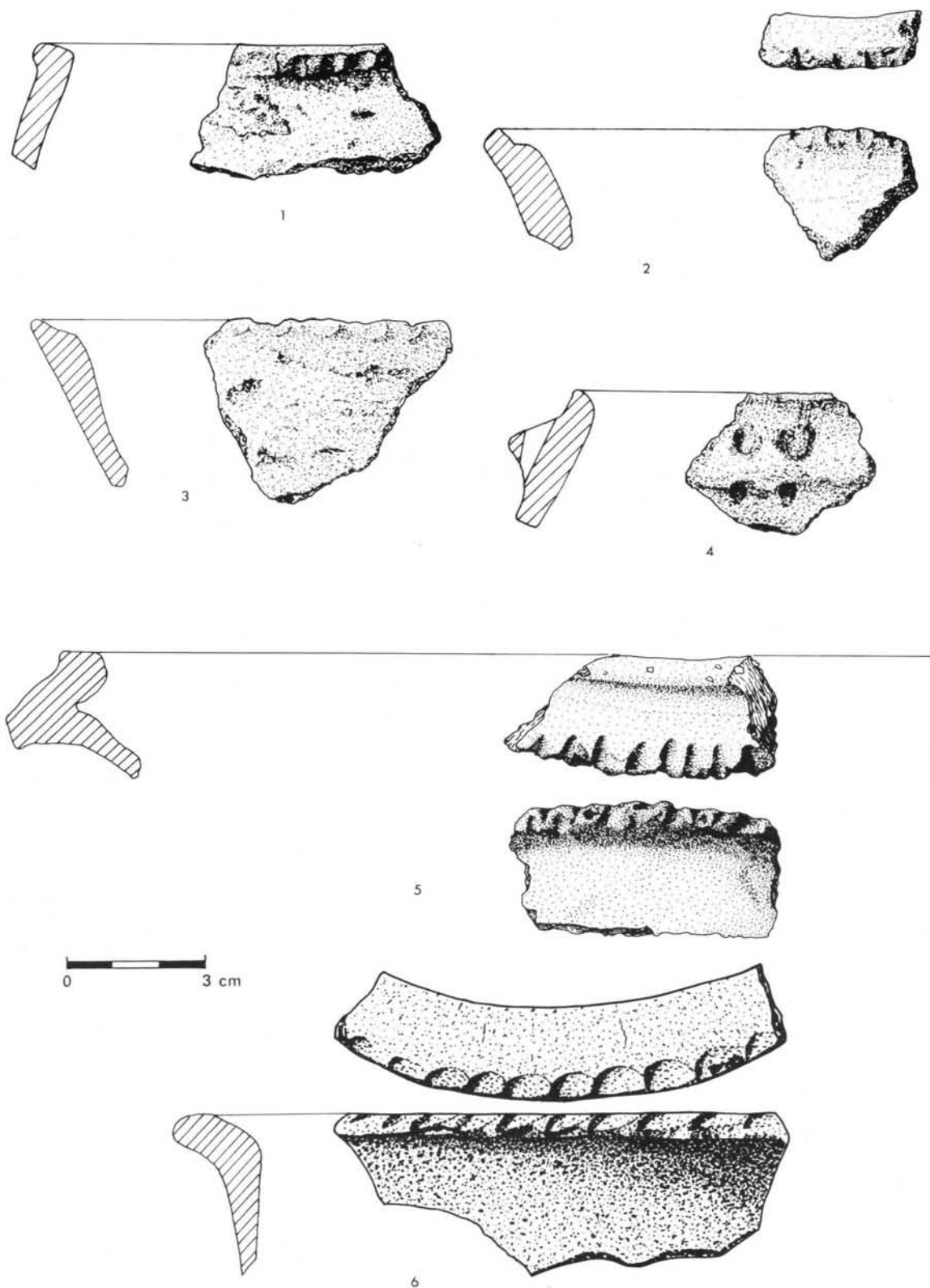


Fig. 112. Indústria cerâmica das camadas 4 e 3. 1 a 3, e 6 — cerâmica denteada: 1 — Q.IV, 1, 2; 3, 4, Calcolítico inicial — C. 3; 2 — Q. IV 1; 2, 3, Calcolítico inicial — C. 3; 3 — Q. IV 1, 2; 3, Calcolítico inicial — C. 3; 5 — taça carenada, denteada na carena. Sob Muralha O a ocidente do Bastião U, neolítico final — C. 4; 6 — sob estrutura N, Neolítico final — C. 4.

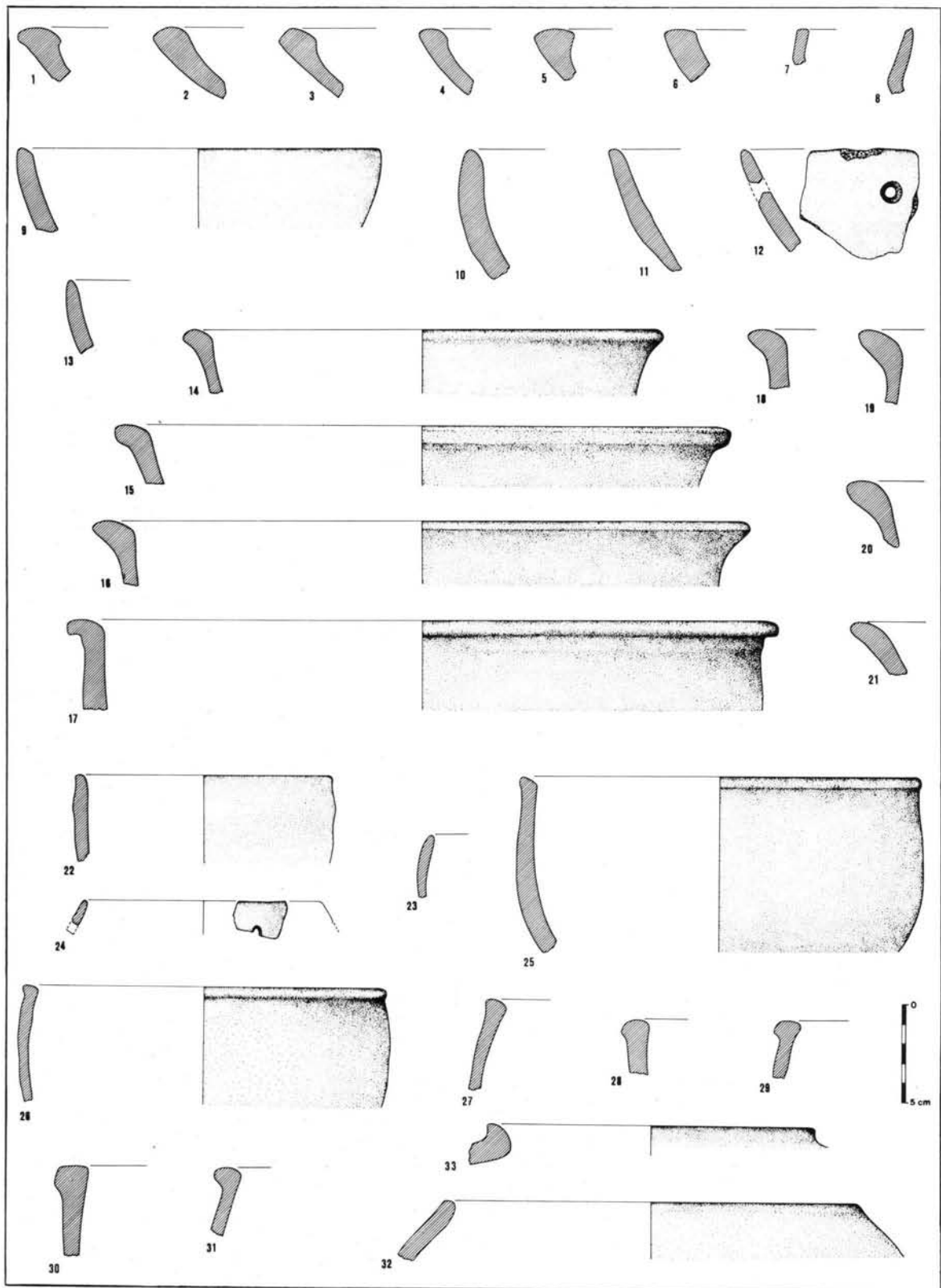


Fig. 113. Indústria cerâmica da camada 3. 1 a 4 — prato de bordo espessado; 5 e 6 — taça de bordo espessado; 7 e 8 — taça carenada; 9 a 13 — taça em calote; 14 a 20 — vaso de bordo em aba; 21 — vaso de bordo extrovertido; 22 a 24 — esférico de bordo simples; 25 a 31 — esférico de bordo e espessado; 32 — globular; 33 — “pote”.

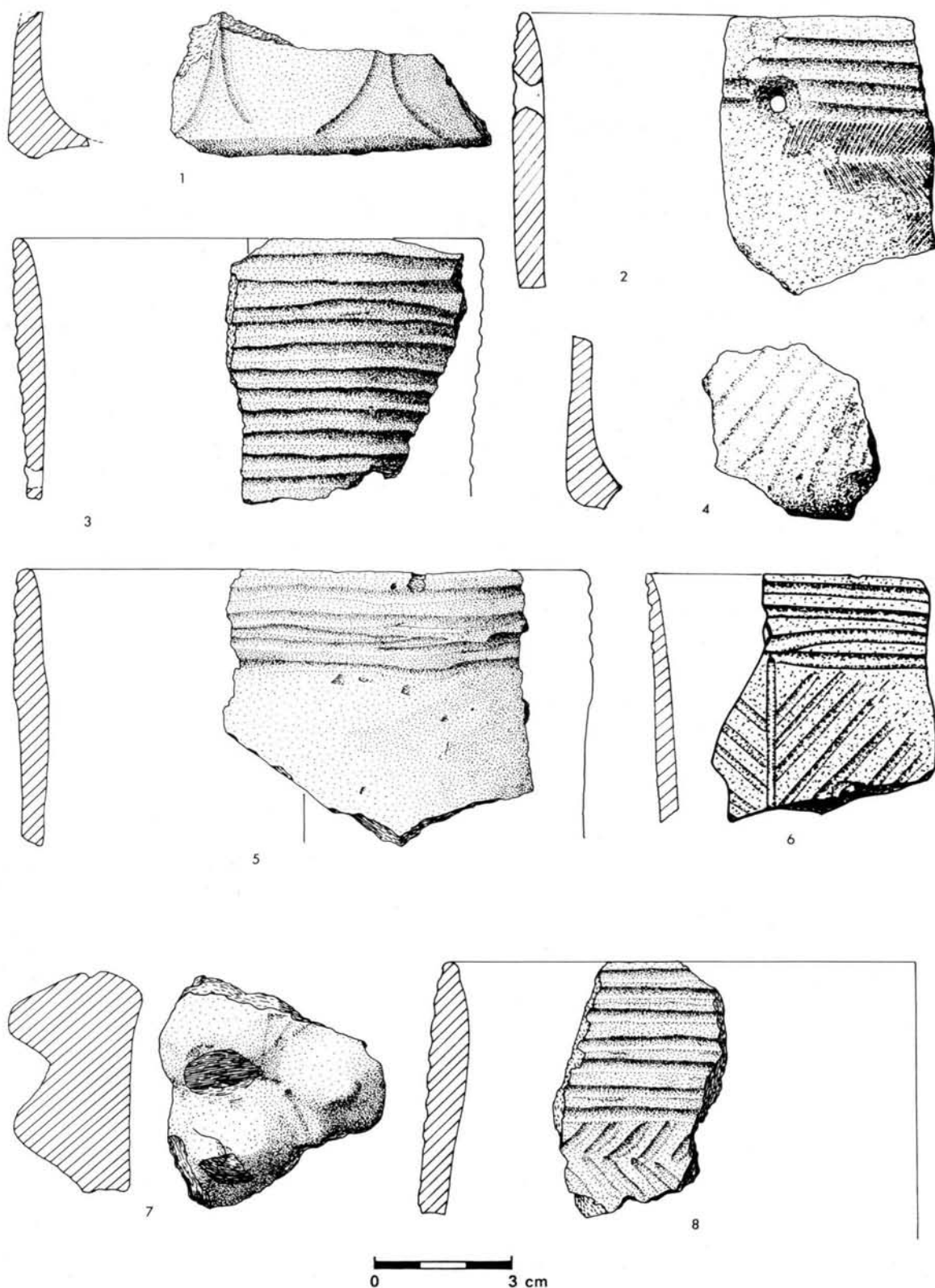


Fig. 114. Indústria cerâmica da camada 3. "Copos": 1 - Casa HH; 2 - Q.IV, 1, 2; 4, 5; 3 - Casa HH; 4 - Lareira Cl (interior do Bastião C); 5 - lado interno da Muralha GG; 6 - Sobre o substrato geológico, lado interno da Muralha O, a ocidente da estrutura N; 8 - Casa HH. Cerâmica mamilada (simbólica?); 7 - piso de utilização do Corredor TT.

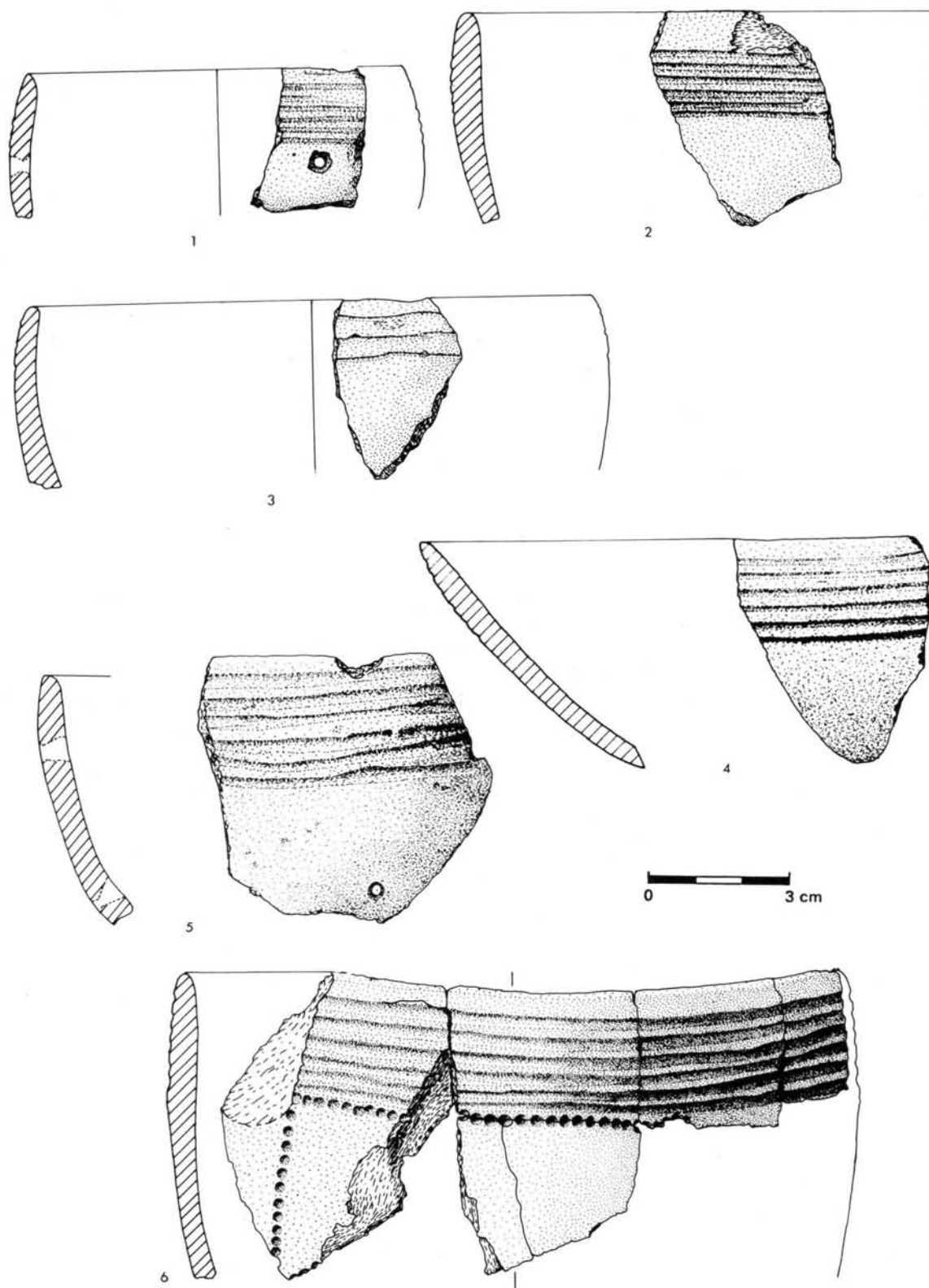


Fig. 115. Indústria cerâmica da camada 3. Taça caneladas: 1 a 6: 1 – lado interno da Entrada GG1; 2 e 3 – lado interno da Muralha GG; 4 – Q. IV, 1, 2; 4, 5; 5 – Casa B; 6 – Casa HH.

designada por “horizonte da cerâmica folha de acácia”. Trata-se de impressões ovalares, feitas na pasta fresca com ponta romba, organizadas em diversos motivos decorativos: para além da “folha de acácia”, são comuns os motivos compostos e em “crucifera”, associados a caneluras fundas, que delimitam os campos decorativos em redor da abertura de grandes recipientes (vasos de provisões). Tais motivos ocorrem também, mas mais raramente, em “copos”, que não se confundem, pelas razões já expostas, com os do Calcolítico inicial, ou noutros recipientes de menores dimensões. Decorações incisas, nesta fase, tal como nas anteriores, estão mal representadas. Ao nível da cerâmica lisa, a frequência relativa dos vasos de bordo em aba reduz-se consideravelmente, mas os pratos de bordo espessado designadamente a variante de bordo “almendrado” são sempre abundantes, ao contrário do que se verifica nos povoados do Alentejo e do Algarve.

Na parte superior da C.2 ocorrem, ainda que muito dispersos e esporadicamente, fragmentos de cerâmicas campaniformes, que não são suficientes para definirem uma nova fase de ocupação. Está representado, sobretudo, o Grupo Internacional; algumas caçoilas com decoração linear pontilhada poderão incluir-se no Grupo de Palmela; o Grupo Inciso (o terceiro e último

da periodização de SOARES *et al.* 1974/77) é, apenas, vestigial.

Merece tratamento diferenciado a chamada “cerâmica industrial” com materiais provenientes da C.3 e da C.2. Da primeira daquelas camadas recolheu-se em 1988 vários fragmentos de suportes de lareira, impropriamente designados na literatura arqueológica por “ídolos de cornos”, como expusemos recentemente (CARDOSO *et al.*, em publicação).

Porém, é da segunda que provêm todos os outros artefactos:

Os “cinchos”, são formas cerâmicas perfuradas lateralmente, utilizadas presumivelmente no fabrico do queijo; a sua superfície interna é muito irregular e a externa mal alisada. A parede é atravessada por furos cilíndricos, feitos na pasta mole;

Os “pesos de tear”, objectos sem dúvida relacionados com a tecelagem, são placas de barro quadrangulares, com furos cilíndricos nos quatro cantos, feitos na pasta fresca. São todos lisos, facto que contrasta com os exemplares recolhidos em Vila Nova de São Pedro (Azambuja), frequentemente decorados nas faces maiores, por motivos incisos simbólico-mágicos; apenas um pequeno fragmento, duvidosamente pertencente a um “peso de tear”, mostra de decoração reticulada incisa.

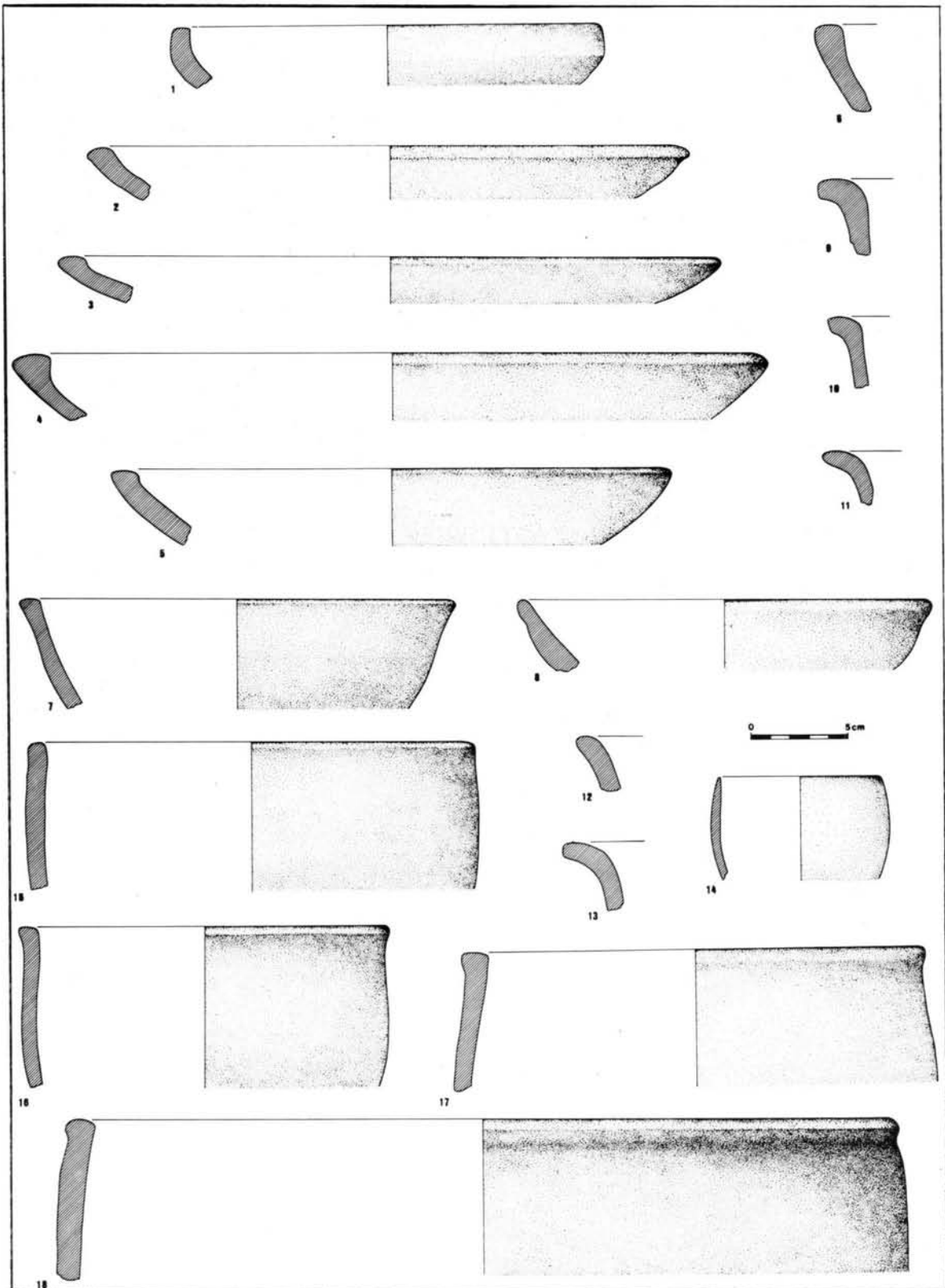


Fig. 116. Indústria cerâmica da camada 2: 1 — prato de bordo sem espessamento; 2 e 3 — prato de bordo espessado; 4 a 6 — taças de bordo espessado; 7 e 8 — taças em calote; 9 a 11 — vaso de bordo em aba; 12 e 13 — vaso de bordo extrovertido; 14 e 15 — esférico de bordo simples; 16 a 18 — esférico de bordo espessado.

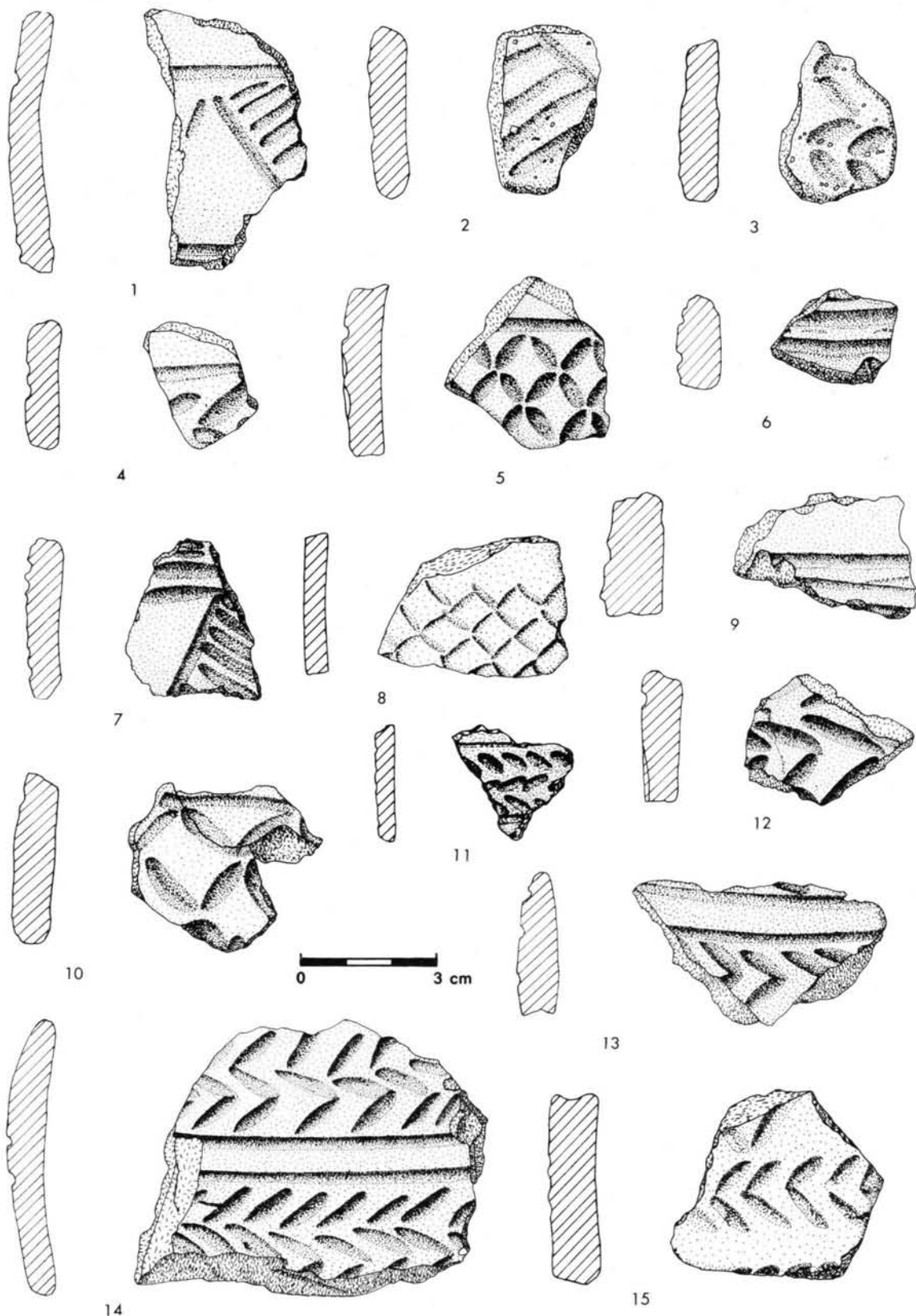


Fig. 117. Indústria cerâmica da camada 2: Cerâmica decorada por sulcos largos e profundos, organizados em diversos motivos geométricos: 1, 2, 6 e 7 – exterior Muralha O, lado oriental da Entrada 01; 9 – camada de derrube da Muralha D; Cerâmica decorada em “folhas de acácia”: 3, 4, 12 e 15 – exterior Muralha O, lado oriental da Entrada 01; 11 – Q.II; 13 e 14 – Q.I; Cerâmica decorada em “crucifera”: 5 – Casa B; 8 – Q.I; 10 – exterior Muralha O, lado oriental da Entrada 01.

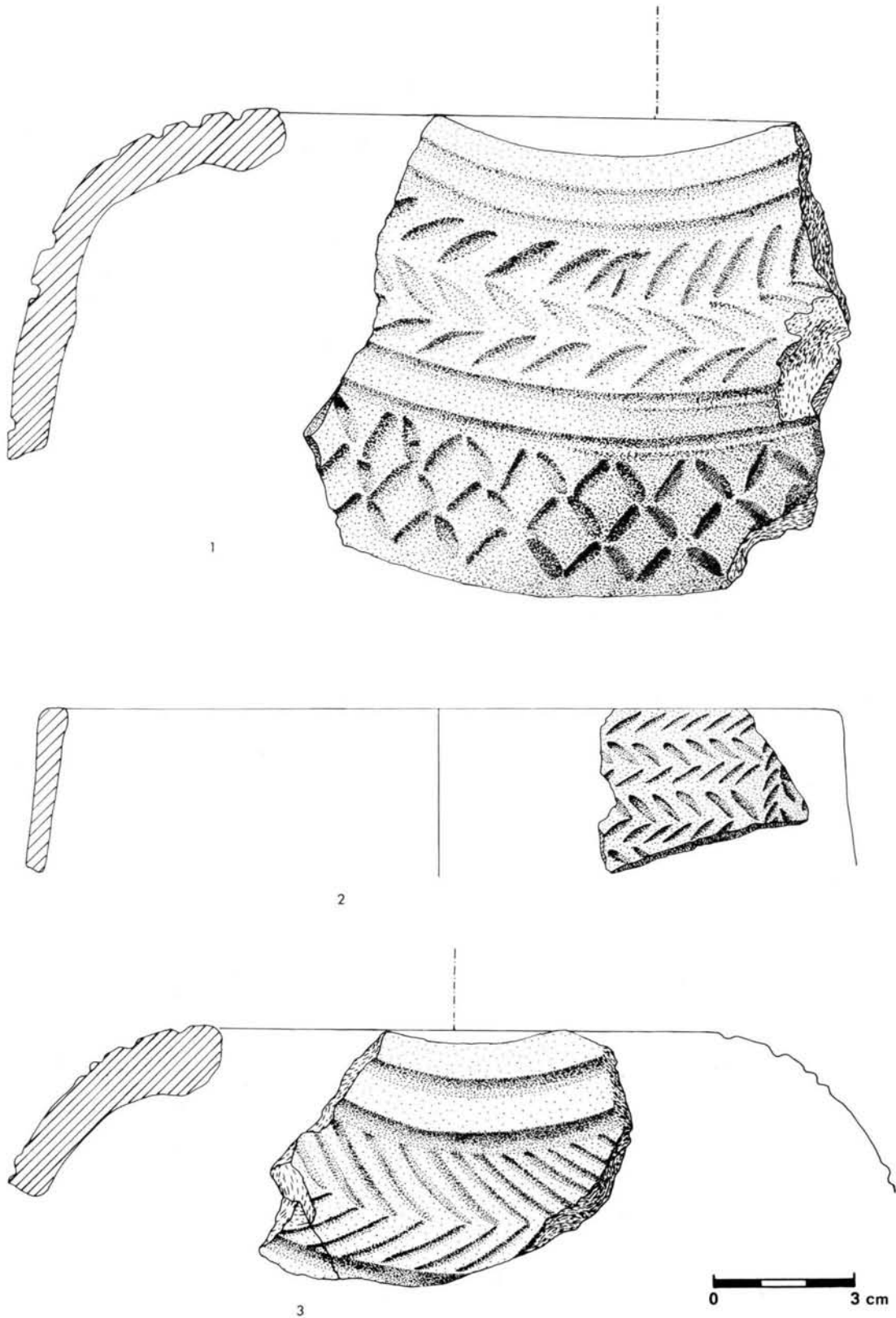


Fig. 118. Indústria cerâmica da camada 2: 1 e 2 – vaso esférico globular (1) “copo” (2) com decoração composta, em “folhas de acácia” e “crucífera”: 1 – Q.I., 8 a 10; 2 a 4; 2 – Casa B. 3 – vaso esférico globular decorado por sulcos largos e profundos. Q.I., 5; 3, 4.

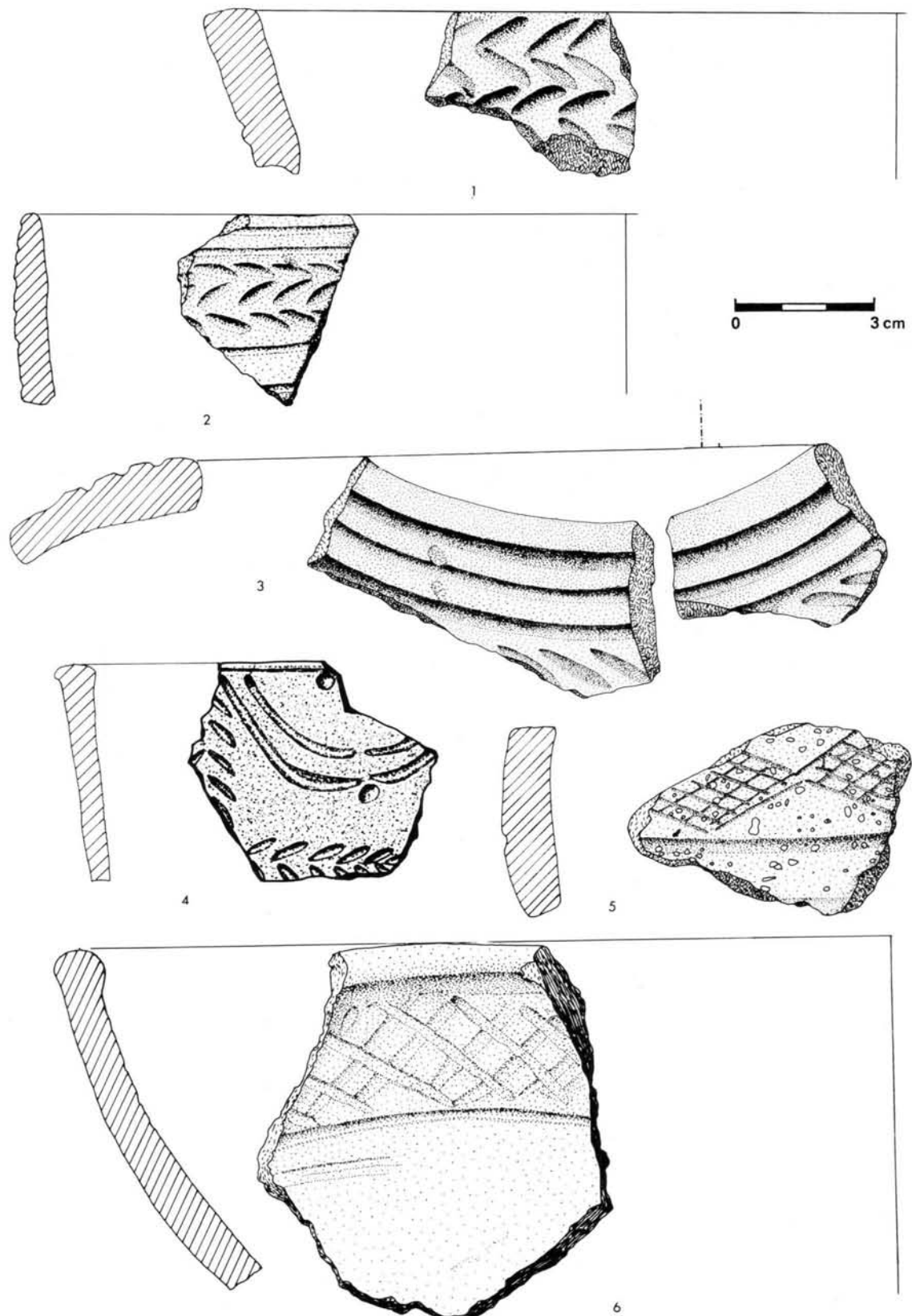


Fig. 119. Indústria cerâmica da camada 2: Cerâmica decorada em “folhas de acácia”: 1 — taça, exterior da Muralha O, lado oriental da Entrada 01; 2 — taça alta, Q.IV, 1 a 4; 1 a 5; 3 — vaso esférico globular, lageados bb. Cerâmica simbólica: 4 — exterior Casa E (associado ao motivo em “folhas de acácia”, ocorre o motivo de “tatuagens faciais”, típico nalguns ídolos de calcário. Exterior Casa E. Cerâmica incisa: 5 — lageados bb. Cerâmica decorada interiormente: 6 — taça decorada interiormente, átrio exterior à Entrada CCI.

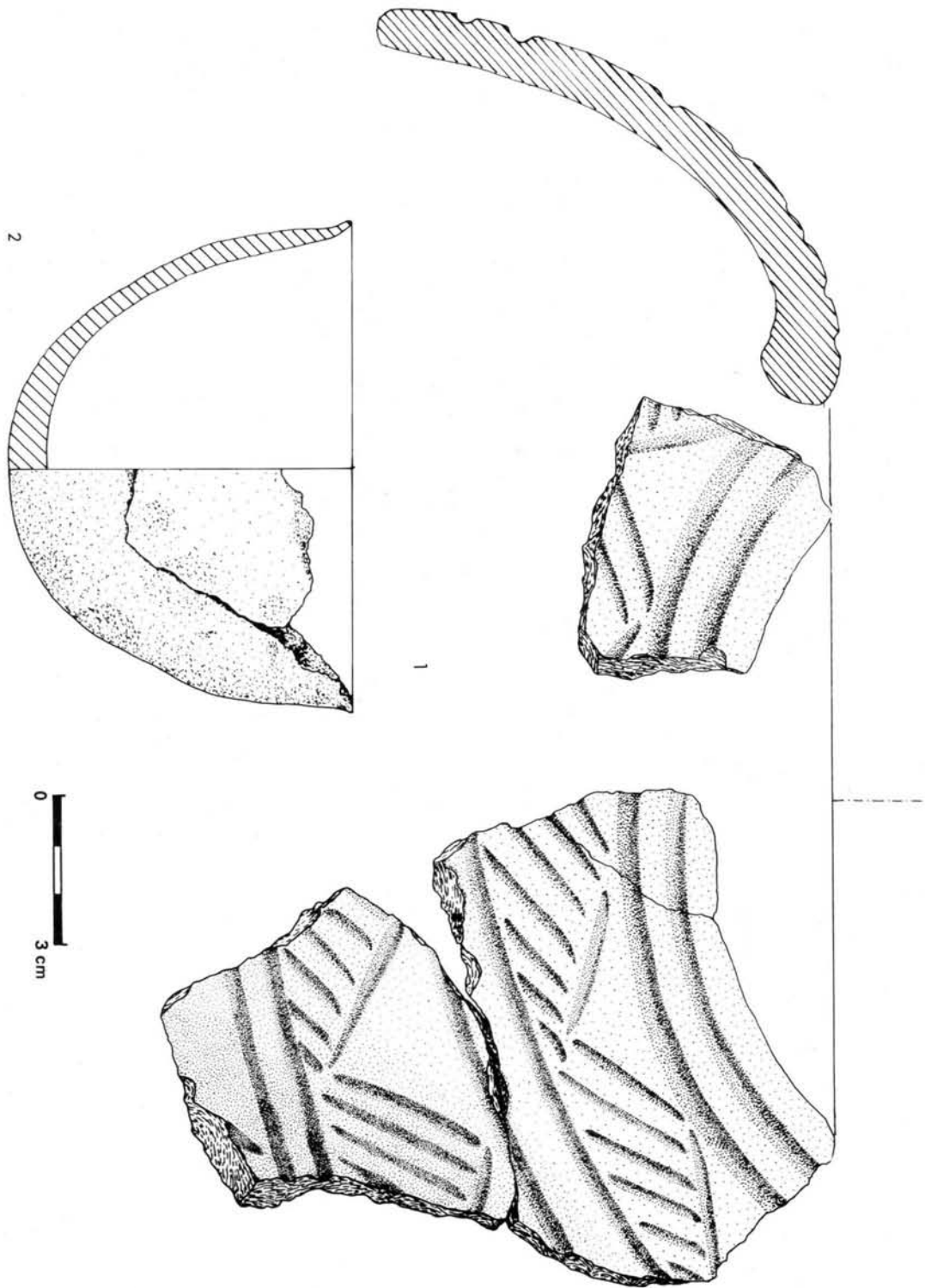


Fig. 120. Indústria cerâmica da camada 2: 1 – vaso esférico globular decorado por sulcos largos e profundos, organizados em motivo geométrico. Q.I, 8 a 10; 2 a 4; 2 – taça, Casa E.

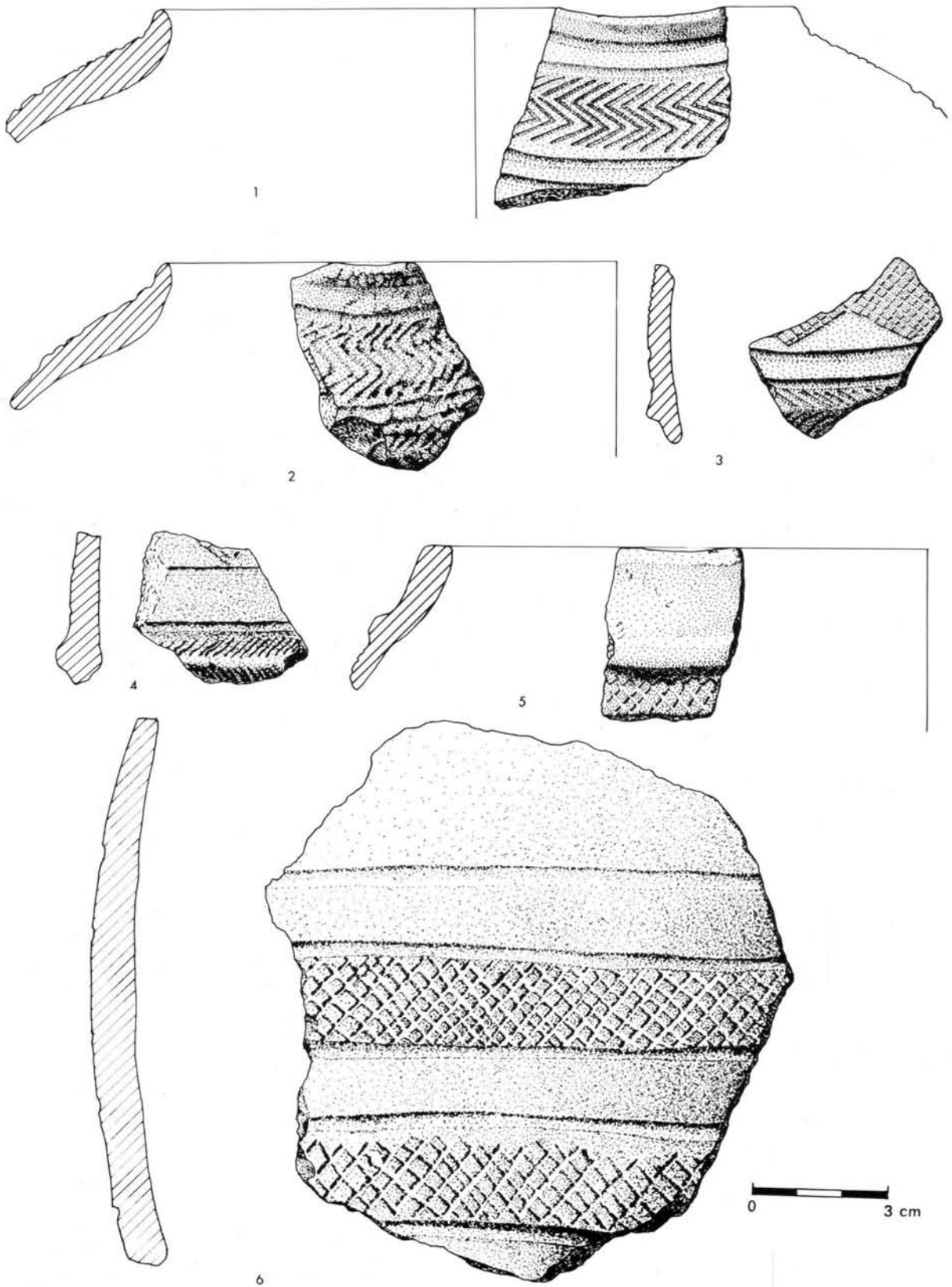


Fig. 121. Indústria cerâmica da camada 2: Cerâmica incisa. 1 e 2 — vasos esféricos globulares. Casa (?) II; 3 a 5 — decorações incisas associadas a cordões plásticos, em relevo 3 e 5 — Casa (?) II; 4 — Casa P; 6 — Grande fragmento de vaso esférico globular. Q.IV, 5 a 7; 4 a 5.

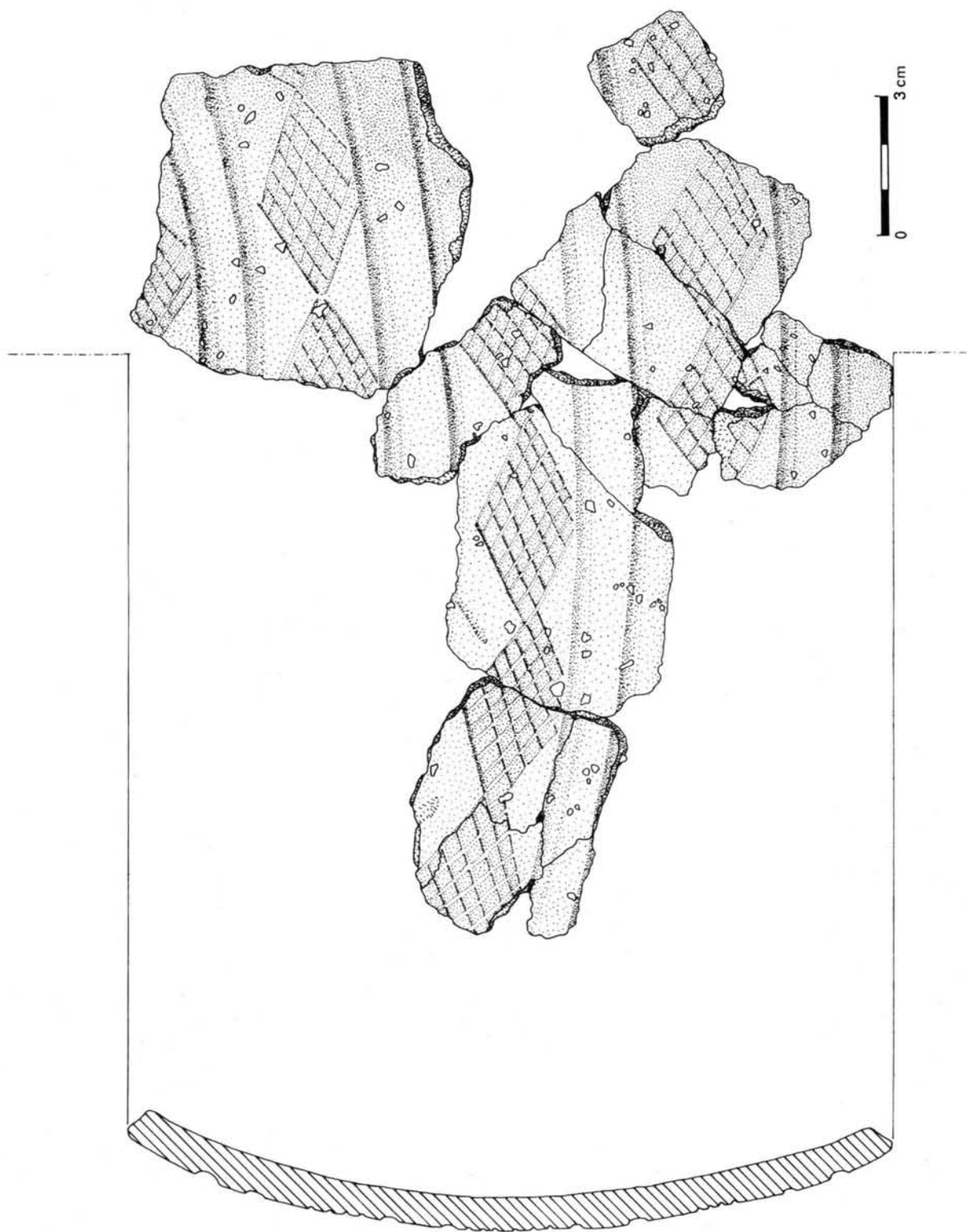


Fig. 122. Indústria cerâmica da camada 2: grande fragmento de vaso esférico globular com decoração incisa. Lageados bb.

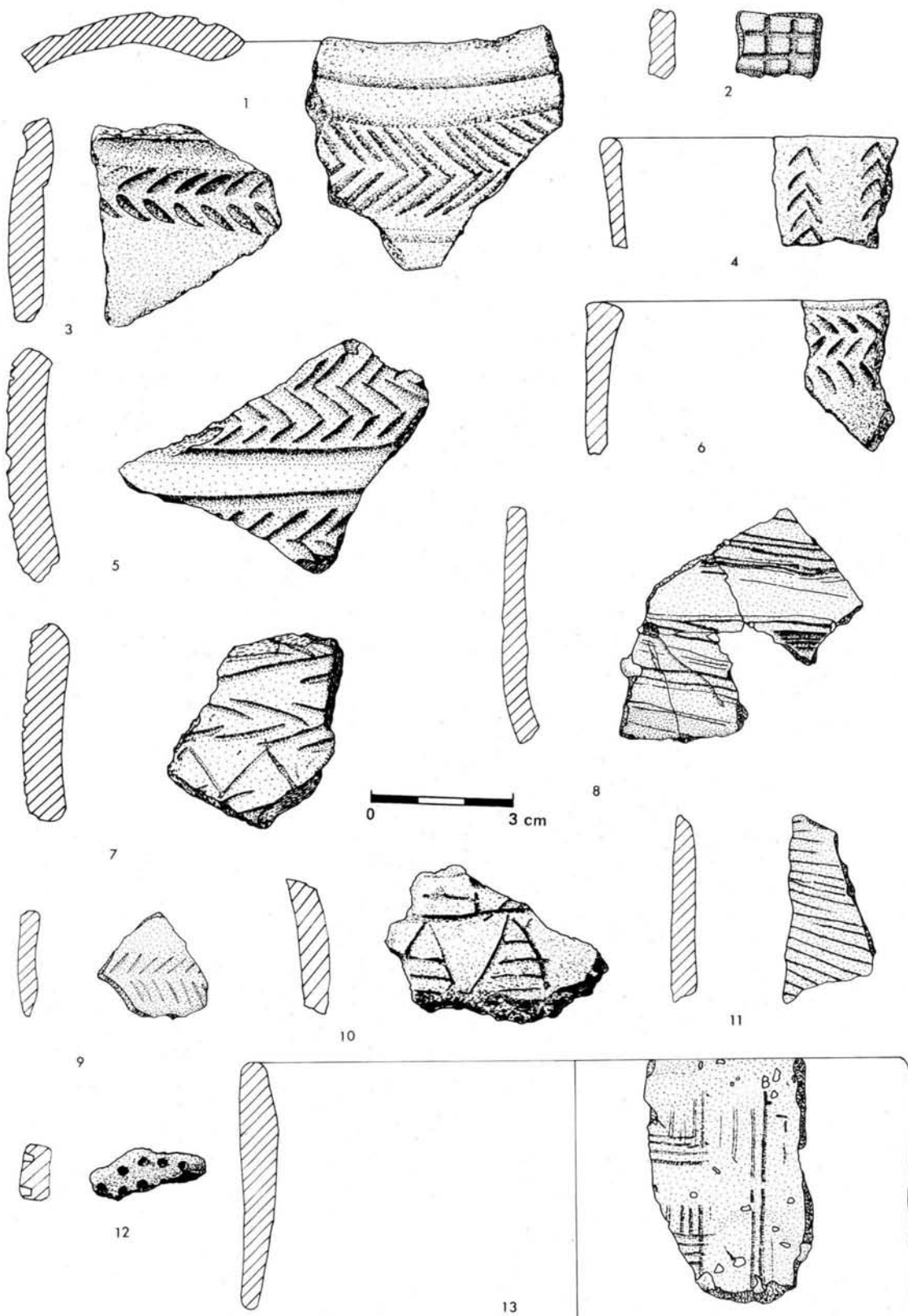


Fig. 123. Indústria cerâmica da camada 2: Cerâmica decorada por sulcos largos e profundos: 1 — vaso esférico globular. Q.I. 5; 5, 6; Cerâmica decorada em “folhas de acácia”. 3 e 5 — Q. II (3); Casa (?) II (5); 4 e 6 — “copos”: 4 — Q.I, 6, 7, 7, 8; 6 — Q.I, 8 a 10; 2 a 4; Cerâmica incisa: 7, 10 e 12 — Q.I; 8, 11 e 13 — camada de derrube sobre a Muralha D; 9 — exterior Muralha O, lado oriental da Entrada 01. Os exemplares 4, 6, 8, 11 e 13 pertencem a “copos”, forma herdada do Calcolítico inicial.

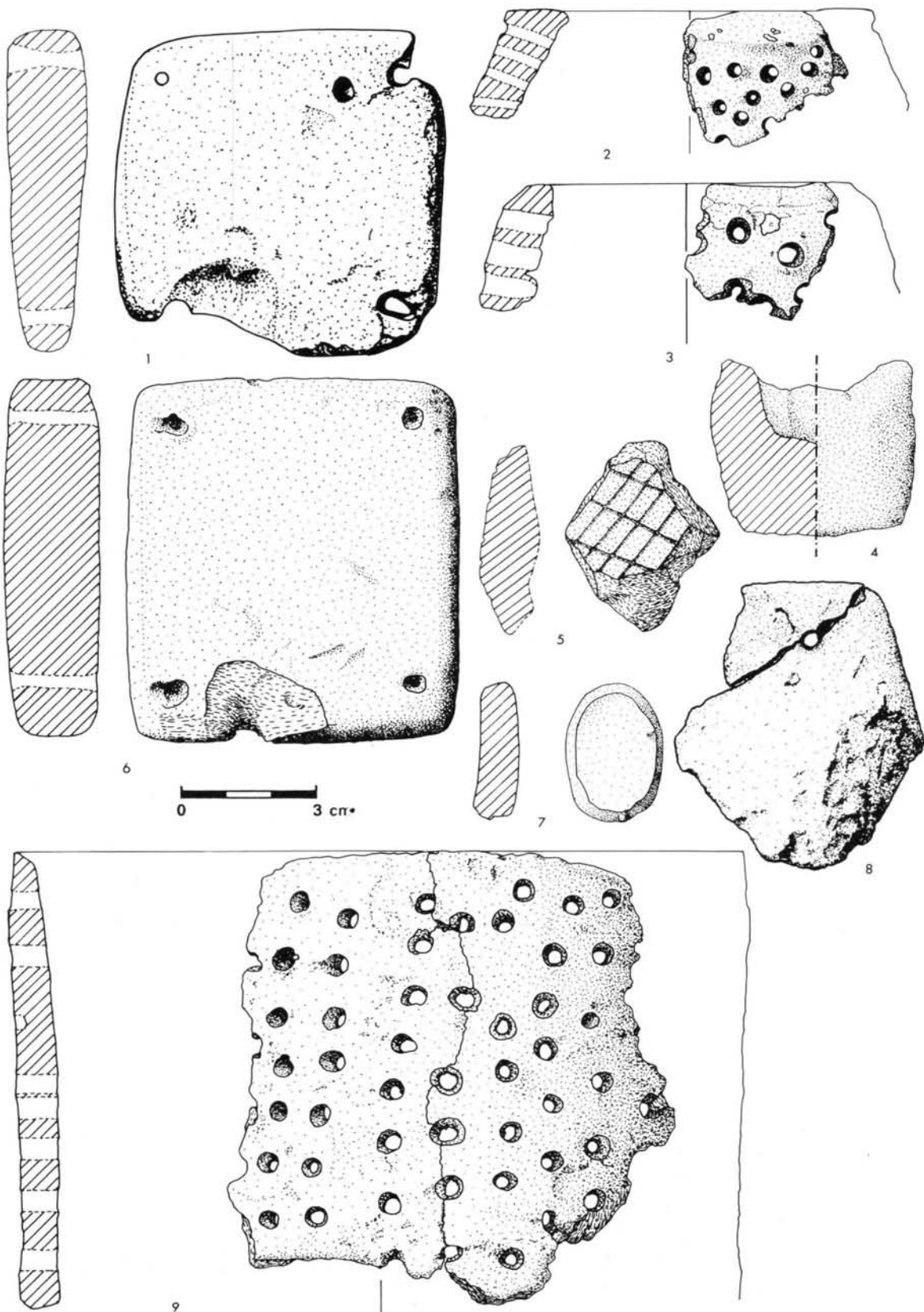


Fig. 124. Cerâmica industrial da camada 2: "Pesos de tear". 1 - sobre Lageado Z3; 5 e 6 - sobre Lageados bb; 8 - Q. IV, 1 a 3; 6, 7. "Cinchos"; 2 e 3 - Lageados bb; 9 - lado externo da Casa E; "Suportes de recipientes"; 4 - camada de derrube do Bastião G. Objectos de uso indeterminado; 5 - "brunidor de cerâmica" (?). Lageados bb.

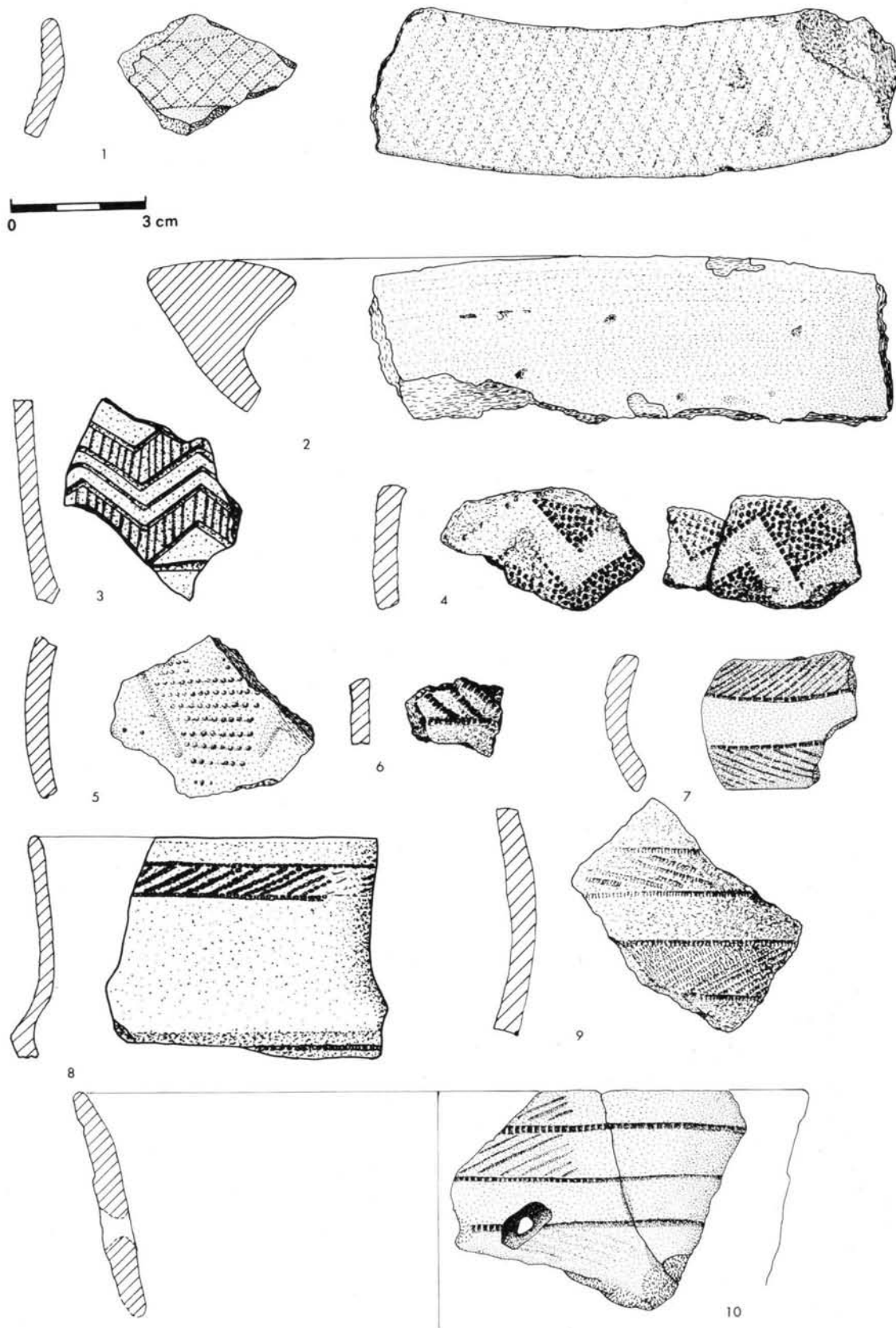


Fig. 125. Indústria cerâmica da camada 2 — topo (campaniforme); cerâmica com decoração pontilhada e linear pontilhada. 1, 4 e 5 — fragmentos integráveis no chamado (“Grupo de Palmela”); 1 — camada de derrube da Muralha D; 4 — Q.I, 5; 9, 10; 5 — Lageados bb. 6 a 10 — fragmentos de vasos e “caçoilas” campaniformes com decoração pontilhada (“Grupo Internacional”). 6, 7 e 10 — camada de derrube da Muralha D; 8 — Q. IV; 9 — Q.I. Cerâmica com decoração incisa e brunida. 2 — taça de Palmela com decoração reticulada brunida, no lábio. Lado interno da Muralha O. Trata-se de exemplar que poderá ser antecampaniforme. 3 — fragmento com decoração incisa, integrável no chamado “Grupo Inciso”. Q.I.

8. CRONOLOGIA ABSOLUTA

Leceia é, actualmente, um dos raros povoados pré-históricos portugueses com informação já detalhada no respeitante à cronologia absoluta de cada uma das sucessivas ocupações até agora identificadas.

A primeira fase de ocupação, encontra-se datada radiocarbonicamente em diversos locais:

— amostra de carvão obtida no preenchimento das cavidades das bancadas calcárias, subjacentes à construção do *Bastião G*:

ICEN - 312 = 4530 ± 100 anos BP
(= 2580 ± 100 anos a.C.);

Amostra de Carvão recolhida na *Casa R*:
ICEN - 313 = 4520 ± 130 anos BP
(= 2570 ± 130 anos a. C.);

Amostra de carvão recolhida na *Lareira VV*:
ICEN - 316 = 4520 ± 70 anos BP
(= 2570 ± 70 anos a.C.)

Trata-se de resultados estatisticamente homogêneos, que permitem situar a primeira ocupação de Leceia em meados do terceiro milénio a.C., em anos de ^{14}C ; ao calibrar tais resultados, obtêm-se intercepções, na respectiva curva de calibração, ao longo da segunda metade do quarto milénio a.C., sendo os valores limites 3351 cal. a.C. e 3143 cal. a.C.; utilizando, para os valores máximo e mínimo da datação mais precisa (ICEN-316) 1 sigma, esta primeira ocupação

ficará seguramente situada entre 3357—3096 cal. a.C. (1)

Trata-se de resultados de grande interesse, por ser a primeira vez que o Neolítico final é datado em contextos habitacionais estremenhos. Este “horizonte”, igualmente com taça carenada, foi em Papa Uvas (Huelva) em 2880 ± 120 anos a.C. (CSIC — 485) e no Possanco (Grândola) em 2320 ± 50 anos a.C. (CSIC — 633).

Para o Calcolítico inicial da Estremadura, ainda não conhecemos, com segurança, qualquer datação radiocarbónica. Estão em curso mais análises no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) de amostras recolhidas em 1988 e pertencentes a esta fase cultural.

O Zambujal (Torres Vedras) ofereceu como datas radiocarbónicas mais antigas 2250 ± 40 anos a.C. (GrN — 7009) e 2220 ± 55 anos a.C. (G.r.N. — 6671), mas estes valores dizem respeito somente à 2.^a fase das construções defensivas, tendo ficado por datar as fases Ia, Ib, e Ic. Contudo, os escavadores deste povoado admitem que o início da ocupação do Zambujal se tenha verificado por volta de 2400 anos a.C. (SCHUBART *et al.*, 1983/84). De notar que a construção da muralha mais antiga do Monte da Tumba é cor-

(1) Quando não expressamente indicado, as datas apresentadas dizem respeito a análises não calibradas.

relacionável com os níveis inferiores da C.7. Das oito datações de radiocarbono até agora obtidas para a primeira ocupação deste povoado, as duas datas mais antigas são: 2500 ± 150 anos a.C. (UGRA — 236) e 2590 ± 90 anos a.C. (UGRA — 172) (SILVA *et al.*, 1988).

O Calcolítico pleno da Estremadura encontra-se, em Leceia, tal como o Neolítico final, bem definido, em termos de cronologia absoluta.

Dispomos, presentemente, de oito datações radiocarbónicas, das quais seis respeitam à *Casa P* e as duas restantes a amostras colhidas nos derrubes das construções pré-existentes; do primeiro daqueles locais, os resultados obtidos foram os seguintes:

LY — 4205 (carvão) = 4030 ± 120 anos BP (= 2080 ± 120 anos a.C.);

ICEN — 92 (carvão) = 4120 ± 80 anos BP (= 2170 ± 80 anos a.C.);

ICEN — 89 (ossos) = 4200 ± 70 anos BP (= 2250 ± 70 anos a.C.);

ICEN — 95 (conchas) = 4370 ± 60 anos BP (= 2420 ± 60 anos a.C.);

ICEN — 101 (conchas) = 4400 ± 50 anos BP (= 2450 ± 50 anos a.C.);

ICEN — 102 (conchas) = 4350 ± 60 anos BP (= 2400 ± 60 anos a.C.).

Os resultados obtidos evidenciam, invariavelmente, datas mais altas para as análises utilizando conchas como fonte de colagéneo, fenómeno que se encontra a ser investigado pelo Eng. Monge Soares, do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, onde todas as análises foram efectuadas [à excepção da análise com a sigla Ly (Lyon)]. Desta forma, aguardam-se conclusões que permitam a plena utilização das análises utilizando conchas.

As amostras de carvão e de ossos, recolhidas na mesma estrutura, deram resultados estatisticamente idênticos, que permitem situar a ocupação desta habitação no final do terceiro milénio a.C. Ao calibrar os valores mais exactos, obtêm-se os valores extremos de 3020 cal. a.C. e de 2435 cal. a.C. para 1 sigma, que colocam tal operação, portanto na primeira metade do ter-

ceiro milénio a.C. É neste intervalo de tempo que, no Alto Algarve Oriental, se deverá ter fundado o povoado Calcolítico fortificado do cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim) É esta, com efeito, a conclusão que se poderá extrair das datas publicadas, apesar dos, infelizmente, excessivos intervalos de segurança que apresentam; tal conclusão é, aliás, sugerida pelo respectivo espólio (GONÇALVES, 1983/84), apesar deste povoado se inserir, evidentemente, noutra contexto cultural, diferente do de Leceia (Calcolítico do Sudoeste).

As duas amostras restante pertencentes a esta fase cultural, provêm do enchimento da *Entrada OI* e da camada de derrube do *Bastião S* (C.2). Os resultados obtidos foram, respectivamente, os seguintes:

ICEN — 314 (carvão) = 3770 ± 130 anos BP (= 1820 ± 130 anos a.C.);

ICEN — 315 (carvão) = 3730 ± anos BP (= 1780 ± 170 anos a.C.).

Ao calibrar a primeira data obtêm-se intercepções com a curva em 2198, 2151 e 2149 cal. a.C. e o seguinte intervalo, para 1 sigma: 2460 — 2030 cal. a.C..

Para a seguinte, obteve-se intercepção em 2140 cal. a.C., a que corresponde o seguinte intervalo, para 1 sigma: 2460 — 1910 cal. a.C..

Tendo em consideração que, no caso de Leceia, as entradas até o presente identificadas só deixaram de funcionar como tal aquando do abandono definitivo do local — facto que é confirmado pelos sucessivos reforços que sofreram, sem jamais serem obstruídas — admitimos que aquele se tenha verificado já na primeira metade do segundo milénio, em datas de ¹⁴C não calibradas. Os resultados calibrados indicam o último quartel do terceiro milénio a.C., valor que a segunda datação, obtida também a partir de amostra recolhida na camada de derrube do *Bastião S* (C.2), confirma.

É interessante notar que tal abandono deverá ser anterior à presença campaniforme a qual é apenas vestigial, correspondendo à passagem episódica de grupos humanos portadores destas cerâmicas, numa altura em que o dispositivo

defensivo se encontrava já francamente degradado. De facto, no Zambujal, a primeira cerâmica campaniforme surge muito mais cedo, em 2045 ± 35 anos a.C (GRN — 7004, valor não calibrado).

As datações absolutas até agora realizadas em Leceia permitem aceitar ocupação contínua, ou

com pequenos períodos de abandono, que poderia não ser total, entre meados do terceiro milénio a.C. e o final do primeiro quartel do milénio seguinte, em anos de ^{14}C não calibrados, ou, se quisermos utilizar os valores extremos das datações calibradas, mais precisas, entre cerca de 3357 e 1910 anos cal. a.C., para 1 sigma.

9. INTEGRAÇÃO CULTURAL

Leceia oferece um dos mais completos quadros da evolução das comunidades que durante o Neolítico final e o Calcolítico viveram nas penínsulas de Lisboa e Setúbal. A sua estratigrafia veio confirmar de forma muito nítida, por um lado, o que as escavações da Parede (SERRÃO, 1983) e do Alto de S. Francisco, na Arrábida (SILVA *et al.*, 1986), haviam sugerido, isto é, que na Estremadura portuguesa o “horizonte” do Neolítico final com taça carenada e bordos denteados precede imediatamente o “horizonte da cerâmica canelada” considerado do Calcolítico inicial; e, por outro, a sequência já detectada na Rotura-Pedra (SOARES *et al.*, 1975) no Alto do Dafundo (GONÇALVES *et al.*, 1987) e no Penedo de Lexim (ARNAUD *et al.*, 1971). Neste momento é, pois, inadmissível duvidar da existência de dois “horizontes” no Calcolítico pré-campaniforme da Estremadura: o da cerâmica canelada (Calcolítico inicial) e o da cerâmica decorada por “folha de acácia” (Calcolítico pleno).

Com efeito, Leceia começou por ser ocupada por um grupo humano portador de taças carenadas e recipientes de bordo denteado. Trata-se da fase de apogeu do megalitismo do Sul do País e dos *habitats* que no Alentejo e Algarve, bem como na Andaluzia ocidental, utilizaram igualmente taça carenada (Possanco, na Comporta, Vale Pincel II, em Sines, Cabeço da Mina, no Torrão do Alentejo, Albardeiros, em Reguengos,

Pedra Longa, em Montemor-o-Novo, Caramujeira, em Lagoa, Papa Uvas, em Helva). No nível de ocupação do Neolítico final de Leceia, como nos povoados atrás referidos, não foram até agora detectadas estruturas de carácter defensivo, mas a escolha de um local com boas condições naturais de defesa para o estabelecimento do *habitat* parece mostrar que, talvez pela acumulação de riqueza resultante do desenvolvimento da economia agro-pastoril, se inicia uma nova fase no processo da estratégia do povoamento. De facto, até ao Neolítico final são raros povoados de cumeada, (excepção para Montes Claros, na zona limítrofe da capital CARDOSO *et al.*, em publ.) sendo, sim, escolhidos locais abertos, arenosos e planos para a implantação dos *habitats*. É somente no Neolítico final que assistimos ao aparecimento dos primeiros povoados de altura (além do de Leceia, citemos o Alto de S. Francisco, nos arredores de Setúbal, o Cabeço da Mina, no Torrão, e Albardeiros, em Reguengos de Monsaraz). Mas são ainda numerosos os povoados que mostram as características de implantação próprias dos períodos anteriores (p. ex.: Possanco, Vale Pincel II, Caramujeira, Papa Uvas). Essa riqueza acumulada, responsável pela nova estratégia de povoamento, teria, além disso, possibilitado, por um lado, a construção dos grandes monumentos megalíticos característicos desta época, e, por outro, o aparecimento de condições materiais para que, com a chegada dos primeiros impul-

sos ligados à metalurgia do cobre, a comunidade viesse a manter no seu seio um grupo de artífices que se destaca do todo social, especializado na actividade metalúrgica.

Sobre o estrato do Neolítico final (C.4) assenta camada (C.3) rica em cerâmica canelada e com rara taça carenada, a qual corresponde à construção das primeiras estruturas de carácter defensivo, logo no início do Calcolítico inicial.

Trata-se de uma poderosa fortificação com duas linhas defensivas providas de grandes bastiões semi-circulares ocos, maciços ou semi-maciços. Este sistema defensivo é ampliado durante o Calcolítico inicial, surgindo muros transversais que, como na fase I do Zambujal, vão dividir o espaço compreendido entre a primeira e a segunda linha de fortificações. É durante o Calcolítico pleno que surge e se desenvolve a cerâmica decorada por “folha de acácia”, enquanto a cerâmica canelada entra em rápido declínio. A utensilagem de cobre, até este momento quase ausente, torna-se abundante.

O início da metalurgia do cobre, na região estremenha, é tema polémico; trata-se de um processo cujo conhecimento está longe de completamente esclarecido. H. Schubart e E. Sangmeister investigadores que, de 1964 a 1973 realizaram escavações no povoado fortificado Calcolítico do Zambujal (Torres Vedras), um dos mais expressivos do Calcolítico da Estremadura, sumaram, recentemente, a interpretação dos resultados que obtiveram em duas hipóteses (SCHUBART *et al.*, 1987):

1.ª hipótese — tratar-se-iam de fortificações construídas por grupos humanos que alguns indícios parecem apontar como originários do próximo Oriente; entre tais indícios, seriam relevantes as características das fortificações, análogas às conhecidas na Estremadura (e não só), a tipologia de alguns artefactos e a matéria-prima de que são confeccionadas algumas peças, que, como o marfim, teria origem pelo menos norte-africana.

2.ª hipótese — admite-se que, em busca do cobre peninsular, grupos humanos, provenientes do Mediterrâneo oriental, se tenham relacionado

pacificamente com as populações autóctones. Estas, enriquecidas pela venda do minério, seriam, ulteriormente, as próprias a defenderem-se em recintos muralhados, cujas características arquitectónicas poderiam ter aprendido com os “estrangeiros”; da mesma forma ficaria explicada a presença de materiais exógenos, obtidos por trocas ou, tão somente, imitados nestes locais. Com efeito, até ao presente, jamais se encontrou artefacto que mostrasse ter sido, inquestionavelmente, importado.

Em qualquer das hipóteses, os autores consideram indispensável a presença de grupos humanos estranhos à região para explicar a génese e desenvolvimento da metalurgia do cobre nesta região.

Outra hipótese, contudo, tem vindo a ser desenvolvida nestes últimos anos, no quadro da investigação portuguesa. Admite-se que, de alguma forma, tenha havido contactos com o Mediterrâneo; populações com tão alto grau civilizacional e revelando relações comerciais já tão complexas, não poderiam ignorar-se; no âmbito destas relações, sempre indirectas, increver-se-ia, justamente, a dispersão da metalurgia do cobre para Ocidente, conjuntamente com certos objectos ditos “de prestígio”. Mas o processo de calcolitização não poderia progredir sem que na sociedade não estivessem criadas as condições sócio-económicas adequadas; ou seja, as influências exógenas funcionaram como catalizador, tendo apenas resultados positivos se, e quando, as condições locais a isso fossem propícias.

A aparente evolução interna das sociedades calcolíticas que povoaram a Estremadura fez-se, de facto, sem sobressaltos de maior, as populações eram as mesmas. Salvo as excepções assinaladas no espólio (precisamente as utilizadas para efeitos culturais e cronológicos), a larga maioria dos materiais, ao longo da evolução descrita, não mostram assinaláveis diferenças de carácter qualitativo. A morfologia da cerâmica lisa, salvo raras excepções (p. ex. a taça carenada está ausente dos níveis da Fase III, e os “copos”, ausentes dos níveis da Fase I) é a mesma em toda a sequência estratigráfica neo-calcolítica,

variando apenas em termos quantitativos. Não se notam, pois, vestígios de rupturas culturais; pelo contrário, cremos estar em presença de uma mesma população que, a partir do Neolítico final evoluiu *in situ* até aos últimos estágios do Calcolítico pré-campaniforme. A construção das fortificações ocorre em um dado momento desse processo evolutivo como resposta à necessidade de defender um cada vez mais vultuoso subproduto económico. Não se nota em Leceia, como não se nota no povoado igualmente fortificado do Monte da Tumba (este pertencente ao grupo calcolítico do Sudoeste), a presença de uma cultura exógena. Sem negar o papel de influências externas no processo de calcolitização da Estremadura portuguesa, pensamos que devemos procurar no dinamismo interno das comunidades autóctones a explicação para o notável florescimento atingido por alguns sectores da cultura material do nosso Calcolítico.

Negando, na generalidade, a presença de grupos humanos estranhos à região estremenha, os arqueólogos portugueses divergem, no entanto, em aspectos fundamentais.

Talvez o aspecto onde as divergências se tornem mais evidentes seja aquele que se prende com a arquitectura dos dispositivos defensivos. Nota-se a existência de duas correntes: uma, difusionista, aceita o princípio de que tais construções respeitam um modelo canónico, pré-estabelecido, que, uma vez aprendido era levado à prática pelas populações autóctones. A outra corrente aceita que tais fortificações se tenham desenvolvido um pouco por toda a bacia mediterrânica em consequência da evolução sócio-económica das respectivas sociedades calcolíticas. As fortificações, fazendo uso de estruturas defensivas elementares — muralhas, torres, bastiões — mostrar-se-iam, naturalmente, semelhantes; mas revelam particularidades adaptativas às condições específicas de cada sítio. Foi esta última corrente que presidiu à interpretação da imponente fortificação calcolítica de Leceia, única na região do estuário do Tejo: a escolha de local com condições naturais de defesa no Neolítico final, e a subsequente cons-

trução, a partir do início do Calcolítico inicial, de um forte dispositivo defensivo, indicam, repetimos, apreciável subproduto económico, certamente resultante do desenvolvimento de uma economia essencialmente agro-pastoril: as actividades agrícolas estão documentadas pela presença de mós e elementos de foice; a criação de gado está atestada pela existência de abundantes ossos de ovinos, caprinos, suínos e bovinos sendo subsidiada pela caça do veado, javali, coelho, excepcionalmente, urso e lince (apenas destinado ao aproveitamento da pele?), e ainda pela recollecção de moluscos marinhos e pela pesca, no estuário.

O início da exploração organizada dos recursos, no Neo-Calcolítico, está demonstrada pela existência de galerias subterrâneas de exploração de sílex, em Campolide (CHOFFAT, 1889). A acumulação de riqueza e o aparecimento da metalurgia do cobre, que exigiu mão-de-obra especializada e implicou forte divisão social do trabalho, com a consequente cisão da comunidade primitiva, teriam sido responsáveis por forte instabilidade social e estado na origem de situações de carácter bélico, arqueologicamente não detectáveis até aos finais do Neolítico. Estamos, por conseguinte, perante uma sociedade hierarquizada e possivelmente organizada segundo modelo tribo-patriarcal (SILVA, 1983; CARDOSO, *et al.*, 1987).



Os trabalhos de escavação em curso no Alentejo e no Algarve, particularmente os dirigidos por C. Tavares da Silva e J. Soares no importantíssimo povoado Calcolítico fortificado do Monte da Tumba, situado no Baixo Alentejo (concelho de Alcácer do Sal), vieram reforçar a hipótese da existência, adentro do Calcolítico do Centro e Sul de Portugal, de dois grandes grupos ou fáces culturais distintos: O da Estremadura e o do Sudoeste.

No primeiro, integra-se o povoado de Leceia,

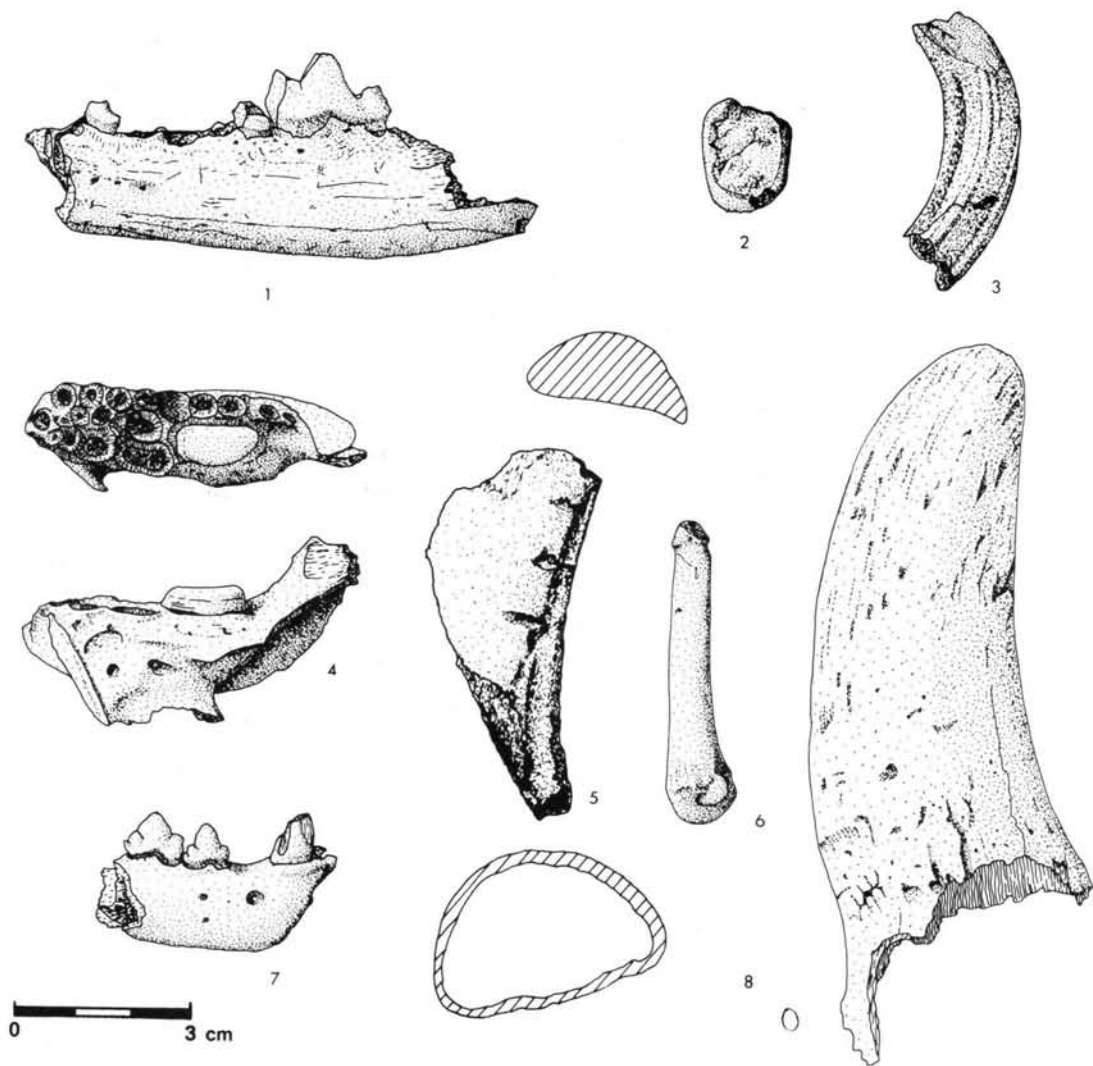


Fig. 126. Faunas camadas 2 e 3: 1 — hemimandíbula de cão (*Canis familiaris*); 2 — 3.º molar inferior de urso (*Ursus arctos*); 3 — defesa superior de javali (*Sus scrofa*); 4 — mandíbula de peixe (*Sparidae*); 5 — osso com vestígios de incisões, indicio da descarnação com objecto cortante; 6 — osso de ave; 7 — fragmento de mandíbula de linxe (*Lynx pardina*); 8 — fragmento de corno de bovídeo (*Bos taurus*).

bem como, entre muitos outros, o Zambujal, Vila Nova de S. Pedro, Penedo, Pedra de Ouro, Olelas, Penha Verde, Lexim, Rotura e Pedrão. Ao grupo do Sudoeste que, como o nome indica, ocupa o sudoeste peninsular (Alentejo, Algarve, Andaluzia Ocidental) pertencem, além do Monte da Tumba, povoados como o do Escoural (Montemor-o-Novo), das Carapinhas (Reguengos), Porto das Carretas (Mourão), Senhora da Giesteira (Portel), Moncarxa (Portel), Castelos de S. Brás (Serpa), Monte Novo (Sines), Cortadouro (Ourique), Santa Justa (Alcoutim), Corte de João Marques (Alcoutim) e Alcalar (Portimão). Em ambos os grupos, os povoados apresentam, de um modo geral, estruturas de carácter defensivo constituídas por muralhas, torres e bastiões. Tais estruturas estão longe de obedecer a um modelo comum ou pelo menos de seguirem, em todos os casos, a mesma linha de evolução: por exemplo, no Zambujal, as primeiras fases de construção não oferecem torres ocas, mas tão somente torres maciças, enquanto em Leceia os bastiões semi-circulares e ocos ocorrem logo na primeira fase construtiva calcolítica; também no Monte da Tumba são desconhecidas as torres maciças, surgindo os bastiões semi-circulares na Fase II. É, sobretudo, no que se refere à decoração dos recipientes cerâmicos que se notam as diferenças mais acentuadas entre os dois grupos: enquanto no grupo da Estremadura a decoração é, relativamente abundante, contribuindo aliás, para definir cada um dos três “horizontes” em que o Calcolítico desta região se divide (cerâmica canelada no Calcolítico inicial; cerâmica decorada por impressões de “folhas de acácia” e por largos sulcos, no Calcolítico pleno, e cerâmica campaniforme, no Calcolítico final), no grupo do Sudoeste a cerâmica decorada está quase ausente (menos de 0,1%), e aquela que surge é constituída ou por motivos plásticos (mamilos) que podem, aliás, oferecer também papel funcional, ou pela chamada decoração simbólica (motivos solares, triângulos preenchidos por pontuações). A raríssima cerâmica canelada ou com motivos de tipo “folha de acácia” que só muito excepcionalmente ocorre, indicará

contactos entre os dois grupos. Na morfologia dos vasos notam-se também diferenças, sobretudo de carácter quantitativo: no grupo da Estremadura são muito comuns, além das taças em calote — igualmente abundantes no grupo do Sudoeste — os esféricos altos de bordo espessado (sobretudo no Calcolítico pleno) e os vasos de bordo em aba (principalmente no Calcolítico inicial, sendo herdeiros dos do Neolítico final com decoração denteada); no grupo do Sudoeste, estes dois tipos são raros, mas, em contrapartida, são muito frequentes os pratos de bordo almendrado que escasseiam na Estremadura; os copos só muito excepcionalmente surgem no Alentejo e Algarve. A “cerâmica industrial” oferece também diferenças: na Estremadura, os “pesos de tear” quadrangulares; no Sudoeste, os crescentes. No que concerne à indústria lítica, nota-se que a utensilagem em pedra lascada é muito mais frequente na Estremadura do que no Sudoeste, sendo aqui bastante raros alguns tipos abundantes na Estremadura: furadores sobre lasca ou lâmina (Calcolítico inicial), pontas de seta mitri-formes e “foicinhas” (Calcolítico inicial e pleno). As relações ou influências recíprocas entre os dois grupos são, contudo, notórias: como já dissemos, no Sudoeste aparecem por vezes decorações características da Estremadura (canelados, “folha de acácia”); na Estremadura as pontas de seta de xisto jaspoide, frequentes no Sudoeste, surgem esporadicamente. Para além deste exemplo, outro muito mais significativo, é frequentemente omitido: trata-se da matéria-prima em que são confeccionados a larga maioria dos artefactos de pedra polida encontrados na Estremadura, sobretudo de natureza anfibolítica, cuja origem terá de ser procurada no Alto Alentejo oriental ou no Baixo Alentejo. A grande quantidade com que ocorrem naquela região, só poderá ser explicada através de circuitos de abastecimento organizados e permanentes. Tais contactos manifestam-se, em alguns casos, ao nível da fauna: no Monte da Tumba estão presentes conchas de moluscos estuarinos (*Venerripis decussata*) ou marinhos (*Pecten maximus*, *Mytilus*) que indicam deslocações até à zona do actual estuá-

rio do Sado, a uma zona, portanto, do âmbito do grupo calcolítico da Estremadura (Rotura, Pedrão, etc.).

Os dois grupos considerados distinguem-se por sua vez de um terceiro, localizado no sudeste

peninsular, representado principalmente pelo povado e necrópole de Los Millares. Esses três grupos integram, sem dúvida, toda uma grande cultura que floresceu na segunda metade do terceiro milénio (datação convencional), no Sul da Península.

10. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F. Moitinho de (1981) — Carta geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Folha de Cascais. *Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa.
- ARNAUD, J.M.; OLIVEIRA, V.S. e JORGE, V.O. (1971) — O povoado fortificado neo — e eneolítico do Penedo de Lexim (Mafra): campanha preliminar de escavações — 1970. *O Arqueólogo Português*, S.III, Vol.V. Lisboa.
- CARDOSO, João Luís (1979) — o povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Nota prévia sobre a colecção de Álvaro de Brée. *Bol. Soc. Geol. Port.*, Vol. XXI, fasc.2—3. Lisboa.
- CARDOSO, João Luís (1980,1981) — O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 1.^a Parte — *Revista de Guimarães*, Tomo XC. 2.^a Parte — *Revista de Guimarães*, Tomo XCI. Guimarães.
- CARDOSO, João Luís (1987) — No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. In *arqueologia no vale do Tejo*. Instituto Português do Património Cultural. Lisboa.
- CARDOSO, João Luís e CARREIRA, J.R. (em publicação) — A estação pré-histórica de Montes Claros—Lisboa. Resultado das escavações de 1988. *O Arqueólogo Português*, S.IV, Vol.6 Lisboa
- CARDOSO, João Luís e FERREIRA, O. da Veiga (em publicação) — Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, Vol. I. Lisboa.
- CARDOSO, João Luís *et al.* (em publicação) — A lapa do Bugio. *Trabalhos de Arqueologia*, 6. Departamento de Arqueologia do IPPC/Serviços regionais de Arqueologia. Lisboa.
- CARDOSO, J.L.; SOARES, J. e SILVA, C. Tavares da (1983/84) — O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras), 1.^a e 2.^a campanhas de escavação. *Clio/Arqueologia*, Vol. 1. Lisboa.
- CARDOSO, J.L.; SOARES, J. e SILVA, C. Tavares da (1987) — Oeiras há 5 000 anos. Monografia de Leceia. *Câmara Municipal de Oeiras*. Oeiras.
- CHOFFAT, P. (1989) — Étude géologique du tunnel du Rocío. Contribution à la connaissance du sous-sol de Lisbonne. *Com. Trab. Geol. Port.* (actualmente *Serviços Geológicos de Portugal*). Lisboa.
- FERREIRA, O. da Veiga e CARDOSO, João Luís (1975)— Flauta, chamariz ou negaça de caça, de osso, encontrada no castro de Leceia (Barcarena). *Bol. Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, S.III, n.º81. Lisboa.
- FONTES, J.(1955)—Estação eneolítica de Leceia (Barcarena). *Revista de Guimarães*, T.LXV. Guimarães.
- GIL, F.Bragança; FERREIRA, G. e CARDOSO, J.L.(1979)— Análise por fluorescência de Raios X de peças de cobre do castro de Leceia. *Setúbal Arqueológica*, Vol.V. Setúbal.
- GONÇALVES, Victor (1983/84) — Doze datas de ¹⁴C para o povoamento Calcolítico do cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim); comentários e contextos específicos. *Clio/Arqueologia*, Vol.I. Lisboa.
- GONÇALVES, J.L.M. e SERRÃO, E. da Cunha (1978) — O povoado do Calcolítico inicial do Alto do Dafundo. Linda—a—Velha. *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, 1977, Vol. I. Lisboa.
- MARTIN de la CRUZ, J.C.(1985) — Papa Uvas I. Aljaraque. Huelva. Campanhas de 1976 a 1979. *Excavaciones Arqueológicas en España*. Madrid.
- OLIVEIRA, A. e BRANDÃO, J. Valle (1969) — Descoberta de restos de uma possível gruta artificial em Leceia. *O Arqueólogo Português*, S.III, Vol.III. Lisboa.
- OLIVEIRA, F. de Paula e (1984) — note sur les ossements humains qui se trouvent dans le Musée de la Section Géologique de Lisbonne. *Actas do IX Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas* (1880). Lisboa.
- PARREIRA, R. (1987) — Calcolítico do vale do Tejo. In *Arqueologia no vale do Tejo*. Instituto Português do Patri-

- mónio Cultural. Lisboa.
- RIBEIRO, C. (1878) — Estudos pré-históricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos. 1 — Notícia da estação humana de Licêa. *Memória apresentada à Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa.
- SCHUBART, H. e SANGMEISTER, E. (1983 / 84) — A cronologia absoluta (datações ¹⁴C) de Zambujal. *Clio/Arqueologia*. Vol. I, Lisboa.
- SCHUBART, H. SANGMEISTER, E. (1987) — Zambujal. Povoado fortificado da Idade do Cobre. *Câmara Municipal de Torres Vedras*. Torres Vedras.
- SERRA, E. da Cunha (1983) — A estação pré-histórica da Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (campanhas de 1956). *O Arqueólogo Português*, S.IV, Vol I. Lisboa.
- SILVA, C. Tavares da (1983) — ● megalitismo e os primeiros metalurgistas. *História de Portugal* (dir. J.H. Saraiva). Vol.I. Ed. Alfa. Lisboa.
- SILVA, C. Tavares da e SOARES, J. (1988) — ● povoado fortificado da Idade do Cobre do Monte da Tumba (Torão). Cinco anos de escavações arqueológicas. *Movimento Cultural*, 4. Almada.
- SILVA, C. Tavares da; SOARES, J.; CARDOSO, J.L.; SOUTO-CRUZ, C. e REIS, C. A. Sousa (1986) — Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas ¹⁴C) e paleoambientais. *Arqueologia*, 14. Porto.
- SOARES, J. e SILVA, C. Tavares da (1974/77) — ● Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*, S.III, Vol. VII — IX — Lisboa.
- SOARES, J. e SILVA, C. Tavares da (em publicação) — Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, IPPC. Évora. VASCONCELOS, J. Leite de (1895) — Castros. *O Arqueólogo Português*, Vol. I. Lisboa
- VASCONCELOS, J. Leite de (1896) — Religiões da Lusitânia. Vol. I. *Imprensa Nacional*. Lisboa
- VASCONCELOS, J. Leite de (1917) — Archeologia licese. *O Arqueólogo Português*, Vol. XXV. Lisboa.